



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS

SUELLEN EMILLY DOS SANTOS

**A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL:
um estudo com assistentes sociais inseridos na política de assistência social
do município de Aracaju/SE.**

São Cristóvão – SE
2020

SUELLEN EMILLY DOS SANTOS

A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: um estudo com assistentes sociais inseridos na política de assistência social do município de Aracaju/SE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Sergipe, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves.

São Cristóvão/SE
2020

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Suellen Emilly dos
S237d A dimensão técnico-operativa do Serviço Social : um estudo com assistentes sociais inseridos na política de assistência social do município de Aracaju/Se / Suellen Emilly dos Santos ; orientadora Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves. – São Cristóvão, SE, 2020.
165 f.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. Serviço social - Sergipe. 2. Assistentes sociais - Aracaju (SE). 3. Política social - Aracaju (SE). I. Gonçalves, Maria da Conceição Vasconcelos, orient. II. Título.

CDU 364-47:304.4(813.7)

SUELLEN EMILLY DOS SANTOS

A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: um estudo com assistentes sociais inseridos na política de assistência social do município de Aracaju/SE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Sergipe, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves.

Aprovado em: _____ / _____ de 2020

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Albany Mendonça Silva
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Machado Aranha
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Prof.^a Dr.^a Vera Núbia Santos
Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves
Universidade Federal de Sergipe – UFS
Professora Orientadora – Presidente da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

“Nada é tão nosso quanto os nossos sonhos”. Começo com essa frase porque nesses últimos dois anos encontrei nela sentido para muitas etapas da minha vida. Complemento essa frase com a reflexão de que, embora os sonhos sejam nossos, eles só são possíveis de serem realizados quando permeados pela presença de pessoas especiais.

Começo os meus agradecimentos louvando a Deus pai, Filho e Espírito Santo. É a partir da minha fé em Deus que consigo caminhar quando meu corpo e minha mente já não conseguem suportar todo fardo carregado. Foi por Ele me amar primeiro que hoje eu consigo amar e agradecer as demais pessoas que aqui citarei.

Aos meus pais, Iracildo e Iracema, “p.s.: Não são uma dupla sertaneja (risos)”, por todo amor, carinho e zelo, por entender as minhas ausências e por todo esforço para me proporcionar condições objetivas a fim de que essa etapa pudesse ser concretizada. E aos meus irmãos, João e Júnior. Amo vocês!

A Michael, meu noivo, por toda paciência e reciprocidade durante esses anos de relacionamento. Por ser tão companheiro e compreensivo e por ter se disponibilizado a me acompanhar em todos os equipamentos que fizeram parte dessa pesquisa. Gratidão, amo-te!

Aos meus familiares que torcem por mim, em especial a minha tia Suely e aos primos João Victor e Vili, que desde sempre vibraram comigo as minhas conquistas.

A minha sogra, Tânia Veloso, e as minhas cunhadas, Sheyla e Jessyca, por sempre vibrarem comigo todas as conquistas alcançadas. A Sheyla agradeço duplamente, pois nessa fase final da dissertação nos presenteou com a princesa Sophie. Era assistindo aos vídeos e vendo as fotos de Sophie que eu conseguia acalento para os momentos de estresse e cansaço e enxergava o mundo de forma mais doce.

Aos meus amigos Siririenses, Caryane, Juliana, Ronaldo e Natane. Somos um quinteto formado há mais de 20 anos. Costumo dizer que não recordo da minha infância sem vocês. E mesmo com cada um trilhando caminhos diferentes, os nossos laços de amizade não conseguem serem rompidos porque vocês estão presentes, mesmo fisicamente distantes.

As minhas Maridas: Bruna, Cinthia, Dani, Dis, Iris e Lívia, presentes que a UFS e o PET me proporcionaram e que hoje ocupam um lugar na minha vida para além dos muros universitários. Obrigada por todos os momentos compartilhados, por me fortalecer nessa fase do mestrado e principalmente por me mostrar que é possível construir amizades a partir do ambiente acadêmico. Levo vocês no meu coração.

Aos meus companheiros da pós-graduação, Adriana, Bruna (sim, é a mesma Bruna citada anteriormente, ela me persegue “risos”), Cibele, Carina, Isabele, Ingrid, Flávia, Marcinha, Sandrinha, Vinicius e Tainá. Obrigada por terem feito do mestrado algo mais leve e pelos risos compartilhados nos momentos de reclusão dentro da sala do PROSS por quase 24 horas de aula (risos).

A Érica, (PIKI), por ter vibrado comigo, todas as etapas do processo seletivo do mestrado durante nossas manhãs de Estágio na 17ª Vara do Juizado da Infância e da Juventude. E a Vivia, pela paciência em tirar todas as minhas dúvidas com relação à Plataforma Brasil e pelos momentos extrovertidos (risos).

A Lica, minha orientadora, por todo conhecimento compartilhado durante as orientações e na disciplina de Estágio Docência. Obrigada por ser tão paciente, compreensiva e, acima de tudo, por ser tão humana. A senhora é um exemplo de pessoa e profissional.

As professoras, Albany, Lúcia e Vera, que aceitaram fazer parte da minha banca de defesa. Obrigada pelas contribuições, durante a qualificação, que foram essenciais para finalização dessa dissertação.

Ao Programa de Educação Tutorial, em especial a pessoa de Lucia Aranha. Obrigada Madre Superiora (risos) por lutar pelo Pet-SS (UFS) e por fazer com que os seus bolsistas, através do ensino, pesquisa e extensão, se tornem mais próximos da vivência acadêmica e consequentemente do sonho de cursar o mestrado.

As professoras do Programa de Pós-Graduação, pelo conhecimento compartilhado durante as disciplinas e a Walter por toda prestatividade aos alunos do Prós.

As assistentes sociais da Política de Assistência Social do Município de Aracaju, que se disponibilizaram para contribuir com a realização dessa pesquisa.

A CAPES pelo apoio financeiro para realização desta pesquisa e a todos aqueles que defendem a educação pública, gratuita, de qualidade, o sistema de cotas e a pesquisa brasileira. Vocês foram fundamentais para que eu - aluna de escola pública; cotista; moradora de uma cidade do interior sergipano com menos de 10mil habitantes - tivesse acesso a uma universidade pública e posteriormente ao curso de mestrado.

“A gratidão é um imã de coisas lindas”

RESUMO

O presente estudo tem como objeto de pesquisa compreender a dimensão técnico-operativa do Serviço Social a partir das concepções dos assistentes sociais inseridos nos equipamentos Centro de Referência de Assistência Social-CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS do município de Aracaju. O objetivo geral é analisar a dimensão técnico-operativa a partir do exercício profissional de assistentes sociais inseridos nos CRAS e CREAS de Aracaju. Os objetivos específicos são: contextualizar o debate sobre a dimensão técnico-operativa no âmbito do Serviço Social brasileiro; contextualizar a trajetória histórica da assistência social na realidade brasileira; e apreender a dimensão técnico-operativa do exercício profissional dos assistentes sociais inseridos em CRAS e CREAS de Aracaju. Trata-se de um estudo apoiado no método materialista histórico dialético, que utilizou como metodologia a pesquisa de campo construída a partir de entrevistas semiestruturadas com nove assistentes sociais. Dentre os principais resultados alcançados a partir da análise dos dados podemos destacar: as concepções desses profissionais acerca da dimensão técnico-operativa, teórico-metodológica, ético-política e investigativa, das quais cinco entrevistadas destacaram a importância dessas dimensões estarem articuladas no exercício profissional, uma destacou não ter conhecimento sobre essa discussão e três relataram sobre as dimensões, mas não falaram da articulação. Dessas três profissionais, duas destacaram sobre as dificuldades que tiveram no exercício profissional para compreender essa articulação entre as dimensões; outro ponto ressaltado foram as principais demandas do exercício profissional. Para as profissionais atuantes nos CRAS, a concessão de benefícios eventuais foi considerada a principal demanda; já as assistentes sociais dos CREAS destacaram o atendimento a grupos vulneráveis (mulheres, idosos e crianças). As principais respostas desses profissionais frente a essas demandas foi o acompanhamento, acolhimento, a visita domiciliar e realização de grupos. A partir das análises realizadas, também compreendemos que a dimensão técnico-operativa dos assistentes sociais dos CRAS e CREAS de Aracaju é permeada por muitos limites, principalmente nesse cenário atual de cortes dos direitos sociais, em que a quantidade de demandas aumentam ao tempo em que os recursos disponíveis para a materialização dos direitos sociais acabam sendo escassos. Dessa forma, as profissionais acabam sendo desafiadas a criarem cotidianamente estratégias que fortaleçam a dimensão técnico-operativa e sua objetivação de forma qualificada.

Palavras-chaves: Dimensão Técnico-operativa; Política de Assistência Social; Serviço Social.

ABSTRACT

The present study aims to understand the technical-operative dimension of Social Work from the conceptions of social workers inserted in the equipment Reference Center for Social Assistance-CRAS and Specialized Reference Center for Social Assistance-CREAS in the municipality of Aracaju. The general objective is to analyze the technical-operative dimension from the professional practice of social workers inserted in the CRAS and CREAS of Aracaju. The specific objectives are: to contextualize the debate on the technical operational dimension within the scope of the Brazilian Social Service; contextualize the historical trajectory of social assistance in the Brazilian reality; and apprehend the technical-operative dimension of the professional practice of social workers inserted in CRAS and CREAS in Aracaju. This is a study supported by the dialectical historical materialist method, which used field research as methodology based on semi-structured interviews with nine social workers. Among the main results achieved from the data analysis, we can highlight: the conceptions of these professionals about the technical-operative, theoretical-methodological, ethical-political and investigative dimension, of which five interviewees highlighted the importance of these dimensions being articulated in professional practice, one highlighted not having knowledge about this discussion and three reported about the dimensions, but did not speak about the articulation. Of these three professionals, two highlighted the difficulties they had in professional practice to understand this articulation between dimensions; another point highlighted were the main demands of professional practice. For professionals working at CRAS, the granting of occasional benefits was considered the main demand; CREAS social workers highlighted the care for vulnerable groups (women, the elderly and children). The main responses of these professionals to these demands was monitoring, welcoming, home visits and groups. From the analyzes carried out, we also understand that the technical-operative dimension of the social workers at CRAS and CREAS in Aracaju is permeated by many limits, especially in this current scenario of cuts in social rights, in which the number of demands increases at the time when the resources available for the materialization of social rights end up being scarce. In this way, the professionals end up being challenged to create strategies that strengthen the technical-operative dimension and its objectification in a qualified way on a daily basis.

Keywords: Technical-operative dimension; Social Assistance Policy; Social service.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social

AI-5 – Ato Institucional nº 5

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAS – Centro de Ação Social

CAD-SUAS – Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviço Sociais

CELATS – Centro Latino Americano de Trabalho Social

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DAGV – Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis

DC – Desenvolvimento de Comunidade

EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FLBA - Fundação da Legião Brasileira de Assistência Social

FUNDAT – Fundação Municipal de Formação para o Trabalho

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGD/SUAS – Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

IPND/NR – I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República

LA – Liberdade Assistida

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

LOS – Lei Orgânica da Saúde

LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social

MDS – Ministério da Cidadania

MPAS – Ministério de Previdência e Assistência Social

NOB-SUAS – Norma Operacional Básica dos Sistema Único de Assistência Social

NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

ONG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PBF – Programa Bolsa Família

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PIA – Plano Individual de Atendimento

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSB – Proteção Social Básica

PSC – Prestação de Serviço Comunitário

PSE – Proteção Social Especial

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria

SESC – Serviço Social do Comércio

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Equipamentos da política de assistência social do município de Aracaju

Quadro 02 – Quantitativo de assistentes sociais inseridos nos CRAS e CREAS de Aracaju

Quadro 03 – Instrumentos utilizados pelos profissionais

Quadro 04 – Demandas apresentadas aos assistentes sociais dos CRAS

Quadro 05 – Respostas apresentadas pelos assistentes sociais dos CRAS

Quadro 06 – Demandas apresentadas aos assistentes sociais dos CREAS

Quadro 07 – Respostas apresentadas pelos profissionais dos CREAS

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Quantitativo de CRAS e CREAS por distrito

Gráfico 02: Tempo de trabalho das assistentes sociais nos equipamentos CRAS e CREAS

Gráfico 03: Idade das profissionais entrevistadas

Gráfico 04: Ano de conclusão do curso das entrevistadas

Gráfico 05: Instituição de formação

Gráfico 06: Tipo de Pós-graduação das entrevistadas

Gráfico 07: Contribuição da Secretaria de Assistência Social para a formação profissional continuada.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 1. O DEBATE DA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO | 22 |
| 1.1 Da emersão da profissão até o final de década de 1950..... | 23 |
| 1.2 O movimento de Renovação e as conquistas alcançadas pela profissão..... | 39 |
| 1.3 O debate da dimensão Técnico-operativa a partir do Projeto Ético Político defendido pela profissão..... | 48 |
| 2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REALIDADE BRASILEIRA..... | 55 |
| 2.1 A Assistência Social entre os anos de 1930 até a promulgação Constituição Federal de 1988..... | 57 |
| 2.2 A política de Assistência Social a partir da Constituição Federal de 1988..... | 76 |
| 2.2.1 A Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial na política de assistência social..... | 82 |
| 3. A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DOS ASSISTENTES SOCIAIS INSERIDOS NOS CRAS E CREAS DE ARACAJU..... | 92 |
| 3.1 – Breve contextualização do Locus da Pesquisa: A Proteção Social Básica e a Proteção Social de Média Complexidade do município de Aracaju..... | 93 |
| 3.2 – Perfil das profissionais entrevistadas..... | 98 |
| 3.3 – Concepção e aproximação com a dimensão técnico-operativa e os principais instrumentos utilizados no cotidiano profissional..... | 105 |
| 3.4 – Demandas requisitadas pelos usuários e pelas instituições e respostas apresentadas pelos assistentes sociais dos CRAS..... | 117 |
| 3.5 Demandas requisitadas pelos usuários e pelas instituições e respostas apresentadas pelos assistentes sociais dos CREAS..... | 123 |
| 3.6- Condições de trabalho, desafios e estratégia | 128 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 134 |
| REFERÊNCIAS..... | 141 |
| APÊNDICES | 147 |
| ANEXOS..... | 154 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objeto compreender a concepção de dimensão técnico-operativa dos assistentes sociais inseridos na Política de Assistência Social do Município de Aracaju, especificamente nos equipamentos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Ressalta-se como uma das justificativas relevantes para esse estudo a necessidade de entender a instrumentalidade profissional para além da utilização dos instrumentos e técnicas. Torna-se essencial debater a dimensão técnico-operativa no interior da categoria profissional para que sejam construídos caminhos de uma intervenção qualificada. Além disso, trata-se de uma demanda de estudantes e profissionais de Serviço Social, conforme aponta Sarmiento (2012, p. 109) para o “[...] constante ‘apelo’ por ‘respostas’ acerca dessa dimensão interventiva por parte dos estudantes de graduação, pós-graduação e de profissionais que estão atuando na área do Serviço Social”.

Destaca-se ainda que, embora a discussão da dimensão técnico-operativa seja considerada como relevante, o debate acerca da referida dimensão não tem ocupado muitos espaços pela [...] atual produção acadêmica, pela formação profissional e pelo debate da categoria [...]. Tal lacuna se explica (mas não se justifica) pelo receio de incorrer nos velhos ranços do Serviço Social tradicional”. (GUERRA, 2013, p. 48). Um dos desafios dessa pesquisa é, portanto, contribuir com a construção de arcabouços teóricos que subsidiem a discussão dessa dimensão.

Esse aspecto foi evidenciado durante a realização do nosso Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Dimensão técnico-operativa: um estudo a partir de relatórios de estágio”, que teve como universo os relatórios produzidos pelos estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe no campo sócio ocupacional da assistência social; dentre os resultados, identificamos discussões sobre a dimensão técnico-operativa que apontaram para as fragilidades nas concepções apresentadas pelos discentes. Dos 19 relatórios analisados, sete não apresentaram em seu conteúdo a discussão da dimensão técnico-operativa, oito não apresentaram a discussão da relação teoria e prática. Além disso, os relatórios traziam informações bastantes sucintas sobre os instrumentos e técnicas utilizados, as demandas apresentadas ao Serviço Social e algumas concepções da relação teoria e prática de forma dicotômica.

Diante dessas dificuldades dos/as discentes em expressar a discussão da dimensão técnico-operativa nos seus relatórios de estágio, percebemos a necessidade de aprofundar o

debate desta dimensão a partir de uma pesquisa de campo com assistentes sociais inseridos na política de assistência social. Dessa forma, visualizamos que é possível realizar um estudo com os campos empíricos em que estavam inseridos os estagiários. Destacamos que o interesse pelo campo sócio ocupacional da política de assistência social vem desde a graduação, a partir da realização do estágio curricular não obrigatório no controle social desta política.

Com relação ao trabalho do assistente social na política de assistência social, percebemos que diante dos moldes em que a política social vem se apresentando, muitos profissionais acabam sendo requisitados para o preenchimento de fichas e formulários, ou seja, sua intervenção é polarizada por atividades meramente burocráticas, se distanciando dos princípios elencados pelo projeto ético político, o qual reafirma através das diretrizes curriculares de 1996 que a intervenção profissional deve ter como direção a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, pressupondo assim a superação de atividades tecnicistas. “A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe [...]”. (ABEPSS, 1996, p. 13).

No cenário atual, embora a ampliação dos postos de trabalho, a partir das Leis Orgânicas de Saúde e Assistência Social, que trazem em suas diretrizes a descentralização dos serviços ofertados à população e conseqüentemente a municipalização dessas políticas sociais, respiguem como positivos, é necessário entender que parte dessa ampliação vem ocorrendo através de contratos temporários e vinculados a apadrinhamento político, que contribuem para ampliar a fragilização dos vínculos trabalhistas. Silva (2017) sinaliza que esse aspecto pode ser evidenciado a partir das exonerações de muitos profissionais após as eleições municipais, em uma pesquisa realizada com profissionais do Recôncavo baiano.

Percebe-se, portanto, que esse contexto tem afetado substantivamente a realidade dos assistentes sociais, haja vista que parte desses trabalhadores estão submetidos aos contratos precários de trabalho sob a lógica de políticas públicas seletivas, focalistas, e refilantropizadas, que acabam fomentando uma intervenção tecnicista, pontual e burocrática, limitando-se ao aparentemente exposto. (GUERRA, 2013). “Aqui a dimensão técnico-operativa tende a se restringir ao simples cumprimento de normas, regulamentos, objetivos institucionais, papéis já estabelecidos, respostas pré-concebidas no âmbito da política social estatal [...]”. (GUERRA, 2013, p. 58).

Com esse sucateamento das políticas públicas e cortes dos direitos trabalhistas, os assistentes sociais são desafiados a intervir em demandas que contribuem para a fragmentação da articulação entre a dimensão técnico-operativa com as demais dimensões. Por isso a necessidade de retomar, quantas vezes forem necessárias, a discussão sobre competências e atribuições privativas do assistente social, expressas nos documentos normativos legais que regulamentam a profissão, quais sejam: Lei de Regulamentação da Profissão de nº 8662/93; Código de Ética de 1993; Diretrizes Curriculares de 1996, isto é, nas direções defendidas pelo projeto ético-político da profissão. Essas normativas devem ser respeitadas tanto pelos profissionais, quanto pelas instituições empregadoras.

Diante destas questões sinalizadas, este trabalho tem como objetivo geral analisar a dimensão técnico-operativa a partir do exercício profissional de assistentes sociais inseridos nos CRAS e CREAS do município de Aracaju. E os seguintes objetivos específicos: contextualizar o debate sobre a dimensão técnico-operativa no âmbito do Serviço Social brasileiro; contextualizar a trajetória histórica da assistência social na realidade brasileira; e apreender a concepção de dimensão técnico-operativa dos assistentes sociais inseridos em CRAS e CREAS de Aracaju.

Como método para alcançar os objetivos propostos, essa pesquisa recorreu apoio no materialismo histórico dialético; a opção por essa escolha deu-se por compreender que, a partir dele, é possível desvendar a realidade para além da aparência, tratando os fenômenos na sua totalidade. Nesse caso,

[...] O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. *Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto.* (NETTO, 2009, p. 9, grifos do autor).

Ir à essência do objeto pesquisado possibilita compreender o real, não como um todo caótico, como ocorre na aparência, mas sim como uma totalidade constituída pela síntese de múltiplas determinações, contraditórias e dinâmicas que constituem a unidade do diverso. (NETTO, 2009). “Para Marx o método é o elemento necessário para poder entender crítica e realmente a essência da sociedade comandada pelo capital: sem este novo método, materialista e dialético, ele não poderia ir além das análises de Hegel, Proudhon, de Ricardo, de Smith”. (MONTAÑO, 2013, p. 13). Ainda sobre o método, Gil (2008, p. 14) aponta que “A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece

que os fatos sociais não possam ser entendidos isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais.”.

Para alcançar a proposta do objeto estudado será utilizada a pesquisa do tipo qualitativa, a partir de um trabalho de campo. O objetivo é que, por meio desse tipo de pesquisa, os fenômenos sejam estudados em sua totalidade complexa, analisando as contradições impostas pela realidade social. Segundo Goldemberg (2004) os dados da pesquisa qualitativa não são tão mensuráveis como os da pesquisa quantitativa, por isso é preciso que o pesquisador tenha um olhar sensível sobre determinada situação, explorando todos os aspectos possíveis e compreendendo nuances que não conseguem ser quantificadas. Para Duarte (2002) esse tipo de pesquisa, quando envolve trabalho de campo, exige a realização de entrevistas, sejam elas estruturadas ou semiestruturadas.¹

O estudo é de caráter exploratório, com objetivo de contribuir para o aprofundamento do referido objeto, como também “[...]visa um acesso mais próximo com problema investigado e oferece informações sobre determinada temática, facilitando a delimitação de um assunto para estudo e contribui para aprofundar conceitos ainda preliminares, facilitando a construção de hipóteses”. (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE, 2012, p.8).

Esta pesquisa terá como campo empírico equipamentos constitutivos da política de assistência social do município de Aracaju que prestam serviços de forma direta, e sua amostragem foi constituída com os/as assistentes sociais inseridos/as nesses espaços. Os equipamentos públicos do município citados e que fizeram parte desta pesquisa foram os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que fazem parte da Proteção Social Básica (PSB), e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), equipamentos que integram a Proteção Social Especial (PSE) de média complexidade;

Conforme pesquisa realizada no Cadastro do Sistema Único de Assistência Social (CAD-SUAS) os CRAS do município de Aracaju estão localizados em cinco distritos² distintos, quais sejam: primeiro distrito, envolvendo bairros da zona sul e de expansão, estão os CRAS Jardim Esperança, CRAS Antônio Valença Rollemberg, CRAS Dr. Benjamin Alves de Carvalho e CRAS Santa Maria; o segundo distrito, que também abrange bairros da zona sul e de expansão, possui o CRAS Madre Tereza de Calcutá; no terceiro distrito, envolvendo os bairros das zonas centrais e sudeste, estão situados o CRAS Enedina Bonfim Santos e CRAS

¹ A entrevista semi-estruturada é composta por questões norteadoras previamente estabelecidas, mas durante a sua execução é possível que o entrevistador inclua ou retire-as, desde que não fuja do tema central da pesquisa. Já na entrevista estruturada, o roteiro estabelecido pelo pesquisador acaba sendo seguido durante todo trabalho.

² Vide quadro 1 do Tópico 3.1 do terceiro capítulo.

Prof. Gonçalo Rollemberg Leite; nos bairros que compõem as zonas centrais e sudeste há ainda mais dois distritos: o 4º e o 5º. No quarto distrito estão o CRAS Porto D'anta, CRAS Risoleta Neves, CRAS Maria Diná Menezes, CRAS Pedro Averan e CRAS Maria José Meneses Santos; no quinto distrito estão o CRAS Carlos Hardman Côrtes, CRAS João de Oliveira Sobral, CRAS Terezinha Meira e CRAS Dr. Carlos Fernandes de Melo.

Para a realização desta pesquisa foi constituída uma amostra com um CRAS de cada distrito, especificamente o mais antigo, e de cada equipamento selecionado foi entrevistado um profissional de Serviço Social, com base no critério de aceitação. Com relação aos CREAS, o município de Aracaju possui quatro; devido ao pequeno número, entrevistamos um profissional de cada equipamento. Sendo assim, a amostra desta pesquisa foi constituída por nove profissionais, sendo cinco assistentes sociais da PSB - CRAS e quatro assistentes sociais da PSE de média complexidade - CREAS.

A amostragem que corresponde ao recorte da população é caracterizada enquanto não-probabilística. Esse tipo de amostragem não apresenta elementos estatísticos e os critérios de escolha dos sujeitos são deliberados pelo pesquisador. Esse tipo de amostragem é também denominado de intencional; segundo Gil (2008, p. 94) a amostragem intencional, “[...] consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população”.

Como procedimento metodológico, primeiramente consultamos fontes, tais como artigos, livros, dissertações, teses e documentos sobre a referida temática. O objetivo é se aproximar da literatura que discute o tema pesquisado e construir um quadro teórico que fundamente a abordagem do objeto de estudo. Para facilitar o processo de desenvolvimento da pesquisa, construímos fichamentos das leituras provenientes da bibliografia analisada. Para Goldemberg (2004) o fichamento da teoria possibilita o pesquisador a apreender as ideias centrais das referências bibliográficas que estão sendo utilizadas.

Em relação à pesquisa empírica, a coleta de dados foi realizada através de entrevistas individuais e semiestruturada, a partir de um roteiro prévio construído com questões norteadoras sobre a temática abordada. Segundo Szymanski (2002) a entrevista é uma técnica que pode ser realizada em encontros individuais ou coletivos com roteiros abertos ou semiestruturados; neste último caso os roteiros são previamente definidos. A entrevista semiestruturada possibilita ao pesquisador estabelecer os seus objetivos a serem coletados para que, via de regra, não se fuja do tema central. (DUARTE, 2002).

Szymanski (2002) destaca que na entrevista em pesquisas qualitativas é possível estabelecer um tipo de interação social face a face entre os sujeitos envolvidos, permeada por expectativas, sentimentos e interpretações. Conforme Goldemberg (2004) a vantagem de escolher a entrevista é que esse instrumento possibilita uma maior profundidade dos dados, além de estabelecer uma relação de confiança entre o pesquisador e o sujeito pesquisado, e coletar informações de pessoas que não são alfabetizadas.

Na realização das entrevistas apresentamos os objetivos de forma a esclarecer o objeto estudado. Além disso, solicitamos a permissão para a gravação dos diálogos. Após a realização, a pesquisadora, seguindo as orientações de Szymanski (2002), emitiu a sua compreensão e construiu as sínteses com relação ao conteúdo coletado.

Para construir a análise dos dados foi seguida a recomendação de estabelecer um plano; neste caminho, classificamos os materiais coletados entre os necessários e aqueles que não serviram de subsídio para construção da dissertação. (LAVILLE e DIONE, 1999). Na fase de análise de dados foi utilizada a análise de conteúdo; segundo Bardin (1977 apud FRANCO, 2008, p. 24) esse tipo de análise “[...]pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicação, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

A análise de conteúdo, segundo Franco (2008), tem como ponto de partida a mensagem; a partir dela é possível avançar no processo de captação, compreendendo o que se fala, o que se escreve, a intensidade, frequência e os símbolos figurativos no momento de expressão das ideias. A partir da análise de conteúdo é possível interpretar e compreender o conteúdo transmitido pelo sujeito pesquisado. A interpretação do material foi feita de forma analítica, exigindo leituras e releituras do material coletado, tendo sempre como base o referencial bibliográfico da pesquisa, para que assim possam ser evitadas interpretações desconexas. (DUARTE, 2002). Destaca-se ainda que categorias de análise foram construídas a partir dos dados verbalizados pelos sujeitos entrevistados.

Quanto ao conteúdo deste trabalho, além da introdução e considerações finais, há três capítulos. O primeiro, intitulado “A dimensão técnico-operativa do Serviço Social brasileiro”, traz como objetivo contextualizar o debate da dimensão técnico-operativa no Serviço Social brasileiro, destacando a atuação do assistente social desde a emergência da profissão até os dias atuais. Para isso, discutimos o surgimento do Serviço Social no Brasil, com foco nas intervenções do assistente social, especificamente a partir do Serviço Social de caso, grupo e comunidade. Também tratamos as direções do movimento de Renovação do Serviço Social,

quais sejam: modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura, assim como os seminários de teorização que constituem a base de fundamentos dessas perspectivas. Por fim, o último tópico apresenta o debate da dimensão técnico-operativa defendido pelo projeto ético político do Serviço Social brasileiro, compreendendo-o em articulação com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e investigativa.

O segundo capítulo tem por finalidade discutir sobre a trajetória histórica da assistência social na realidade brasileira. Para alcançar a proposta, dividimos este capítulo em dois tópicos: o primeiro, intitulado “A Assistência Social entre os anos 1930 até a promulgação Constituição Federal de 1988”, apresenta como principais aspectos as ações assistenciais desenvolvidas durante: o governo de Vargas; no período redemocrático que vai de 1946-1964; no regime ditatorial militar de 1964; e no período de construção da Constituição Federal de 1988; o segundo, intitulado “Da Constituição de 1988 até a cena contemporânea”, destacamos a assistência social, política pública inserida no tripé da Seguridade Social, bem como o cenário de construção da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS/1993, e as Proteções sociais constitutivas dessa política, quais sejam: a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média Complexidade e Alta complexidade.

Por fim, foi construído o terceiro capítulo, que teve por foco compreender a concepção de dimensão técnico-operativa dos assistentes sociais inseridos na política de assistência social do município de Aracaju. Para construção desse capítulo foi obtida a autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Aracaju, necessária para realização das pesquisas nos CRAS e CREAS. O projeto desta pesquisa também foi inserido e aprovado na plataforma Brasil. Ressalta-se que, antes de realizar as entrevistas, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde constou todas as explicações e esclarecimentos sobre esse trabalho.

No primeiro tópico fizemos uma caracterização sobre o espaço sócio ocupacional da assistência Social em Aracaju. Trouxemos os equipamentos constitutivos da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE), bem como os serviços ofertados. No caso da PSB e da PSE de média complexidade, especificamente nos equipamentos CRAS e CREAS, locus dessa pesquisa, apontamos também o quantitativo de assistentes sociais que compõe as equipes de referência.

Para construção dos demais tópicos desse capítulo, após contactar com as instituições, como esclarecido anteriormente, realizamos as entrevistas e as transcrições das falas.

Posteriormente a esse processo, realizamos a leitura inicial do material coleta e construímos categorias que subsidiaram a análise dos dados.

Os principais conceitos encontrados e utilizados para a análise das entrevistas foram: perfil das profissionais entrevistadas; concepção e aproximação com a dimensão técnico-operativa e os principais instrumentos utilizados no cotidiano profissional; demandas requisitadas pelos usuários e pelas instituições e respostas apresentadas pelos assistentes sociais dos CRAS e CREAS frente a essas demandas; condições de trabalho, desafios e estratégias.

Feito isso, interpretamos de forma analítica os conceitos encontrados tomando como embasamento a discussão sobre dimensão técnico-operativa no Serviço Social brasileiro e constatamos como principais resultados: das nove profissionais entrevistadas, 5 destacaram que a importância da dimensão técnico-operativa está em articulação com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e investigativa; três relataram as dificuldades que tiveram durante o cotidiano profissional para compreender e estabelecer essa articulação devido as extensas demandas do cotidiano; e uma outra profissional apontou não ter tido contato com o debate dimensão técnico-operativa.

Outro ponto ressaltado foram as principais demandas do exercício profissional; para as profissionais inseridas nos CRAS, a concessão de benefícios eventuais foi considerada como principal demanda; já as assistentes sociais inseridas nos CREAS destacaram o atendimento a grupos vulneráveis, quais sejam, (mulheres, idosos, crianças e adolescentes). Com relação as respostas desses profissionais frente às demandas, foram abordados o acolhimento, a visita domiciliar e a realização de grupos. Por meio das análises realizadas percebemos que a dimensão técnico-operativa dos assistentes sociais dos CRAS e CREAS de Aracaju é permeada de desafios para ser materializada de forma crítica, principalmente nesse cenário de difícil acesso aos direitos sociais para a classe trabalhadora.

CAPITULO I
O DEBATE DA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA NO SERVIÇO SOCIAL
BRASILEIRO

CAPÍTULO 1: O DEBATE DA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Este capítulo tem por objetivo discutir sobre a dimensão técnico-operativa no Serviço Social brasileiro. Para alcançar essa proposta, buscamos fazer uma recapitulação histórica sobre a emergência da profissão, enfatizando as intervenções profissionais a partir das direções do Serviço Social de caso, grupo e comunidade. O capítulo apresenta também as discussões presentes nos seminários de teorização da profissão que, segundo Netto (2015), fundamentam as direções do movimento de Renovação, intituladas por ele como: Modernização Conservadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura. Por fim, adentramos no debate da dimensão técnico-operativa defendida pelo Serviço Social brasileiro, reconhecendo que esta dimensão não se resume a um conjunto de instrumentos e técnicas. Além disso, defendemos que a dimensão técnico-operativa só consegue ser materializada de forma qualificada quando articulada com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e investigativa. Destacamos ainda que, enquanto produto histórico das lutas travadas pelos profissionais, o debate crítico da dimensão técnico-operativa precisa ser reafirmado cotidianamente pela categoria profissional.

1.1 Da emergência da profissão até o final da década de 1950

O debate da dimensão técnico-operativa do Serviço Social é recente no âmbito da categoria; todavia, é preciso destacar que a profissão nos seus anos iniciais já trabalhava com instrumentos e técnicas em suas intervenções, embora não existisse uma inquietação com o caráter técnico e político daqueles instrumentos. Além disso, o embasamento teórico que subsidiava os profissionais não permitia a construção de uma reflexão crítica que ultrapassasse a aparência. Para destacar esses argumentos, este tópico pretende enfatizar os elementos constitutivos da emergência da profissão, assim como as formas de intervenção utilizadas pelos profissionais até o movimento de renovação do Serviço Social.

O modo de produção capitalista a partir do final do século XIX apresentou profundas alterações em seu ordenamento e na dinâmica econômica. Esse período de transição do capitalismo concorrencial ao monopolista tem como principal característica o crescimento da taxa de lucratividade através do controle dos mercados pelos grandes grupos monopolísticos. (NETTO, 1996).

A funcionalidade do Estado nesse novo estágio capitalista também apresenta mudanças. Embora sempre tenha sido localizado como o comitê executivo da burguesia, conforme apontado por Marx em seus escritos, na fase monopólica surge para o Estado uma nova demanda de intervenção que outrora só ocorria em situações precisas. No capitalismo monopolista “[...] O Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise [...] ele é o seu Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais”. (NETTO, 1996, p. 22).

O Estado, portanto, vai assegurar, por meio das suas intervenções na economia, a lucratividade capitalista; exemplo disso são os fornecimentos de matéria-prima, a baixo custo, para as empresas monopolistas, os subsídios financeiros às empresas em dificuldades e as compras realizadas pelo Estado aos grupos capitalistas monopólicos. (NETTO, 1996).

A entrada da ordem monopólica na sociedade capitalista não é uma história sem protagonistas: é resultante da dinâmica complexa e contraditória do movimento realizado pelos sujeitos sociais. Três fenômenos são considerados fundamentais para compreender a transição do capitalismo concorrencial ao monopolista, quais sejam: o reconhecimento do proletariado como sujeito político (classe para si) - um marco bastante específico desse contexto foi a revolução de 1848 -; a atuação burguesa com suas manobras conservadoras e o peso ocasionado pelas classes e camadas intermediárias; e a luta de classes. (NETTO, 1996).

O reconhecimento da “classe para si” pelos trabalhadores significava para esses indivíduos compreenderem-se enquanto classe explorada, produto da relação existente entre capital/trabalho³. Nesse contexto de efervescência da classe operária, o Estado é tensionado a responder sobre as expressões da questão social com a instituição de direitos e garantias sociais caracterizados como políticas sociais. Partindo da concepção de que a política social corresponde a conquista e concessão, “[...] não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto de trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas [...]”. (NETTO, 1996, p.29).

Com relação à atuação do Estado no trato às expressões da questão social, percebe-se uma mudança significativa. Para além das formas coercitivas e repressivas que o Estado vinha

³ Destacamos a importância das obras de Marx e Engels, quais sejam: Sobre a Questão Judaica (1944); A Sagrada Família (1945); Manifesto do Partido Comunista (1948); e O 18 Brumário de Luiz Bonaparte (1952). Além disso é nesse contexto que surge a Associação Internacional dos Trabalhadores, mais conhecida como Primeira Internacional, uma organização que contava com trabalhadores de toda Europa e tinha por objetivo contribuir para o desenvolvimento dos operários trabalhadores.

utilizando para responder às demandas da classe trabalhadora, são instituídas políticas sociais, essenciais à manutenção da força de trabalho explorada pelo capitalismo.

No Brasil, as respostas às expressões da questão social apresentam características de caso de política⁴ com as intervenções do governo de Getúlio Vargas, por volta da década de 1930, período de inicialização do desenvolvimento industrial no país. É importante observar que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil possui suas particularidades. Uma característica peculiar da realidade brasileira é a ausência de uma revolução clássica e a presença da revolução passiva e pelo alto, favorecendo a presença das velhas oligarquias dominantes.

Mesmo com a presença do Estado totalitário Varguista, é perceptível, durante a década de 1930, a existência de lutas da classe trabalhadora, exigindo, por parte do governo, medidas no enfrentamento da questão social. Conforme Ianni (1989 apud ORTIZ, 2007, p. 142) o Estado, “[...] é obrigado a pôr em prática ou estabelecer as condições institucionais mínimas ao exercício da cidadania, por parte dessas massas. A sindicalização, as férias remuneradas, a assistência médica, a proteção à operária gestante e à maternidade [...]”. O conceito de cidadania regulada é bastante pertinente para compreender esses direitos sociais citados. Segundo Santos (1979), eram considerados cidadãos todos aqueles que se encontravam inseridos em profissões reconhecidas por lei. A esses trabalhadores caberia o acesso aos serviços que estavam sendo implementados naquela época.

O crescimento do desenvolvimento industrial no país, oriundo da expansão da industrialização e do crescimento do trabalhador urbano industrial, vai demandar, a partir da década de 1940, a criação de um conjunto de instituições, de caráter estatal, paraestatal e autarquia, quais sejam: Legião Brasileira de Assistência – LBA - (1942); Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS - (1938); Serviço Social de Aprendizagem Industrial - SENAI - (1942); Serviço Social da Indústria - SESI - (1946); Serviço Social do Comércio - SESC- (1946) e a Fundação Leão XIII (1946). (SANTOS, 2006).⁵

Com relação ao reconhecimento das expressões da questão social, o Estado não identifica essas demandas enquanto resultante da relação de exploração entre capital e trabalho. Nesse sentido, as respostas às manifestações da classe trabalhadora acabam sendo por meio de políticas paliativas, seletivas e fragmentadas. Uma das características marcantes desse contexto é a psicologização dos problemas enfrentados pelos indivíduos, com a concepção de que as

⁴É importante ressaltar que até os dias atuais, o Estado utiliza-se de meios repressores para responder às demandas da questão social.

⁵ A discussão mais aprofundada sobre essas instituições será destacada no Capítulo 2.

expressões da questão são problemas particulares dos sujeitos sociais e inerentes a qualquer modo de produção. Segundo Ortiz (2007), essas respostas partiam do conceito defendido pelo projeto reformista conservador. Podemos observar isso no fragmento abaixo.

A constituição do conjunto de serviços e políticas sociais e de um aparato institucional sócio-assistencial para operacioná-los, sobretudo na década de 40, se inscreveu nesse empreendimento do Estado brasileiro, que aliando à tradição conservadora nacional oriunda do período colonial e imperial, **passou a enfrentar as expressões da “questão social” a partir das referências de um projeto de cunho reformista-conservador.** (ORTIZ, 2007, p.122, grifos nossos).

Por projeto conservador entendemos que este é um conjunto de pensamentos que emerge em determinado período histórico - durante a revolução francesa (1789), após a burguesia ter ascendido como classe dominante. Tal projeto é mantido e defendido em prol de manutenção do modo de produção capitalista. Segundo Machado (1997, p. 42 apud ORTIZ, 2007, p. 124).

[...] o pensamento conservador é uma expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio-históricos muito precisos: o tempo e o espaço da configuração e da consolidação da sociedade burguesa – configuração que deve ser tomada como ‘uma rica totalidade de determinações e relações diversas [...].

A família é um dos instrumentos ideológicos utilizados pelo pensamento conservador. Conforme o humanismo cristão, a família é o suporte, a base que fundamenta os “comportamentos” do homem. “[...] cabe à família zelar pela educação e pela sedimentação do caráter de seus entes; uma vez não conseguindo cumprir tais funções, considera-se a família como desestruturada e diretamente responsável pela existência dos problemas sociais. (ORTIZ, 2007, p. 128-129). A partir do fragmento citado acima, observamos uma forte culpabilização da família, ao passo em que se naturalizam as variadas expressões da questão social. Esse aspecto pode ser identificável ao se realizar uma análise das formas coercitivas e repressoras que o Estado utilizava para o enfrentamento da questão social.

No Brasil, a presença do pensamento reformista conservador deu-se de forma peculiar e ligado às particularidades do país, ainda que, de certa forma, carregue características que nortearam o conservadorismo pelo mundo. “[...] o projeto reformista-conservador brasileiro recebeu influências de fontes diferenciadas, porém fortemente sedimentadas sob o mesmo amálgama, cujos eixos principais são, ao meu ver: Deus, ordem e propriedade”. (ORTIZ, 2007, p.140).

Para atender as demandas da população pauperizada, o Estado vai estabelecer alianças com segmentos sócio-políticos conservadores da sociedade - empresariado e igreja católica.

(SANTOS, 2006). A concepção era de que “[...]na doutrina social da Igreja Católica, encontramos a solução justa, equilibrada, moral, humana e fecunda para este grande problema dos nossos dias [a “questão social” – FGO] [...]”. (VIANA, 1951 p. 170 apud ORTIZ, 2007, p. 152).

A fundação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em 1932, é um exemplo da articulação entre Estado, burguesia e igreja católica. Com a função de difundir a doutrina social da igreja e formar moças para o desenvolvimento de ações sobre as mazelas dos pauperizados com base na doutrina social católica, o CEAS tinha como objetivo o fortalecimento da igreja e da burguesia nacional, levando-se em consideração que naquele momento o país era sondado por indícios dos ideais comunistas, sendo necessário reafirmar a ideologia da classe dominante. (ORTIZ, 2007).

O CEAS, em articulação com a igreja, empresariado e Estado, funda em 1936, em São Paulo e, em 1937, no Rio de Janeiro, as primeiras escolas de Serviço Social. É relevante destacar que esta ação não pode “[...]ser considerada como fruto de uma iniciativa exclusiva do Movimento Católico Laico, pois já existe uma demanda – real ou potencial – a partir do Estado [...]”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 186). Uma das justificativas que pode explicar essa demanda é a necessidade de atenuar as expressões da questão social através das políticas sociais, sendo, portanto, essencial a inserção de um conjunto de profissionais que atuem na sua formulação e execução. É nesse último âmbito, de execução terminal das políticas sociais implantadas pelo Estado, que o Serviço Social será inserido inicialmente.

A cultura herdada do ambiente familiar era contada como um aspecto bastante relevante para a seleção das primeiras assistentes sociais. Dessa forma, somente as moças oriundas de classe dominante eram consideradas aptas para trabalharem como assistentes sociais, excluindo, assim, a possibilidade de inserção de uma jovem proletária, pois acreditava-se que sua origem era de família “desestruturada” e não agregava valores morais necessários para o desempenho das atividades do Serviço Social. (ORTIZ, 2007). O perfil das assistentes sociais tinha que ser de

[...]uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 227).

Apesar dos primeiros assistentes sociais serem majoritariamente do gênero feminino, oriundas da burguesia, requisitadas por instituições de caridade e filantropia e formadas por

instituições ligadas à igreja católica, essas características não são suficientes para explicar os fundamentos da sua gênese. (MONTAÑO, 2007). Esses aspectos acabam redundando a profissão como uma evolução das ações de caridades que já vinham sendo desenvolvidas e não explicam a funcionalidade do Serviço Social na divisão sócio -técnica do trabalho.

Iamamoto e Carvalho (2014) apontam que, na década de 1920, as ações de “caridade” desenvolvidas pela Associação das Senhoras Brasileiras e pela Liga das Senhoras Católicas já não possuíam as mesmas características das atividades tradicionais de caridade. Assim, por mais que os procedimentos utilizados pelos profissionais não se apresentem aparentemente diferenciados daqueles desenvolvidos pela caridade tradicional, a atuação desse agente não irá se caracterizar como uma nova forma de realizar caridade. Sua intervenção terá um sentido ideológico com resultados políticos sobre as populações pauperizadas.

As encíclicas *Rerum Novarum*⁶ e *Quadragesimo Anno*⁷ faziam parte do magistério da igreja como forma de tratar as expressões da questão social, sendo, portanto, utilizadas na formação dos primeiros assistentes sociais. Parte desses ensinamentos tinham como fundamento teórico os pensamentos de São Tomás de Aquino (Tomismo e Neotomismos); neles estavam elencados: “Dignidade da pessoa humana; [...] a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça em geral”. (YAZBEK, 2009, p. 4). Esse posicionamento da igreja católica seria, portanto, “[...] uma ‘terceira via’, que desmobilizava a barbárie comunista e, ao mesmo tempo, humanizava o capitalismo”. (ORTIZ, 2007, p.135). Somente a reeducação moral cristã seria capaz de modificar o homem. Enfrentar essas expressões da questão social seria uma tarefa voltada à mudança de comportamento dos indivíduos através do trabalho das assistentes sociais. (ORTIZ, 2007).

Caberia ao assistente social fazer uma análise de cada caso, sem uma perspectiva crítica da totalidade em que estava inserido o usuário. Era papel da moça de boa conduta solucionar os problemas dos indivíduos, aconselhar e trabalhar sob um ponto de vista moralizante, que não pusesse o usuário a refletir sobre sua condição, ou seja, enquanto produto resultante da exploração do modo de produção de capitalista. (ORTIZ, 2007).

⁶ Escrita pelo Papa Leão XIII, em 1891, a *Rerum Novarum*, trazia como principais pontos o debate das condições sociais da classe trabalhadora, devido as expressões da questão social trazidas a partir do advento da Revolução Industrial, embora rejeite a perspectiva socialista e o liberalismo individualista, e defenda a propriedade privada.

⁷ A *Quadragesimo Anno* foi escrita pelo Papa Pio XI, em 1931, reforçava os preceitos trazidos pela *Rerum Novarum*, e aponta a justiça social e a caridade com base no tomismo como formas de enfrentar as mazelas da sociedade.

As soluções tomadas por esses segmentos para resolver os problemas sociais visavam reestabelecer a ordem social por meio de ações paliativas. Os profissionais ficavam incumbidos de adaptar o indivíduo ao ambiente de convivência a partir da moralização dos problemas sociais. Trabalhando dessa maneira contribuía-se para a manutenção da força de trabalho, essencial para o funcionamento do modo de produção capitalista.

Observamos, portanto, que o exercício profissional do assistente social tanto contribui para viabilização de serviços relacionados a saúde, alimentação, moradia, educação e assistência social dos trabalhadores, como também contribui para a produção de efeitos ideológicos na esfera do consenso.

Assim, o Serviço Social ocupa seu espaço na divisão social e técnica do trabalho, ao lado de outras profissões, participando da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução social. Especialmente a partir do capitalismo monopolista, quando se desenvolvem diversas iniciativas de intervenção social que procuram enfrentar as expressões da questão social. (TRINDADE, 2001, p. 2)

Na década de 1940, o Serviço Social vai adquirindo um caráter técnico-científico, com a influência do Serviço Social norte-americano; esse processo pode ser explicado devido às demandas que surgem para os profissionais, haja vista o desenvolvimento da industrialização do país. Nesse período histórico, a profissão fundamentava-se na corrente teórica positivista, sem romper com a herança católica. (SANTOS, 2006). Assim, as formas de enfrentamento da questão social continuavam sendo paliativas e assistencialistas.

É uma característica típica do Estado, no modo de produção capitalista, naturalizar as desigualdades sociais oriundas das expressões da questão social. Para reforçar esse posicionamento, buscava-se suporte nas produções teóricas da corrente positivista. A inserção dessa corrente na formação dos assistentes sociais vai contribuir para a efetivação de uma intervenção profissional neutra. Era necessário reajustar os indivíduos que estivessem provocando anomias e desequilíbrios na sociedade, para que a coesão social fosse garantida. Dessa forma, as expressões da questão social continuavam sendo tratadas enquanto responsabilidade individual de cada sujeito. (TRINDADE, 2001).

Como já citado, o desenvolvimento do capitalismo no país proporcionou novas demandas à profissão. Por sua vez, essas alterações não contribuíram, naquele contexto, para rupturas no exercício profissional. A imagem da profissão continuava sendo, não só para o usuário, mas para parte da sociedade, como o do agente responsável por modificar e reajustar o comportamento e a vida dos indivíduos como aponta Ortiz (2007, p. 184)

A imagem socialmente construída acerca desse profissional é a de que, uma vez voltado para a intervenção cotidiana, próximo do usuário e profundo conhecedor de sua situação pessoal, será o assistente social um dos principais agentes profissionais responsáveis pela efetivação da mudança de comportamento do usuário pela via de um processo de ajustamento. Neste sentido, depreende-se que a requisição da instituição empregadora a este profissional reside geralmente na perspectiva de que é o assistente social mais um agente capaz de desistoricizar as expressões da “questão social”, transformando-a em desvios, disfunções, anomalias que carecem de tratamento.

A necessidade de um aprimoramento técnico durante as intervenções profissionais foi surgindo a partir das exigências colocadas pelo Estado no trato as expressões da questão social. A incorporação do tecnicismo na intervenção dos assistentes sociais é produto resultante, portanto, do processo histórico que se instala no Brasil, exigindo da profissão novas respostas profissionais. O período é marcado pelo assalariamento da profissão, bem como de sua inserção na divisão sócio técnica do trabalho⁸.

Para dar conta dessas demandas o Serviço Social vai buscar suporte na produção sociológica norte-americana, que naquele momento encontra-se apoiada em abordagens individuais e quantitativas. (TRINDADE, 2001). “Trata-se de uma Sociologia empírica, com estreitos laços com a Psicologia de inspiração behaviorista”. (CUIN E GRESLE, 1994, p. 205 apud TRINDADE, 2001, p.10).

A tendência psicologizante, segundo Netto (1996), é própria do modo de produção capitalista em seu estágio monopolista, a partir do momento em que o Estado passa a tratar as expressões da questão social enquanto problemas individuais dos sujeitos, dissociando-os da estrutura macroscópica da sociedade. A psicologização acaba se tornando legitimadora do capitalismo monopolista, pois, além de reforçar a responsabilização dos indivíduos por sua condição de pauperizados, incorpora-se nas instituições que atuam nas manifestações da questão social esse tipo de pratica que incide sobre o comportamento dos indivíduos. (TRINDADE, 2001).

É comum ao positivismo trabalhar com ajustes do sujeito ao ambiente e não promover a contestação dos elementos fundantes da ordem burguesa. No Serviço Social, essas características vão refletir na formação de um profissional que não percebia as distintas determinações e contradições da realidade social, com atuação voltada para ajustar os problemas sociais manifestados nos clientes.⁹

⁸A década de 1950 marca a regulamentação do ensino de Serviço Social em três anos pela Lei n.º 1889 de 13 de junho de 1953, a qual é regulamentada em 1954, lei de âmbito federal, regularizando os objetivos do ensino do Serviço Social, sua estruturação e os requisitos dos diplomados. A lei n. 3.252, de 27 de agosto de 1957, confere o direito de exercício profissional aos portadores de diploma, conforme Carvalho (1985). (SANTOS, 2006, p. 40).

⁹ Terminologia utilizada naquele contexto.

O contato com a corrente teórica positivista possibilitará ao Serviço Social a incorporação de três novos métodos de intervir sobre a realidade social: o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade¹⁰. Com relação ao Serviço Social de Caso, é necessário destacar a influência norte-americana de Mary Richmond, pioneira nesse âmbito.

Nas duas primeiras décadas do século XX, Mary Richmond havia desenvolvido, nos Estados Unidos, os pressupostos e diretrizes do que ela chamava de Serviço Social de Casos Individuais. No entanto ele chega ao país já sob os influxos da Psicologia, especialmente a partir da divulgação das idéias de Gordon Hamilton - seja através dos trabalhos de Nadir Kfoury (fruto de seus estudos nos Estados Unidos), seja com a tradução de seu livro *Teoria e Prática do Serviço Social de Casos*, em 1958. (TRINDADE, 2001, p. 12).

Segundo Trindade (2001), Hamilton, ao desenvolver sobre o Serviço Social de casos, teve por referência a psicologia, mas traz também alguns elementos da obra de Mary Richmond, especificamente a partir das três fases discutidas pela autora, quais sejam: estudo, diagnóstico e tratamento. O estudo corresponde ao momento de investigação acerca dos fatores internos e externos (ambiente em que o indivíduo está inserido). Esse momento é realizado através de entrevistas com o sujeito e com as pessoas que convivem no mesmo local que ele. Além das entrevistas, também eram realizadas visitas domiciliares, entre outras técnicas e instrumentos que pudessem contribuir com o estudo. (TRINDADE, 2001).

A partir desse estudo, os assistentes sociais construía o histórico do caso. Nele constava todas as impressões colhidas durante o estudo, para que posteriormente pudesse ser produzido o diagnóstico que corresponde a um parecer do profissional sobre a situação psicossocial do cliente. Com a construção dos diagnóstico, o profissional estava apto para indicar o melhor tratamento para aquele caso. (TRINDADE, 2001).

Para Mary Richmond (1915 apud VIEIRA, 1969, p. 51) “O Serviço Social de Casos é o processo que desenvolve a personalidade através de um ajustamento consciente, indivíduo por indivíduo, entre os homens e seu ambiente. No Brasil, o Serviço Social de Caso é marcante na institucionalização da profissão. Segundo documento emitido pela ONU (1960, apud, VIEIRA, 1969, p. 51-52), o Serviço Social de Caso

É uma ação de dinâmica mútua, entre o assistente social e o cliente, deliberadamente utilizada para o tratamento social, e que se origina no estudo do indivíduo, e na situação peculiar onde se encontra, nos problemas que o afetam e da maneira em que pode ser ajudado a resolvê-los, mediante seus próprios recursos e os da comunidade.

¹⁰ Metodologias de intervenções utilizadas pelos assistentes sociais a partir da década dos anos de 1940. Os métodos de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade não foram executados de forma cronológica, mas compreende-se que, em determinados lapsos históricos, e de acordo com o contexto do modo de produção capitalista cada um teve sua importância dentro das intervenções profissionais.

Para Vieira (1969), a essência do Serviço Social de Caso é ajudar o indivíduo a resolver seus problemas por meio de mudanças de atitudes. O assistente social é o profissional responsável por contribuir para que o cliente analise as suas dificuldades e as possibilidades de resolvê-las. Ainda segundo a autora, o Serviço Social de Caso é dividido em três fases entrelaçadas entre si, quais sejam: Estudo; Diagnóstico; e Tratamento. Essas fases, para serem efetivadas, necessitam de entrevistas, visitas domiciliares, informações de colaterais e exames de testes para serem concluídos. (VIEIRA, 1969).

Segundo Trindade (2001), esses instrumentais técnicos-operativos tinham como componente a incorporação de métodos tradicionais da assistência, aliados ainda a perspectivas doutrinárias da igreja católica. Uma das razões para isso ocorrer é a influente disseminação do pensamento racionalista moralizador presente em algumas produções teóricas das ciências sociais; esse pensamento era considerado fundamental para o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a criação de consensos. Podemos destacar como alguns procedimentos incorporados pelos primeiros assistentes sociais o

estudo das necessidades individuais, familiares e de localidades carentes; avaliação das solicitações de ajuda; triagem dos problemas constatados; concessão de ajuda material; aconselhamentos; utilização dos recursos institucionais para encaminhamentos e incentivo à inserção no mercado de trabalho. Os agentes também realizam visitas domiciliares, elaboram inquéritos sociais, encaminhamentos e triagem/seleção dos casos. (TRINDADE, 2001, p.8).

Para Vieira (1969), o estudo durante a análise dos casos deveria ter como base um bom relacionamento entre assistente social e usuário, pois isso permitiria ao profissional adentrar no centro do problema. A autora destaca ainda que nem sempre o problema do usuário poderá ser resolvido apenas com a entrevista; dessa forma o profissional irá avaliar se há a necessidade da visita domiciliar. (VIEIRA, 1969).

As visitas domiciliares não devem ser feitas em todos os casos [...] O assistente social que conhece bem sua comunidade e os bairros onde residem os clientes não precisa de visita domiciliar para avaliar a situação de habitação. [...] porém, para certos tipos de conflitos familiares, principalmente os que envolvem menores promíscuos ou que fogem de casa, uma visita à residência pode fornecer indicações sobre vários aspectos [...] (VIEIRA, 1969, p. 65).

A forma como o profissional deve iniciar a entrevista depende de como o caso chegou até ele. Por exemplo: se ele o cliente procurou o profissional de livre e espontânea vontade é preciso deixá-lo expor seus problemas livremente. Caso a demanda seja oriunda de

encaminhamento, é necessário que o profissional explique o motivo do encaminhamento e o auxilie para a solução do seu problema. (VIEIRA, 1969).

Nem sempre o pedido feito ou a situação exposta constituem o verdadeiro problema com que defronta o cliente. Este pode solicitar um auxílio econômico, alegando a falta de recursos quando o problema realmente reside na falta de preparo para o trabalho ou atitudes incompatíveis para a conservação do emprego. (VIEIRA, 1969, p. 57)

Sempre que a entrevista for se desviando do seu objetivo principal é preciso que o profissional retome os rumos. Durante a entrevista, o assistente social deve ser um bom observador, focando nas atitudes do cliente, na sua aparência, no modo de se vestir, nas contradições sobre o assunto, nas mudanças repentinas de assunto, entre outros. Todos esses aspectos ajudarão na elaboração do diagnóstico. (VIEIRA, 1969).

A entrevista não deve ser muito longa, para que o usuário não fique exausto, e também não gere dificuldades na elaboração do relatório. Se for realizada no domicílio do usuário, o assistente social deve procurar formas para afastar os vizinhos que demonstrem curiosidade em observar a entrevista, pois isso poderá tirar a privacidade de cliente. No final da entrevista, o assistente social e o cliente devem chegar a uma possível conclusão para aquele problema. (VIEIRA, 1969).

O processo de exposição dos fatos pode ser considerado uma forma de tratamento, pois é nele que o cliente passa a tomar consciência sobre a sua situação e, junto com o assistente social, formula maneiras para resolução dos seus problemas. O tratamento no Serviço Social de caso deve ser constituído pela participação ativa do cliente, pois a reforma depende do seu próprio consentimento. (VIEIRA, 1969).

As informações colaterais correspondem àquelas coletadas aos empregadores, parentes e amigos. O assistente social não pode confiar somente nas informações coletadas pelos clientes, assim como também não deve tomar como apoio único as informações oriundas de terceiros, é necessário que se estabeleça um equilíbrio. (VIEIRA, 1969).

O exame de teste só será feito por serviços especializados, por exemplo: clínicas de orientação e serviços responsáveis pela colocação familiar, tendo em vista que estes pedem exames médicos ou psicológicos. Cabe ao assistente social identificar se o cliente necessita da realização destes exames. (VIEIRA, 1969).

O diagnóstico constitui a compreensão do problema e se baseia no entendimento das suas causas e na avaliação da capacidade do cliente resolver os seus problemas e participar ativamente da resolução destes. O assistente social, diante da situação-problema, não deve julgar o usuário, mas aceitá-lo e mostrar que “Diante da lei civil ou da moral, o cliente poderá

estar errado, oportunamente, [...], o assistente social abrir-lhe-á os olhos a esse respeito”. (VIEIRA, 1969, p. 67).

Para que o tratamento seja eficiente é necessário que o diagnóstico seja preciso e avalie a capacidade de reajustamento que o cliente possui. Os objetivos do tratamento são a prevenção do desajustamento, a conservação das potencialidades do cliente, a criação de novas oportunidades para o cliente, entre outras. O tratamento depende da natureza do problema e pode ser realizado para: melhorar ou modificar sua situação; mudar as atitudes do cliente; ou através da combinação de ambas. (VIEIRA, 1969).

Mesmo com a predominância do Serviço Social de Caso, nesse contexto também há espaço para emersão da metodologia do Serviço Social de Grupo, “especialmente depois que ela é reconhecida como método profissional pelos assistentes sociais norte-americanos, na segunda metade da década de 1940”. (TRINDADE, 2001, p. 12). Acredita-se que essa expansão estava vinculada às ideias de Freud e chegam ao Serviço Social a partir da realização de práticas grupais com finalidades terapêuticas. Com influência da psicologia e da psicanálise, o Serviço Social de Grupo é utilizado para solucionar problemas de socialização, pessoais e de relacionamento. O trabalho em grupos tinha como objetivo ajustar os indivíduos às normas e valores da sociedade. (TRINDADE, 2001). Esse método profissional

adquire maior divulgação através, especialmente, do trabalho de Gisela Konopka, assistente social e psicanalista norte-americana, cujas ideias chegam ao Brasil na década de 50, ainda que o Serviço Social de Grupo só tenha se consolidado, no Brasil, na década de 60, quando ele é articulado à perspectiva desenvolvimento de comunidade. (TRINDADE, 2001, p. 12).

O Serviço Social de Grupo é um processo pelo qual o assistente social tem como objetivo capacitar os indivíduos a repararem seu relacionamento pessoal e ajudá-los a enfrentar seus problemas, sejam eles de ordem pessoal, grupal ou de comunidade. (ARAXÁ, 1967 apud VIEIRA, 1969). O sujeito do Serviço Social de grupo é o indivíduo, e seu objetivo é desvendar as dificuldades que ele encontra para viver harmonicamente; além disso, o Serviço Social de Grupo é preventivo, educativo e promocional. (VIEIRA, 1969).

Como citado anteriormente, a finalidade desse tipo de prática é ajudar o indivíduo a resolver problemas pessoais, de relacionamento e adaptação, ajustando-os à vida em sociedade. O assistente social também tem por função ajudar o grupo a atingir seus objetivos e desenvolver sua consciência social. A formação dos grupos pode ser espontaneamente ou motivada. Exemplo de grupos formados espontaneamente são os de bairros, comunidades, etc. Já os

grupos motivados emergem do estímulo; nesse caso, o assistente social convida determinada clientela a participar. (VIEIRA, 1969).

Da mesma forma como ocorre no Serviço Social de Caso, o Serviço Social de Grupo é constituído por etapas, quais sejam: estudo dos membros e do grupo, diagnóstico, e tratamento social dos membros do grupo. Com relação ao estudo, este deve conter aspectos da comunidade, dos seus membros e dos membros do grupo. Para conhecer a comunidade é preciso que o assistente social compreenda quem são os seus membros, onde vivem, o que fazem, quais são as necessidades individuais e coletivas e onde procuram auxílio. Ao estudar os membros da comunidade, o assistente social deve ainda conhecer suas principais características, comportamentos, atitudes e os problemas encontrados. O estudo dos membros do grupo ocorre através da observação e os principais aspectos a serem observados são: as relações entre seus membros, se há aceitação, rejeição e formação de subgrupos, seus principais líderes e as formas de deliberação. (VIEIRA, 1969). A partir dos relatórios das reuniões, os assistentes sociais poderão construir seus diagnósticos. A pretensão ao elaborar esse instrumento é ajudar o grupo a atingir seus objetivos e resolver os problemas existentes.

O campo de atuação do Serviço Social ampliou-se ainda mais a partir dos anos de 1950, especificamente, com a inserção dos profissionais em atividades de caráter comunitário que tinham como objetivo a mobilização e organização da população, a fim de promover o desenvolvimento econômico e social. Essas atividades são resultantes “da política de intercâmbio econômico-político-cultural que se estabelece entre os Estados Unidos e os países da América Latina, o que, dentre outras iniciativas, possibilita o treinamento de profissionais – como os assistentes sociais - para participar de programas de desenvolvimento, a partir do final dos anos 40”. (TRINDADE, 2001, p. 13).

Desde 1950, a ONU vem empregando a expressão desenvolvimento de comunidade, que pode ser conceituada como formas que governos encontraram para melhorar a situação econômica, social e cultural das comunidades e torná-las capazes de contribuir para o progresso nacional. (ONU, 1950, apud, VIEIRA, 1969). Para que isso venha a ocorrer é necessário a composição de dois elementos, quais sejam: participação da população com esforços voltados para melhorar seu nível de vida a partir da iniciativa pessoal; ao mesmo tempo em que se estabelece a necessidade de fornecer assistência técnica e outros serviços que possam contribuir com essa iniciativa. (RELATÓRIO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA ONU, apud VIEIRA, 1969).

Com a posse de Juscelino Kubitschek (1956) e com as determinações do contexto econômico e político do modo de produção capitalista no Brasil, a ideologia desenvolvimentista torna-se dominante e marco fundamental desse governo. Essa ideologia engloba uma proposta de desenvolvimento econômico com características aceleradas, continuadas e autossustentadas. O objetivo era superar o subdesenvolvimento e o atraso, atingindo a prosperidade e soberania. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Para os teóricos responsáveis pela construção do desenvolvimentismo, um dos aspectos contributivos para o subdesenvolvimento brasileiro era o predomínio do modelo agroexportador e a pouca expansão industrial existente no país. Era necessário, portanto, atingir a industrialização. O resultado da política desenvolvimentista deveria ser sentido por toda sociedade, pois uma das suas metas era acabar com o pauperismo e elevar o nível de vida de toda sociedade brasileira. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Até 1950, o Serviço Social encontra-se alheio a ideologia desenvolvimentista e um dos fatores contributivos a *isso* é o fato da apreensão dos problemas sociais aparecerem, inicialmente, alheios e independentes das questões econômicas. Mas esse fator não “[...] o impede de beneficiar-se da expansão econômica; das novas pressões pela ampliação de consumo desencadeadas pelas classes subordinadas; de desenvolver-se enquanto instituição, absorver e aprofundar novas experiências e institucionalizar-se enquanto profissão”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 362).

O período de desenvolvimento econômico é, portanto, decisivo para as mudanças ocorridas no interior do Serviço Social. O início dos trabalhos desenvolvidos pela ONU, após a segunda Guerra Mundial, especificamente nas comunidades dos países caracterizados enquanto subdesenvolvidos, vai contribuir para a incorporação de novas características nas intervenções do assistente social. (VIEIRA, 1969).

Segundo a ONU, o desenvolvimento de comunidade assinala a aplicação de determinado programa em determinada comunidade, procurando a assistência externa com os esforços pessoais da população. Em países agrícolas, especificamente em suas áreas subdesenvolvidas, as atividades eram focadas na melhoria das condições da qualidade de vida. (VIEIRA, 1969).

O desenvolvimento de comunidade pode ser conceituado como a união dos esforços da comunidade ao dos poderes públicos com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população e, assim, contribuir mutuamente para o progresso nacional. (VIEIRA, 1969). Os programas que compõem o desenvolvimento de comunidade são de características econômicas,

mas, além de programas que proporcionem o aumento do poder aquisitivo dos indivíduos, é necessário que população saiba utilizar esses recursos para melhorar o seu bem-estar. (VIEIRA, 1969). Destaca-se, que

[...] As mudanças tecnológicas e econômicas acarretam vários problemas que devem ser prevenidos [...]. Assim sendo, é necessário atender às necessidades das populações quanto a higiene, assistência médica, instrução em níveis primários, secundários ou superior, recreação e cultura [...]. Estes serviços, prevenindo ou solucionando os problemas acima, permitem aos programas de desenvolvimento econômico alcançar suas finalidades materiais [...] Porém, para que o progresso social acompanhe o progresso econômico, não devem os serviços sociais seguir ou complementar “a fortiori” os programas econômicos, mas ser incluídos no plano e iniciados ao mesmo tempo, senão antes, do programa econômico ou técnico. (VIEIRA, 1969, p. 183).

Conforme a ONU, os serviços sociais podem ser classificados em quatro categorias: os serviços comunitários; serviços para famílias e indivíduos; serviços para os grupos; e serviços para desajustados. No âmbito de execução desses serviços o assistente social vai intervir e contribuir para a humanização dos programas de desenvolvimento econômico. (VIEIRA, 1969).

Com a abordagem de comunidade, o eixo de intervenção do Serviço Social vai passando por algumas alterações. De atendimentos individuais e grupais, voltados para a higienização e moral, a profissão também vai desenvolver atividades que contribuam para a harmonia social a partir de uma perspectiva coletiva; além disso, a abordagem dos profissionais nesse momento também passa a ter como foco o meio em que estão inseridos os sujeitos. (TRINDADE, 2001).

Nas atividades de DC, os assistentes sociais passam a ter contato com outras categorias profissionais. Essa aproximação vai proporcionar ao Serviço Social uma ampliação das abordagens profissionais e a ultrapassagem de concepções individuais acerca das problemáticas sociais enfrentadas pelas comunidades. (TRINDADE, 2001). Com relação aos instrumentos utilizados pelas equipes, podemos destacar aqueles “derivados da Pesquisa Social, da Dinâmica de Grupo, da Comunicação Social, da Psicologia Social e da Educação, tais como: documentação, observação, diálogo e entrevista, reunião, palestra, carta circular, recursos audiovisuais e pesquisa-ação, dentre os mais comuns”. (TRINDADE, 2001, p. 13).

Para Vieira (1969), a formação do assistente social é a mais adequada para ajudar a população no processo de autoajuda das pessoas. Nas etapas do desenvolvimento de comunidade, quais sejam: planejamento (assessoria e orientação sobre os assuntos sociais), implantação (contribuição para manter o interesse da população no processo) e funcionamento (formulação e interpretação das necessidades, encontro dos líderes e auxílio destes na efetivação do seu papel na comunidade), deve haver a participação do Serviço Social. (VIEIRA,

1969). O Serviço Social pode ainda contribuir na administração dos serviços assistenciais necessários para o desenvolvimento da comunidade. (VIEIRA, 1969).

[...] a contribuição específica do Serviço Social, nas equipes profissionais de DC, pode ser assim definida: a) participar em pesquisas operacionais; b) contribuir na elaboração das variáveis para o estudo, análise-diagnóstico e avaliação dos programas; c) estabelecer canais de comunicação com a comunidade, suscitando sua participação no estudo, análise-diagnóstica, planejamento e avaliação; d) contribuir para adequação das prioridades técnicas às prioridades sentidas pela comunidade; e) dinamizar a comunidade para integração no processo de desenvolvimento ; f) suscitar inovações que estimulem a comunidade a adotar atitudes e comportamentos que a levem a optar e a assumir decisões. (VIEIRA, 1969, p. 186).

Conforme Vieira (1969), a intervenção do assistente social no desenvolvimento de comunidade pode ser dividida em três fases: estudo, planejamento e diagnóstico. Essas fases podem ser efetivadas separadamente ou em conjunto. No estudo, o assistente social pode conhecer a comunidade e elaborar um diagnóstico seguido de um plano de ação. O estudo é realizado através de pesquisas e inquéritos. No planejamento, utilizamos os dados coletados com projeções de ações futuras. É através do planejamento que o assistente social leva para a comunidade soluções e formas de executá-las. Destaca-se que a sua construção ocorre através de discussões em grupo.

A fase da execução é resultante do planejamento e deve ser posta em prática pelos membros da comunidade. A execução ocorre através de grupos e/ou comissões, criadas para contribuir na execução das tarefas e compostas de acordo com o trabalho que será executado. (VIEIRA, 1969). Exemplos de projetos que podem ser desenvolvidos nas comunidades são de: infraestrutura, projetos voltados para a mudança de hábitos, costumes e atitudes, projetos voltados para criação, reformas e coordenação de recursos. (VIEIRA, 1969).

Um aspecto importante a ser sinalizado antes de finalizar este tópico é que as ações desenvolvidas no Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, conforme citado, embora utilizem instrumentos que hoje também fazem parte do arsenal de instrumentais da profissão, as intencionalidades dos assistentes sociais naquele contexto visam ajudar e adaptar o indivíduo às normas morais conservadoras da sociedade. Assim, observa-se que, independentemente de ser uma intervenção individual, grupal ou dentro das comunidades, o ideário conservador estava presente.

A partir da década de 1960, há uma expansão da inserção profissional do assistente social no mercado de trabalho. Neste mesmo contexto há um alargamento das funções exercidas pelo assistente social, que para além da execução terminal de políticas sociais, vai adentrando nas funções de planejamento e formulação de políticas sociais. (IAMAMOTO; CARVALHO,

2014). Além disso, as inquietações profissionais diante das desigualdades sociais e incompatibilidades nas intervenções profissionais desencadeia o movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina (1965 -1975) e o processo de Renovação do Serviço Social Brasileiro.

1.2 O movimento de renovação e as conquistas alcançadas pela profissão.

Como destacado anteriormente, nos anos de 1950 o Serviço Social se insere em ações de desenvolvimento de comunidade. A partir desse contato, os assistentes sociais acabam se engajando nas discussões sobre os problemas macrossociais, ainda que alguns profissionais o façam de forma acrítica e sem romper com o tradicionalismo profissional.

A década de 1950 é marcada por sucessivas eleições presidenciais, é o período redemocrático brasileiro, após a saída do governo ditatorial de Getúlio Vargas, com abertura para as ações dos movimentos sindicais e construções das reformas de base. Nesse contexto, também se observa a expansão dos espaços sócio ocupacionais do assistente social, tendo em vista as transformações oriundas da segunda fase da industrialização pesada¹¹. Diante desse cenário, percebe-se que o mercado de trabalho dos assistentes sociais, outrora concentrado nas instituições do Estado e em obras filantrópicas do setor privado e com o crescimento do setor industrial, a inserção do Serviço Social passa a constituir espaço nas indústrias. (NETTO, 2015).

Este mercado colocou para o Serviço Social, dada a sua contextualização sociopolítica, um *novo padrão de exigências* para o desempenho profissional, - quer nas agências estatais, quer nos espaços privados recém-abertos. [...] A “modernização conservadora” rebateu nos espaços institucionais do exercício profissional passou a requisitar do assistente social uma postura “moderna”, no sentido de compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades dimanantes daquela racionalidade [...] O efeito global dessas exigências engendrou precisamente um vetor de erosão do Serviço Social “tradicional”: implicou um dimensionamento técnico-racional – quer no nível de *legitimação* das práticas, quer no nível de comportamentos

¹¹ Segundo Santos (2008) a industrialização Brasileira pode ser dividida em duas fases: a industrialização restringida e a industrialização pesada. A industrialização restringida começa a apresentar suas características iniciais a partir de 1930 e vai até 1955; nesse contexto, percebemos “[...] a formação do mercado de trabalho assalariado, a estrutura sindical corporativa, a CLT [...]”. (SANTOS, 2008, p.19).

Particularmente a partir do governo JK intensifica-se a intervenção estatal, que passa a regular, mais sistematicamente, as relações econômicas internas e externas ao formular diretrizes de política econômica que favoreciam explicitamente a expansão de empresas privadas nacionais, sobretudo, em associação com o capital internacional. Essa política dará início à fase de “industrialização pesada” e modificará as condições de funcionamento dos mercados de capital e de força de trabalho”. (IANNI, 1986 apud SANTOS, 2008, p.113-114), [...] iniciada a partir de 1950 é implantada “uma nova estrutura industrial com base nas indústrias mecânicas, de material elétrico e comunicações, de material de transporte, química e uma nova indústria metalúrgica [...]” (SANTOS, 2008, p. 101).

profissionais impressionistas, fundados consequentemente em supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias às lógicas da programação organizacional. (NETTO, 2015, p. 162 – 163, grifos originais).

As bases teóricas conservadoras que fundamentavam a profissão passaram a ser objeto de questionamento por parte da categoria profissional por volta da década de 1960, de forma articulada ao movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Esse processo faz parte da conjuntura social à qual o Brasil e a América Latina vinham passando, e são produtos da expansão do capitalismo mundial que impõe aos países subdesenvolvidos um tipo de desenvolvimento desigual e combinado (PRADO JUNIOR, 1966). As inquietações assumidas pela profissão englobam questionamentos nos níveis teórico, metodológico, operativo e político. (YAZBEK, 2009).

Para Netto (2015), a Reconceituação está ligada ao contexto sócio-político latino-americano; em sua gênese, a questão central destacada pelos assistentes sociais era sobre a contribuição do Serviço Social na superação do subdesenvolvimento. Um outro aspecto que também provocou a inquietação dos assistentes sociais foi a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais frente às demandas regionais e nacionais que vinham emergindo.

As primeiras respostas desse movimento permitiram construir uma grande união contra o tradicionalismo, mas a ditadura militar dos países latino-americanos, patrocinada pelos EUA, acabou derrotando as alternativas revolucionárias que vinham sendo construídas.

O período ditatorial pode ser caracterizado enquanto uma contrarrevolução preventiva do modo de produção capitalista, que teve seus principais rebatimentos nos países de terceiro mundo, especificamente na América Latina, onde estava emergindo movimentos voltados para a libertação nacional das amarras imperialistas. (NETTO, 2015).

No Brasil, por exemplo, antes da entrada do regime ditatorial, tivemos “com Goulart à cabeça do Executivo, espaços significativos do aparelho de Estado foram ocupados por protagonistas comprometidos com a massa do povo e, mesmo enfrentando um legislativo onde predominavam conservadoras [...]”. (NETTO, 2015, p. 37). Esse governo é marcado por sucessivas reformas de base, dentre elas a agrária e a tributária, que acabam mexendo essencialmente na estrutura capitalista. Diante dessa conjuntura, procurou-se instalar no país essa contrarrevolução que tinha como principais objetivos: adequar o país a um modelo de desenvolvimento econômico submisso ao capitalismo internacional; desmobilizar os movimentos e reformas protagonizados pela classe trabalhadora e a presença dos ideais socialistas. (NETTO, 2015).

Por consequência do cenário ditatorial latino-americano, por volta de meados da década de 1970 a Reconceitualização acabou inconclusa, embora não se possa deixar de destacar alguns ganhos que esse movimento obteve, quais sejam: a construção de uma interlocução latino-americana entre os profissionais, com a função de responder as problemáticas comuns da América Latina; a explícita dimensão política da profissão a escolher a esquerda enquanto via de rompimento com o tradicionalismo; a interlocução crítica com as ciências sociais, especificamente com as obras de Karl Marx; o pluralismo profissional; e a luta pela inserção da profissional nas funções de gestão e planejamento de políticas sociais. (NETTO, 2005).

No processo de rompimento com o Serviço Social tradicional¹², denominado no Brasil, segundo Netto (2015), de Renovação do Serviço Social, é possível identificar três direções. São elas: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura. A perspectiva modernizadora está presente no primeiro (1967) e segundo (1970) Seminários de Teorização do Serviço Social; esses dois encontros tiveram como textos finais os documentos de Araxá e Teresópolis, respectivamente. Na perspectiva modernizadora, é possível perceber um avanço da profissão com destaque para o aperfeiçoamento teórico metodológico na intervenção, embora sem realizar, durante o emprego desses instrumentos, um questionamento a respeito da conjuntura sócio econômica brasileira. Nesse momento, são consolidados “Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, reforçando o estudo, o diagnóstico e o tratamento”. (SANTOS, 2006, p. 43).

Com relação ao seminário de Araxá, Aguiar (2011) destaca que este seminário se constituiu enquanto uma tentativa de estudar e teorizar a metodologia do Serviço Social. O encontro ocorreu de 19 a 26 de março de 1967, na cidade de Araxá, Minas Gerais. Antes da realização deste momento, cinco documentos foram elaborados pela escola de Serviço Social da PUC – São Paulo, como forma de preparação para as discussões do seminário:

Doc. I – Componentes Universais do Serviço Social; Doc. II – Metas do Serviço Social; Doc. III – O Serviço Social face ao processo de formulação e implantação da Política Social; Doc. IV – Papel do Serviço Social. Funções do Serviço Social; Doc. V – Serviço Social. Níveis de atuação. Funções. Ótica e Metodologia. (AGUIAR, 2011, p. 148)

O Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviço Sociais (CBCISS)¹³ elaborou cinco roteiros para serem discutidos pelos participantes durante a realização do evento,

¹² Para Netto (2015), pode-se designar enquanto Serviço Social tradicional aquele que tem como práticas atividades empiristas, paliativas e burocratizadas, e como pressuposto orientador a ética liberal burguesa, com perspectiva funcionalista para o enfrentamento das expressões da questão social.

¹³ O CBCISS foi criado em 1946 com o objetivo de incentivar e desenvolver a cooperação e o intercâmbio entre profissionais e instituições inseridos no campo de serviços sociais.

quais sejam: discussão sobre o conceito do Serviço Social; discussão sobre o Serviço Social de Caso; discussão sobre o Serviço Social de Grupo; discussão sobre o Desenvolvimento de Comunidade; discussão de Administração de Programas. (AGUIAR, 2011). Percebe-se, neste último roteiro citado, a inquietação existente por uma parte da categoria com relação à função de formulação de Políticas Sociais, tendo em vista que um novo espaço sócio ocupacional, para além da execução terminal de Políticas Sociais, estava emergindo.

Segundo Aguiar (2011), o Seminário de Araxá está inserido num contexto de questionamentos dos próprios assistentes sociais em busca de uma metodologia adequada que pudesse contribuir para a política desenvolvimentista. A metodologia utilizada naquele momento era a de caso, grupo e comunidade, e a atuação estava centrada nos níveis de microatuação (execução operacional das políticas sociais) e macroatuação (planejamento e formulação das políticas sociais). Ao destrinchar aspectos importantes deste documento, Aguiar (2011, p. 152) destaca alguns níveis de atuação do Serviço Social, quais sejam: “a) A Política Social; b) Planejamento; c) Administração de Serviço Social e d) Serviços de atendimento direto, corretivo, preventivo e promocional a indivíduos, grupos, comunidades, populações e organismos”.

Com relação ao Seminário de Teresópolis, Netto (2015) destaca que esse documento estava centrado na necessidade de estudar a metodologia do Serviço Social frente a realidade brasileira. No documento, percebe-se a defesa da perspectiva modernizadora como ponto de vista profissional e sobretudo como forma de intervir nas demandas sociais.

Ainda segundo o autor, o documento de Teresópolis é constituído por relatórios de dois grupos profissionais que estavam centrados nas discussões de duas temáticas, quais sejam: Concepção científica da prática do Serviço Social; e Aplicação da Metodologia do Serviço Social. Os participantes do seminário, envolvidos nas discussões do primeiro tema, foram subdivididos em grupos A e B. Com relação à intervenção do assistente social, para o grupo A a atuação do Serviço Social estava voltada para “Participação em Programas de educação sexual, substituição de valores e padrões culturais, participação em programas de planejamento familiar, orientação familiar e criação de recursos [...]”. (CBCISS, 1986, p. 63 apud NETTO, 2015, p. 240). Destarte, tais funções se encontravam tanto nos níveis da microatuação, como na macroatuação. Já o grupo B divide a atuação do assistente social em três níveis: “[...]prestação direta de Serviços Sociais; Administração de Serviços Sociais e planejamento deles”. (NETTO, 2015, p. 241). O relatório desses dois grupos possuía um denominador comum: “[...] ‘A

concepção científica da prática do Serviço Social’ é assumida como uma intervenção [...]”. (NETTO, 2015, p. 242)

No que diz respeito ao segundo tema, “Aplicação da Metodologia do Serviço Social” o Grupo A formula, sequencialmente, procedimentos metodológicos interventivos do Serviço Social: investigação – diagnósticos e intervenção. Já o Grupo B define, primeiramente, a metodologia aplicada no nível do planejamento, enquanto “[...] um processo integrado e interdisciplinar, no qual se inclui a disciplina do Serviço Social, é ‘considerado como o procedimento que orienta a tomada de decisões políticas racionais, com vistas ao desenvolvimento’”. (CBCISS, 1986, p. 243 apud NETTO, 2015, p. 243). Após deliberar sobre a metodologia aplicada no planejamento, o grupo delibera a metodologia aplicável na administração em Serviço Social e na prestação direta de Serviços diretos. Na formulação deste grupo, a atuação deveria estar voltada para a concepção de diagnóstico e intervenção. (NETTO, 2015).

Para Netto (2015), o documento de Teresópolis contribuiu para discriminar, classificar e categorizar as situações-problemas dos indivíduos, cristalizando o papel do assistente social como profissional do desenvolvimento que se pregava naquele contexto. A funcionalidade do Serviço Social estava situada no nível estritamente técnico-instrumental, característica pertinente para a modernização conservadora. (NETTO, 2015).

A intervenção profissional do assistente social com base na direção da modernização conservadora acontecia numa perspectiva de reajustamento do indivíduo: o foco era reajustar e reeducar para inserir na realidade. Compreende-se o problema da realidade social, mas não o questiona, ainda que exista uma preocupação com a técnica, para não ser doutrinária. Sendo assim, ações “educativas” que interferem nos costumes e valores da população. (SANTOS, 2006). Apesar desse perfil de ajustamento, esse período foi marcado por um grande esforço da categoria em construir uma dimensão técnico-operativa que correspondesse ao contexto.

No final da década de 1960, o projeto profissional modernizador passa a ser questionado pela categoria profissional. De um lado estavam aqueles contrários a laicização e as ações promovidas pelo movimento; do outro, se encontravam os profissionais inconformados com a submissão da vertente modernizadora à autocracia burguesa. Essas duas tendências acabam constituindo, no final de década de 1970, duas novas direções do movimento de renovação: a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. (TRINDADE, 2001).

A reatualização do conservadorismo ressoa das formulações ocorridas nos Seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista. Essa direção estava alinhada a fenomenologia e ao

tradicionalismo cristão e tinha como referência o atendimento individual desenvolvido por meio da ajuda psicossocial. (TRINDADE, 2001). Para Almeida (1978), os representantes dessa perspectiva afirmam que suas preocupações estão centradas e apoiadas em concepções de visão do indivíduo e do mundo em que ele está inserido. “[...] orientada numa hermenêutica da realidade pela teoria personalista do conhecimento, por uma fenomenologia existencial e por uma ética cristã motivante”. (ALMEIDA, 1978, p. 11).

Um aspecto marcante dessa vertente foi o surgimento do aporte ao pensamento fenomenológico como “[...] faceta mais proeminente das colocações significativas dos autores que se inscrevem na perspectiva de reatualização do conservadorismo.” (NETTO, 2015, p. 157). Para Almeida (1978, p. 116, grifos do autor), “O marco teórico referencial dessa metodologia é constituído por três grandes conceitos: *diálogo, pessoa e transformação social*.”. Destaca-se que a transformação social abordada se refere à pessoa, e não à estrutura. Há também um retorno dos valores cristãos voltados para uma ajuda psicossocial.

Segundo Trindade (2001), o assistente social era responsável por desenvolver o diálogo que promoveria a transformação do indivíduo (pessoa). O termo pessoa passou a ser utilizado em substituição ao termo cliente, pois acreditava-se que os sujeitos deveriam ser reconhecidos por sua condição humana, e não como usuário de um programa, devido a sua condição de oprimido, desajustado e etc. Para a reatualização do conservadorismo a pessoa seria o sujeito, racional e livre, a quem seria oferecida a ajuda psicossocial. E a transformação social exige um conhecimento de mundo, assim como a saída de si, para que horizontes fossem abertos. (ALMEIDA, 1978).

No diálogo, assistente social e cliente fazem uma experiência que engloba todo o seu ser na história humana. (ALMEIDA, 1978). “A metodologia do diálogo exige como ponto de partida um conhecimento. [...] que permita o equacionamento do problema eleito para o estudo. [...] Reconhecemos o diálogo como o instrumento adequado à ajuda psicossocial”. (ALMEIDA, 1978, p. 118-119).

A entrevista constitui-se em um tipo de instrumento fundamental para realização do diálogo, mas esta não deveria ser utilizada da mesma forma da vertente modernizadora. A entrevista deveria ser aplicada a partir de uma abordagem individual, para transformar a situação vivenciada pelo sujeito. Essa transformação não depende somente do assistente social, mas da “pessoa”. Dessa forma, o assistente social vai apenas capacitá-lo para realização dessa transformação. (TRINDADE, 2001)

Nessa direção, percebemos uma relação de ruptura e continuidade com o passado profissional, especificamente com a parte mais conservadora do Serviço Social. Para Netto (2015), o conservadorismo não foi erradicado a partir da modernização conservadora. O reformismo praticado por essa direção fez adaptações às novas exigências desenvolvimentistas do modo de produção capitalista, não à uma ruptura com o tradicionalismo. “A crítica à herança positivista, em grande estilo, é uma tônica na literatura profissional da perspectiva de reatualização do conservadorismo, quer ao positivismo clássico, quer às suas versões mais recentes”. (NETTO, 2015, p. 262). Para Almeida (1978), sua insatisfação estava centrada na relação que o Serviço Social estava mantendo com o positivismo, especificamente, porque esse estava impossibilitando a compreensão do vivido humano. A análise positivista do indivíduo, por meio de modelos sociais, só trazia respostas fechadas e acabava negando a própria história do homem e a sua subjetividade. (ALMEIDA, 1978). “[...] para nós o Serviço Social deveria ser posicionado como auxiliar da abertura desse sujeito-existente, singular, em relação aos outros, ao mundo de pessoas”. (ALMEIDA, 1978, p. 114).

A perspectiva modernizadora e a reatualização do conservadorismo buscam novos caminhos para a profissão, mas o respaldo teórico e metodológico continuou tendo como base as correntes de pensamento conservadoras. Conforme Netto (2015), a única direção que busca romper com o tradicionalismo é a intenção de ruptura. Essa vertente, apesar dos equívocos iniciais, ao aproximar-se do marxismo deturpado e da visão messiânica de transformação do mundo, é a única que possibilita um avanço no sentido de ruptura para a profissão. Nesta direção, encontra-se a formulação do método BH, na Universidade Católica de Minas Gerais.

Com os primeiros sinais de exaurimento do regime ditatorial e entrada do cenário de redemocratização, a vertente intenção de ruptura¹⁴, que outrora havia perdido sua força com as medidas repressivas da ditadura militar de 1964, começa a apresentar suas manifestações. As primeiras amostras dessa direção, que tendiam à ruptura com o serviço social tradicional, tinham grandes resistências à práticas individuais e grupais com ênfase no atendimento psicossocial. (TRINDADE, 2001). O novo projeto profissional apresentava como perspectiva uma abordagem dos problemas sociais como resultantes das desigualdades sociais do modo de produção capitalista.

Para essa vanguarda profissional, fazia-se necessário rejeitar abordagens “[...] próprios ao Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade. Os instrumentos burocráticos e

¹⁴ Destacamos que essa tendência de ruptura não se tratava de algo majoritário da categoria, pois parte dos profissionais estavam inseridos em instituições regidas por orientações modernizadoras. (TRINDADE, 2001).

administrativos de organização formal do aparato de serviços institucionais, as técnicas de abordagem individual (de cunho psicologizante) e de grupo (terapêuticas) [...]”. (TRINDADE, 2001, p. 18). Isto é, abordagens que tratavam as situações de vulnerabilidade vivenciadas por aqueles indivíduos como individuais. Exigia-se implementar outras intencionalidades na efetivação desses instrumentos que pudessem potencializar, de forma crítica, a intervenção profissional dos assistentes sociais e conscientizar politicamente a população em busca dos seus direitos sociais.

Percebemos, portanto, que o instrumental técnico utilizado pelos assistentes sociais nesse contexto começa a assumir uma outra direção. (TRINDADE, 2001). Os profissionais adeptos aos direcionamentos da intenção de ruptura estavam preocupados com o desenvolvimento de práticas coletivas que contribuísse para o engajamento da população em atividades comunitárias, quais seja: análise de conjuntura, assembleias, planejamento participativo, entre outras.

A renovação do Serviço Social, com exceção da direção intenção de ruptura que envolve a experiência de BH, foi reduzida à incorporação de vetores desenvolvimentistas. Somente a partir da segunda metade da década de 1970, quando o regime ditatorial de 1964 começa a apresentar sinais de erosão, é que se pode sentir uma maior expansão da crítica ao tradicionalismo profissional. (NETTO, 2015). “[...] a passagem dos anos 1970 aos anos 1980, com a reativação do movimento operário-sindical e o protagonismo dos chamados sujeitos sociais, abriu perspectivas para que os assistentes sociais chamariam de ruptura com o tradicionalismo”. (NETTO, 2015, p. 17).

Para Netto (2015), a intenção de ruptura é constituída por três momentos: emersão, consolidação e espraiamento entre os profissionais – este último ocorrido a partir do segundo terço da década de 1980. Com relação à emersão, destaca-se a sua materialização por uma parcela da categoria profissional no método BH; as formulações deste método apontam para “[...] uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e propõem [...] uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissional e no plano da formação”. (NETTO, 2015, p.334).

Na passagem para a segunda metade dos anos de 1980, o movimento de intenção de ruptura ganha mais força; é nesse momento que os profissionais passam a buscar o contato com as fontes originais de Marx, ao mesmo tempo em que tentam utilizar essas contribuições para compreender questões relacionados ao Serviço Social e ao seu objeto de intervenção: a questão social. Nesse contexto, coloca-se a necessidade dos profissionais se apropriarem de uma

compreensão crítica da realidade social e das contradições existentes nas políticas sociais. (TRINDADE, 2001).

A partir do movimento de renovação, uma nova gama de requisições, que já vinha sendo posta devido as transformações societárias do modo de produção capitalista, passa a adentrar com mais força na profissão, quais sejam: atividades de planejamento, avaliação, acompanhamento de programas e políticas sociais. Nas instituições incumbidas de atender as expressões da questão social, esses profissionais eram contratados como técnicos sociais e estavam inseridos em processos de trabalho multidisciplinares. (TRINDADE, 2001).

No que diz respeito aos ganhos obtidos a partir do movimento de renovação, ressaltamos as contribuições da professora Marilda Villela Iamamoto em sua obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, de autoria conjunta com Raul de Carvalho, fruto de um projeto desenvolvido pelo Centro Latino Americano de Trabajo Social – CELATS. O livro, baseado no método materialista histórico dialético, traz em seu conteúdo a abordagem das principais categorias desenvolvidas por Karl Marx e a compreensão do Serviço Social como uma profissão que emerge na sociedade burguesa, ligada especificamente às demandas do capitalismo monopolista, o que contribuiu para o debate do currículo de 1982.

Outra conquista, obtida após o movimento de reconceituação, foi o de repensar a formação profissional, bem como o código de ética. Em relação à primeira, em 1982, foi aprovado o currículo que rompe com a base conservadora da formação profissional e se apropria da teoria social de Marx. E, posteriormente, uma nova revisão curricular, que culminou com a construção das diretrizes curriculares de 1996, que destaca a questão social como objeto de intervenção do assistente social, a categoria trabalho como elemento fundante do ser social, e a inserção dos núcleos: 1- Fundamentos teórico metodológicos da vida social; 2- Fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. 3- Fundamentos do trabalho profissional, como fundamentais para a formação profissional. (ABEPSS, 1996). Além disso, as diretrizes curriculares de 1996 definem que a formação profissional deve viabilizar capacitação teórico-metodológica e ético-política enquanto requisito fundamental para o desenvolvimento das atividades técnico-operativas do assistente social.

Quanto ao código de ética, há uma primeira revisão, em 1986, trazendo em seu conteúdo perspectivas de ruptura com o conservadorismo profissional. Em 1993, o código é reformulado no sentido de tratar “[...] com mais rigor as implicações dos princípios conquistados e plasmados naquele documento, tanto para fundar mais adequadamente os seus parâmetros éticos, quanto para permitir uma melhor instrumentalização dele na prática cotidiana do

exercício profissional”. (CFESS, 2011, p. 20). O contato da categoria profissional com as obras de Antônio Gramsci e suas categorias (sociedade civil, sociedade política, intelectual orgânico, entre outras), e Georg Lukács, com a ontologia do ser social, possibilitaram um salto de maturidade intelectual.

Fruto da renovação do Serviço Social, e que tem sido um grande desafio para a profissão, é a defesa dos ideais do Projeto Ético Político. Aspecto que também merece destaque diz respeito à compreensão da intervenção profissional do assistente social, para além daquela que vinha sendo materializada, com respaldo na fenomenologia e no positivismo. A fundamentação a partir da teoria social de Marx, presente inicialmente no currículo mínimo de 1982 e com mais densidade nas diretrizes curriculares de 1996, possibilita aos assistentes sociais construir respostas profissionais permeadas por uma leitura crítica da realidade e das expressões da questão social, pensando também em instrumentais técnicos que permitam respostas qualificadas e críticas acerca das demandas dos usuários. “Essa perspectiva conseguiu chamar atenção para **o caráter político dos instrumentais técnico-operativos**, negando uma suposta neutralidade no seu manuseio, defendida pela razão instrumental, de cunho formal [...]”. (SANTOS, 2006, p.51).

Apesar dos ganhos que a profissão obteve, ao pensar numa nova perspectiva para a intervenção profissional com base no materialismo histórico dialético, Sarmiento (2012, p.109), sinaliza que a dimensão técnico-operativa “[...] ainda é uma discussão teórica e prática em aberto, rica de possibilidades, dicotomias e contradições, mas que precisa receber um tratamento investigativo e produtivo para que não seja desqualificada por princípio”. Além disso, a dimensão técnica-operativa merece um destaque, um trato com atenção, haja vista o passado cheio de equívocos que a profissão carrega. (SANTOS; FILHO; BACK, 2012).

1.3 O debate da dimensão Técnico-operativa a partir do Projeto Ético Político defendido pela profissão.

No Brasil, o debate sobre a dimensão técnico-operativa se inicia a partir da década de 1990, com as discussões fomentadas pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS –, tendo em vista dificuldades encontradas pelos agentes fiscais e pelas comissões de fiscalização para compreender as atribuições privativas e competências do assistente social dentro dos espaços sócio ocupacionais. (MIOTO; LIMA, 2009).

A partir da concepção de Santos, Filho e Back (2012), pode-se destacar que a dimensão técnico-operativa não se reduz ao simples uso de instrumentos e técnicas, mas engloba um

conjunto de ações e procedimentos adotados pelo profissional que visa a execução de uma determinada finalidade. Assim, além dos instrumentos e técnicas, estão as táticas, estratégias e particularidades de cada espaço sócio ocupacional. (SANTOS; FILHO; BACK, 2012).

Para Trindade (2001), a técnica utilizada pelos assistentes sociais é dotada de capacidade teleológica dos sujeitos e mobilizada pelas suas intencionalidades profissionais. Sarmento (2012) destaca que a técnica constitui um conhecimento empírico desenvolvido pelo ser social para alcançar a realização de determinada “coisa”. O modo como o profissional utiliza os instrumentos está para além de manuais prontos, modelos ou formas pré-definidas. “A técnica pode ser tomada, então, como uma qualidade atribuída ao instrumento para que ele se torne o mais utilizável possível, em sintonia com a realidade do objeto de trabalho”. (TRINDADE, 2001, p.3).

Os instrumentos são elementos que possibilitam a realização de uma mediação e potencialização do trabalho profissional do assistente social. Eles não carregam o processo de “aplicar sobre realidade” e em seguida obter um resultado de transformação imediata do objeto. A subjetividade nesse processo é extremamente decisiva, pois os resultados a serem alcançados estão relacionados à mudança de consciência, comportamentos. O resultado pretendido acaba sendo incerto e a forma de controle é menor. (TRINDADE, 2001).

Segundo Cardoso (2008), a utilização desses instrumentos não é algo simples, tendo em vista as diversas causalidades que podem ser desencadeadas na intervenção profissional. Dessa forma, “[...] para colocar em prática qualquer instrumental você tem que ter clareza do que está fazendo, qual sua sustentação teórica, técnica e pessoal”. (CARDOSO, 2008, p. 38). É necessário compreender também que os instrumentos e técnicas que fazem parte das atividades de regulação social, no modo de produção capitalista.

[...] não são objetos concretos, não são meios materiais que potenciam a ação sobre objetos materiais. Estes instrumentos possuem um caráter menos instrumental (no sentido de ser algo que se utiliza para ajudar a atingir um resultado concreto) e mais processual, pois a mediação se constitui em procedimentos, atitudes, posturas que visam levar os homens a produzir novas atitudes. (TRINDADE, 2001, p. 5).

Além disso, se analisarmos os instrumentais utilizados pelo assistente social a partir de uma perspectiva histórica e analítica, vamos compreendê-los como instrumentos dotados de intencionalidade de acordo com o movimento sócio-histórico da sociedade, e não como instrumentos e técnicas padrões, independentemente das perspectivas adotadas pelos profissionais. (TRINDADE, 2001).

Sousa (2008) classifica os instrumentos utilizados pelo Serviço Social em dois tipos: os instrumentos de trabalho direto, que podem ser classificados em observação, entrevista, visita

domiciliar e reuniões de grupos; e os instrumentos de trabalho indireto: relatório social e o parecer social, que geralmente são utilizados após a gerência dos instrumentos diretos. “[...] o que não significa negar a existência de outros ainda não captados ou que não venham a ser criados no desenvolvimento do exercício profissional”. (SARMENTO, 2012, p. 120).

Esses instrumentos, que são utilizados ao longo da trajetória histórica do exercício profissional do assistente social, fazem parte, mas não se reduzem à dimensão técnico operativa do Serviço Social e devem ser operacionalizados a partir de saberes “[...] teórico-metodológicos, conhecimentos [...] interventivos, habilidades técnico-profissionais, procedimentos teórico-metodológicos e de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica”. (GUERRA, 2013, p. 47). Esses saberes se desdobram em dimensões, quais sejam: teórico-metodológica; ético-política e técnico-operativa, e são fundamentais para atribuir uma intencionalidade crítica a intervenção profissional e assim contribuir para o rompimento de práticas imediatas e burocráticas. (SANTOS, FILHO, BACK, 2012).

A dimensão técnico-operativa é vista no nível da imediatez do cotidiano, apresentando as resolutividades frente às demandas apresentadas, mas sua intervenção só acontece de forma crítica quando faz a articulação com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e investigativa. “É na realização da dimensão técnico operativa da profissão que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um *ethos* profissional. É através da mesma que o assistente social articula um conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar [...]”. (GUERRA, 2012, p. 42).

As dimensões¹⁵ (teórico-metodológica; ético-política, técnico-operativa e investigativa), como citado anteriormente, não podem ser caracterizadas de forma rígida ou autônoma; elas são interatuantes, mesmo que em determinadas situações da intervenção profissional possa haver o predomínio de uma sobre a outra. (GUERRA, 2013). Também devem ser aperfeiçoadas de acordo com as complexidades das demandas existentes. Apesar dessas questões “[...] A dimensão técnico-operativa é a forma de aparecer da profissão, pela qual é conhecida e reconhecida”. (GUERRA, 2013, p. 46). É dela que acontece a resolutividade das demandas postas no cotidiano interventivo que, ou pode ser reproduções do instituído, ou possibilitar a construção de algo novo a partir da direção teórica que o profissional esteja tomando como orientação. (GUERRA, 2013).

¹⁵“Tais dimensões, em razão da diversidade que as caracteriza, constituem-se “síntese de múltiplas determinações”, ou seja, caracterizam-se como unidade de elementos diversos, que conformam a riqueza e amplitude que caracteriza historicamente o modo de ser da profissão, que se realiza no cotidiano”. (GUERRA, 2012, p.39).

Conceituando as demais dimensões citadas no parágrafo anterior, destacamos que a dimensão investigativa permite ao profissional um olhar diferente sobre as outras dimensões. A prática investigativa possibilita adentrar em uma perspectiva de realidade para além do que é apresentado na aparência. “[...] Ela é a dimensão do novo. É através desta dimensão que se pode fazer a crítica ontológica do cotidiano. A dimensão investigativa permite também a produção de conhecimentos voltados para os interesses populares que são usuários às quais nos vinculamos”. (GUERRA, 2013, p.61).

A dimensão teórico-metodológica tem como fundamento basilar a teoria social de Marx, fundamentada em uma percepção crítica dialética acerca da totalidade. O materialismo histórico dialético traz um conjunto de explicações que vão subsidiar o assistente social na compreensão das contradições existentes nas relações sociais.

A dimensão ético-política tem como principal fundamento o Projeto ético-político profissional, que se desdobra na Lei de Regulamentação da Profissão; o Código de Ética de 1993 e as Diretrizes Curriculares do Serviço Social de 1996. No Código de Ética, o assistente social tem a defesa da liberdade enquanto valor ético central. Essa liberdade mencionada é concebida como uma capacidade humana de fazer escolhas, voltadas para o humano genérico.

A partir desses argumentos, percebe-se a necessidade de discutir a articulação entre as dimensões fundamentais, pois as escolhas tomadas na intervenção técnica-operativa emanam de valores éticos políticos defendidos pela categoria, além do arcabouço teórico metodológico necessário para compreender aquela realidade para além da aparência. Nesses termos, referir-se à dimensão técnico-operativa significa compreender toda essa totalidade que a permeia. (SANTOS; FILHO; BACK, 2012).

A atuação profissional do assistente social, a partir de uma concepção crítica da dimensão técnico-operativa, deve ser condicionada por uma prática reflexiva e investigativa, evitando que a ação se torne um mero fazer tecnocrata e burocrático. É preciso, ainda, que os profissionais tenham clareza que os instrumentos não são mais importantes que os objetivos das suas ações. (SOUSA, 2008). A prática deve ser criativa, recriada e pensada cotidianamente.

Portanto, é preciso situar os limites impostos pela sociabilidade burguesa, compreendendo assim as ações de maneira crítica, com vistas a negar discursos e intervenções fatalistas e messiânicos. Sousa (2008) aponta que os profissionais precisam ter clareza das causalidades e a não estaticidade em que a sua intervenção está situada.

[...] é fundamental para que o Serviço Social não adote, por um lado, uma postura fatalista (ou seja, acreditar que a realidade já está dada e não pode ser mudada), ou

por outro lado, uma postura messiânica (achar que o Serviço Social é o ‘messias’, que é a profissão que vai transformar todas as relações sociais). (SOUSA, 2008, p.124).

Há que se considerar também os limites impostos pelas políticas sociais, presentes em suas características, quais sejam: paliativas, fragmentadas, excludentes e sucateadas. Esses aspectos acabam interferindo no exercício profissional; como se sabe, o Estado não demanda uma intervenção crítica, dialética, sua necessidade é de requisitar um profissional que reproduza as características das políticas sociais, sem questioná-las, e preso às amarras do cotidiano. (GUERRA, 2012).

Iamamoto (2013) ressalta que, diante desse cenário adverso, é preciso que o Serviço Social se aproprie da noção de competência, associando-a ao discurso crítico e voltando-a para uma leitura das ações profissionais que ultrapassem o âmbito do imediatismo. A concepção de competência profissional, enquanto uma capacidade crítica reflexiva, deve ser acionada pela profissão, diferentemente da lógica mercadológica capitalista, que a compreende como um simples fazer tecnocrata e burocrático.

Nos marcos legais da profissão, o termo competência está mencionado na Lei de Regulamentação de Profissão de 1993, nas diretrizes curriculares de 1996 e na Política Nacional de Estágio da ABEPSS. Para Santos e Aranha (2017), é necessário entender o termo competência para além daquela imposta pelo capitalismo; é preciso que os assistentes sociais atuem a partir de uma competência ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa de forma articulada, entendendo os fenômenos em sua totalidade.

Na lei de Regulamentação do Serviço Social o termo competência é citado no Art. 4, seguido pelo Art. 5, que trata das atribuições privativas do assistente social. Segundo o parecer jurídico do CFESS (1998), competência é uma capacidade de dar resolutividade à determinada demanda que não é exclusiva do assistente social, podendo ser executada por qualquer profissional. Já as atribuições privativas correspondem àquilo que somente o assistente social pode realizar, é um direito do profissional e uma prerrogativa inerente à profissão.

Ainda que a referida Lei regule as atribuições privativas e competências profissionais do assistente social, o mandonismo presente nas instituições empregadoras exige do assistente social respostas que tencionam os pilares defendidos pelo projeto ético político do Serviço Social. Um aspecto que também deve ser observado dentro desse contexto é a precarização dos vínculos trabalhistas e sua contribuição para uma escarça autonomia profissional e realização de atividades.

Diante dessa conjuntura, um dos desafios que se apresenta aos assistentes sociais é compreender as demandas do cotidiano profissional para além do aparentemente exposto,

acionando uma postura investigativa e crítica que ultrapasse as ações de julgamento, de senso comum e de forma burocrática.

Ainda que seja compreendida a necessidade de ultrapassar essa dimensão da aparência, o cotidiano – chão em que ocorre o exercício profissional do assistente social – é constituído pela imediatividade, relação automática entre pensar agir, e pela superficialidade extensiva, onde os indivíduos dominam as ações apenas de forma superficial. (MATOS, 2015). Outras características do cotidiano dizem respeito à heterogeneidade: demandas totalmente diversas, que exigem do sujeito a orientação de sua atenção sobre elas; e a espontaneidade que se refere à apropriação das demandas mediante os hábitos e costumes do dia-dia. (GUERRA, 2012). Essas demandas, que surgem para o Serviço Social no âmbito do cotidiano, contribuem para a efetivação de respostas imediatas que, em muitos casos, não conseguem ser materializadas para além do plano da aparência.

O debate hegemônico da categoria aponta que, para a construção de uma intervenção profissional qualificada, é preciso que os assistentes sociais compreendam a instrumentalidade enquanto uma capacidade constitutiva da profissão, que possibilite a escolha de meios adequados para efetivação de fins qualificados. Conforme Guerra (2000), por meio da instrumentalidade é possível ultrapassar as ações meramente instrumentais fazendo o uso dos meios de forma crítica e competente e compreendendo a importância da finalidade das suas ações. “Uma instrumentalidade rica só pode ser orientada pela racionalidade crítico-dialética e pelos valores civilizatórios sociocêntricos”. (GUERRA, 2013, p. 41).

Destaca-se ainda que para construção de um exercício profissional qualificado deve-se fazer o uso da razão dialética. A instrumentalidade, quando mobilizada pela razão dialética, realiza reflexões críticas no âmbito da reprodução social, baseadas em princípios ético-político, comprometidos com a classe trabalhadora, como elencado no projeto ético político da profissão. Já a razão instrumental, conforme vem sendo apontado pelo movimento de renovação do Serviço Social, é condicionada por um tipo de racionalidade prática imediata, instrumentalizada com respostas pontuais, “*A racionalidade instrumental não nos permite avançar na construção do novo, do não instituído, do vir a ser. Ela se coloca na lógica da reprodução da sociedade [...]*”. (GUERRA, 2013, p. 31, grifos originais).

A razão dialética deve possibilitar a tomada de decisões de forma crítica; por meio dela será possível captar a instrumentalidade como processo de mediação das escolhas, perpassando pelos ideais defendidos pelo projeto profissional. (GUERRA, 2013). Ir além da racionalidade instrumental com base na razão dialética é um caminho a ser percorrido para construção de uma

intervenção profissional comprometida com as demandas dos usuários. “Assim, os instrumentos se revestem de uma intencionalidade profissional. Serão acionados, mobilizados, utilizados, criados em consonância com as finalidades da intervenção profissional, contribuindo para a passagem da teoria à prática, do ideal ao real”. (GUERRA, 2013, p. 34).

Quanto ao aprofundamento sobre esse debate da dimensão técnico-operativa, encontra-se no terceiro capítulo, quando há apresentação e análise dos dados coletados a partir das entrevistas realizadas com assistentes sociais dos equipamentos CRAS e CREAS do município de Aracaju. No capítulo que segue, vamos apresentar uma breve contextualização da trajetória histórica realizada da assistência social, campo sócio-ocupacional do objeto de estudo deste trabalho, enfatizando o Serviço Social nesse espaço sócio ocupacional, em específico na realidade brasileira.

CAPITULO 2
BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA
REALIDADE BRASILEIRA

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA REALIDADE BRASILEIRA.

Este capítulo tem por objetivo trazer alguns aspectos constitutivos da história da assistência social, espaço sócio ocupacional do assistente social, na realidade brasileira. Inicialmente apresentamos as principais instituições assistenciais implementadas naquele contexto, quais sejam: Legião Brasileira de Assistência (LBA); Fundação Leão XIII; o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS); o Serviço Social da Indústria (SESI); o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); e o Serviço Social do Comércio (SESC). Ao abordar a implementação dessas, não fazemos de forma dissociada do contexto histórico brasileiro, mas sim trazendo as características culturais, históricas e econômicas.

No governo Vargas, caracterizado pelo paternalismo clientelista, temos a emersão do CNSS, responsável por ofertar subvenções às entidades prestadoras de assistência social, bem como da LBA, que surgirá inicialmente para ofertar serviços às famílias dos pracinhas convocados para a segunda Guerra Mundial. Com o desfecho da segunda Guerra, a instituição ficará responsável por oferecer para a população serviços de maternidade, infância, adolescência e velhice. Destacamos que a LBA já insurge ligada ao primeiro damismo e, conseqüentemente, à filantropia, tendo como figura representativa a esposa do presidente Vargas, Darci Vargas.

Fundada em 1946, período de redemocratização do Brasil, a Fundação Leão XIII será considerada uma das grandes instituições assistenciais daquela época. Através da aliança entre Estado e igreja católica, a Fundação ficará responsável por ofertar Serviços de saúde e assistência social e educação moral para as famílias em situação de vulnerabilidade social.

A partir do desenvolvimento industrial, outras instituições como o SESI, SENAI, SENAC e SESC foram surgindo, tendo em vista a necessidade de aprimoramento da mão de obra do proletariado urbano, inclusive dos jovens da classe trabalhadora. No período ditatorial, mesmo com a instituição do Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), essas instituições continuaram ofertando serviços de assistência social. Somente com a Constituição Federal de 1988 foi que a assistência social será considerada política pública constitutiva do tripé da Seguridade Social.

Mesmo sendo reconhecida como política social, a assistência social é a área que mais sofre embates para a promulgação da sua Lei Orgânica, que só acontece cinco anos após a Constituição Federal. Ao ser regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social –

8.742/1993 (LOAS), a assistência passou a ter como diretriz um sistema descentralizado e participativo, com comando único em cada esfera de governo. A oferta dos serviços compreende níveis de complexidade, quais sejam: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média Complexidade e Alta Complexidade.

2.1 A Assistência Social entre os anos de 1930 até a promulgação Constituição Federal de 1988.

A assistência social no Brasil sempre foi nuvíosa e permeada pelo ranço clientelista da elite brasileira. Para compreendê-la é preciso inseri-la dentro do contexto das relações sociais do modo de produção capitalista, pois, historicamente, tentam obscurecer a relação entre questão social e as respostas do Estado através da assistência social. O objetivo da elite brasileira era, portanto, transformar esta política em uma área que emergiu devido a necessidade de ajustes dos indivíduos e que precisa ser materializada através da repressão individual, filantropia e benemerência. (COUTO, 2006)

No Brasil, apesar das primeiras legislações sociais começarem a ser promulgadas antes de 1930, como exemplo, a Lei Elói Chaves (1923), esses aparatos legais cobriam somente os trabalhadores formais vinculados ao Ministério do Trabalho. Era uma espécie de cidadania regulada, ofertada apenas para os cidadãos que estivessem inseridos em profissões reconhecidas por leis.

A população que não estava inserida de forma regular no processo produtivo ficava à mercê das ações filantrópicas realizadas pelas instituições sociais. Através do assistencialismo era possível realizar uma reforma moral e social dos indivíduos. E uma das áreas responsáveis por ofertar essas atividades para a população pauperizada era a assistência social, que sempre esteve atrelada a ações de benemerência e de caridade realizadas por entidades sociais que recebiam subvenções do Estado. (MESTRINER, 2001).

Mesmo com a presença de algumas regulamentações, somente após a Constituição Federal de 1988 é que a assistência social é reconhecida enquanto política pública constitutiva do tripé da Seguridade Social.

A conjuntura socioeconômica do Brasil durante a segunda república (1930-1945) é de formação de grandes massas empobrecidas, resultantes da libertação dos escravos, que não tiveram acesso às poucas políticas públicas institucionalizadas, ficando às margens da pobreza e miséria; bem como do grande êxodo rural ocasionado pela extensa imigração oriunda das

regiões Norte e Nordeste Brasileiro, e também de outros países, como por exemplo: os italianos, que migraram para o Brasil com o objetivo de substituir a mão de obra escrava na lavoura. Segundo Mestriner (2001, p. 69), “a classe dominante, detendo monopólio do poder político – e, por consequência, o poder de definir o que tinha legitimidade –, colocava a “questão social” como ilegítima, subversiva, a ser tratada pelos aparelhos repressivos do estado”.

O liberalismo, partindo na política do *laissez-faire*, trabalha com a perspectiva da não intervenção direta do Estado nas expressões da questão social. Dentro dessas condições, a atuação estatal deveria ser feita apenas com mecanismos de censura e repressão. É a intervenção conhecida como caso de polícia. Essa prática não estava sendo suficiente para conter a efervescência popular da população que se encontrava às margens da pobreza e miséria. Convém ressaltar a influência dos migrantes de outras nacionalidades, especialmente os vinculados aos movimentos políticos da época, a exemplo do anarquismo, na formação de uma classe trabalhadora ativa quanto às reivindicações de direitos. Diante dessas circunstâncias, o Estado é “obrigado” a assumir sua responsabilidade social com as expressões da questão social para além da repressão existente.

Ao reconhecer às manifestações da questão social, Vargas vai intervir diretamente nas relações entre capital e trabalho, principalmente através das políticas públicas de trabalho e educação. Em relação à primeira, temos, por exemplo, a promulgação da Consolidação da Lei Trabalhista (CLT), decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. A respeito da segunda¹⁶ teremos a implementação do Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAD); Serviço Social do Comércio (SESC); e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAC).

Ele utilizará do aparato ideológico para ocultar e mascarar os conflitos, desmobilizar a classe trabalhadora e ainda será reconhecido como o pai dos pobres. Parte das conquistas alcançadas pela classe trabalhadora será tratada como projetos do seu governo, como é o caso do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado em 1930, que terá como atribuição desmobilizar as lutas sociais e trazer as legislações trabalhistas como mérito exclusivo das ações do Estado. Já o Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS, principal órgão regulador da assistência social, tinha como público os desempregados e os empobrecidos, por meio de ações minimalistas e seletivas. (MESTRINER, 2001).

O CNSS - normatizado pelo decreto lei nº 525 de 1º de julho de 1938, é considerado a primeira regulamentação da assistência social no Brasil. O órgão era constituído por indivíduos

¹⁶ Essas instituições serão discutidas no decorrer deste capítulo.

da sociedade filantrópica brasileira, dentre os quais podemos citar: Ataulpho Nápoles de Paiva “fundador e presidente da Liga Brasileira contra Tuberculose e autor de vários estudos sobre a assistência social” [...] e Stela de Faro, “fundadora da associação de senhoras brasileiras e do instituto de educação familiar e social do Distrito Federal”. (MESTRINER, 2001, p. 58-59).

Para Mestriner (2001), o conselho é denominado de Serviço Social, devido às influências de Stela Faro, assistente social e fundadora da Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro. O conselho desenvolvia atividades de auxílio e subvenções para as instituições privadas e era, portanto, um mediador entre o Estado e essas instituições. O CNSS foi “a primeira forma de presença da assistência social na burocracia do estado republicano brasileiro, ainda que na função subsidiária de subvenção às organizações sociais que prestam amparo social”. (MESTRINER, 2001, p. 66-67).

A assistência social, embora pudesse ser vista como área de inclusão, na realidade, sua maior abrangência será através do caráter seletivo, trazendo a proteção social para o aspecto da responsabilidade privada. O CNSS foi um reflexo desse tipo de ação do Estado, pois incentivava a realização da filantropia privada por meio de subvenções para a sociedade civil. (MESTRINER, 2001).

O desenvolvimento de atividades na área social será realizado através da participação da sociedade civil, de organizações sociais e de subsídios do Estado. “[...] as organizações – marcadas pelo trabalho das congregações religiosas ou pelas associações de auxílio e defesa mútua das etnias e das corporações - possuíam trabalhos dedicados a órfãos e crianças carentes, filhos de operários, ou ensino e alfabetização a classes populares”. (MESTRINER, 2001, p. 72). Esta aliança será de grande interesse do Estado, pois as instituições públicas que realizavam esse tipo de atividade eram praticamente inexistentes; dessa forma, suprirá, ainda que minimamente, algumas necessidades da população pauperizada e excluirá a responsabilidade do estado no trato as expressões da questão social.

Ao implementar sua política de industrialização, Vargas vai colocar o trabalho como um meio para reconstruir o país e valorizar o indivíduo. O trabalho será considerado como direito e dever dos indivíduos e atribuirá um valor social ao homem, pois estar trabalhando significa cumprir sua obrigação com o Estado e com a sociedade. Somente a partir dele é possível conquistar a prosperidade e contribuir para o desenvolvimento econômico do país. (MESTRINER, 2001)

São cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei. A cidadania estava embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-

se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Dessa forma, aquele que não for trabalhador, ou que tivessem suas profissões regulamentadas por lei, não seriam considerados cidadãos. (SANTOS, 1979, p.75)

Mesmo estando inserido no mercado de trabalho, a estabilidade dos salários mínimos e o aumento do custo de vida (alimentação, habitação) condicionavam situações de tensão social. Assim, além de englobar as pessoas que não estavam inseridas no mercado de trabalho, o ampara social constituído “pelo conjunto privado de filantropia visava, portanto, alcançar o próprio trabalhador regular, que era mão de obra espoliada por um salário aviltante”. (MESTRINER, 2001, p.79)

O discurso do governo diante dessa situação é de que toda a população deveria se mobilizar para enfrentar os “males” da questão social. As ações da assistência social eram efetivadas por meio de organizações com apoio da sociedade civil, pois assim tirava-se a responsabilidade do Estado e esvazia-se por meio de uma democracia autoritária as lutas travadas pela população pauperizada. (MESTRINER, 2001).

Com o golpe de 1937, o Brasil viverá uma das mais perversas ditaduras da história. A questão social que, embrionariamente, estava sendo tratada como caso de política, passa novamente a ser respondida de forma repressiva, “[...] mas dessa vez reforçando o governo a um discurso sofisticado e falacioso, com a finalidade de combinar um tratamento repressivo com a atitude reconhecedora da sua legitimidade e legalidade. (FILHO, 1982, p. 108, apud MESTRINER, 2001, p. 90). O governo continuará apoiando o processo de industrialização e controlará os conflitos existentes da relação capital/trabalho por meio de mecanismos de repressão indiretos, por exemplo: o desaparecimento do sindicalismo autônomo.

Para além da proteção física ao trabalhador desempregado, as ações do governo se concentrarão na construção de organizações sociais que permitam a harmonização entre os interesses de classe trabalhadora e dos detentores do meio de produção. A assistência social em moldes filantrópicos trabalhará não só para responder às necessidades dos trabalhadores, mas atuará com o objetivo de disciplinar aqueles sujeitos, pois dessa forma acreditava-se que seriam reduzidas as mazelas do país. (MESTRINER, 2001).

O conjunto de instituições responsáveis por ofertar serviços à população pauperizada não estava sendo suficiente para responder às novas exigências daquele contexto, diante do crescimento urbano industrial brasileiro e da inserção em atividades de “vadiagem” dos jovens em situação de vulnerabilidade. Será necessário colocar em exercício ações assistenciais que possam recuperar meninos e meninas das ruas e prepará-los para o mercado de trabalho a partir de uma perspectiva filantrópica disciplinadora. (MESTRINER, 2001).

A questão moral enfrentada nesse contexto é a situação das mães que trabalham e que, por essas condições, expõem seus filhos aos perigos físicos e morais. Por isso, é necessário retirar essas crianças e adolescentes das promiscuidades (alcoolismo, prostituição) oferecidas pelas ruas. Para atender a essa questão, e atrelado as perspectivas do projeto de industrialização, Vargas vai criar o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI), um grande empreendimento para qualificação da mão de obra trabalhadora e uma forma de trazer adolescentes e jovens para o mercado de trabalho (MESTRINER, 2001). “A filantropia disciplinadora será instrumento político importante na moldagem do corpo do trabalhador que se idealiza. E se desenvolverá por meio de ações assistenciais esparsas, fragmentadas, paliativas e emergenciais, longe de constituir uma política de assistência social”. (MESTRINER, 2001, p. 100).

O que percebemos nesse cenário é a adoção de práticas clientelistas baseadas no favor, sujeitando os indivíduos a critérios de seletividade incertos e nunca conhecidos regularmente. O que deveria ser ofertado pelo Estado enquanto forma de proteção social acaba sendo obras de instituições sociais particulares (incentivadas pelos subsídios ofertados pelos CNSS com a perspectiva da benesse. (MESTRINER, 2001).

Em 1940, o governo cria a Legião Brasileira de Assistência - instituição instalada em nível nacional sob a gestão do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para atender as famílias de soldados convocados para a Segunda Guerra Mundial. A perspectiva da LBA também estava vinculada à filantropia e ao primeiro damismo por meio da figura de Darci Vargas, esposa do presidente Vargas.

O surgimento da LBA teve por objetivo inicial atender as famílias dos brasileiros recrutados para a Segunda Guerra Mundial. Sua implementação contribuiu para a mobilização da opinião pública a favor da Segunda Guerra Mundial e ao governo ditatorial de Vargas. “[...] serão lançadas diversas campanhas de âmbito nacional, como as da *borracha usada*, confecção de ataduras e bandagens, campanha do livro, campanha das “hortas da vitória” etc. Para os soldados mobilizados serão patrocinados diversos serviços de promoção e lazeres (cantinas, espetáculos etc.)”. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2014, p. 265). A assistência social prestada às famílias dos convocados para a guerra também possuirá um caráter promocional. A LBA acaba sendo, portanto, a instituição responsável por ofertar serviços assistencialistas, ao tempo em que barganha da população o apoio político necessário ao governo ditatorial de Vargas. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2014).

Após o desfecho da guerra, a LBA voltou suas intervenções para ações ligadas à maternidade, à infância e a auxílios emergenciais para os segmentos pauperizados.

(IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Assim, progressivamente, a instituição começa a atuar em diversas áreas da assistência social (maternidade, infância, velhice, necessitados, desvalidos, habitação, doentes, entre outras). As suas ações estavam centradas no controle de entidades particulares e públicas que ofertassem serviços da assistência social através dos seus órgãos centrais, estaduais e municipais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Conforme o decreto 4.830, de 15 de outubro de 1942, a LBA tinha como objetivo ofertar assistência social diretamente – através do Estado – ou indiretamente, apoiando as instituições sociais responsáveis por ofertar serviços de assistência social. Essa instituição receberá incentivos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de 0,5% retirado da contribuição dos trabalhadores e dos empregados. (MESTRINER, 2001). Iamamoto e Carvalho (2014) destacam que a LBA provocou um aumento quantitativo dos serviços ofertados na área da assistência social e das demandas do Serviço Social, mas não apresentou mudanças na sua qualidade.

O governo estimula, através da LBA, a inserção de mulheres que compunham a elite brasileira (amigas das primeiras-damas) neste tipo de trabalho. A partir da inserção desse público feminino como mão de obra para gerir e desenvolver as atividades da LBA, o Estado em aliança com a igreja católica toma como base os princípios doutrinários do ideário católico para responder os problemas sociais. A Encíclica *Quadragesimo Anno*, de 1931, será uma grande aliada do governo nesse período. (MESTRINER, 2001).

A partir dessas intervenções da igreja, a sociedade poderia se livrar da barbárie do comunismo e, ao mesmo tempo, criar uma outra via para o capitalismo – comunitarismo cristão. O pacto entre Estado, igreja e a elite burguesa tinha como objetivo comum reafirmar o corporativismo estatal e controlar as ações do movimento operário por meio de práticas moralizadoras e assistencialistas que substituíssem a vadiagem pela inserção no mercado de trabalho. Para difundir sua doutrina social, a igreja vai criar espaços de captação do trabalhador, quais seja: círculos operários, ação universitária católica e a liga eleitoral católica. (MESTRINER, 2001).

A Fundação Leão XIII, criada nesse contexto (1946), é considerada a primeira instituição assistencial de grande porte que tinha por objetivo atuar sobre as expressões da questão social que vinham emergindo nas favelas, haja vista o aumento da populacional no centro urbano do Rio de Janeiro. A Fundação Leão XIII é fruto de um convênio realizado entre a prefeitura do distrito federal (Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil), Ação Social Arquidiocesana e Fundação Cristo Redentor. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

A Fundação Leão XIII trabalhará na recuperação material e moral das favelas. Essa fundação terá como suporte o apoio institucional do Estado e da igreja católica. Mobilizará também “[...] apoio junto às forças armadas (transportes e serviço de alimentação), paróquias e obras paroquiais (Vicentinos, irmãs de caridade etc.), clubes esportivos (infraestrutura de esporte e lazer), Serviço de Alimentação da Previdência (merenda escolar, etc.)”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 299).

A Fundação Leão XIII traz como projeto a implantação de Centros de Ação Social (CAS) nas favelas para ofertar serviços de: saúde (higiene, odontologia, farmácia e etc.); serviço social – todas as ações que estejam fora da abrangência da saúde – matrícula, triagem, visitação, assistência jurídica, creche, recreação, merenda escolar, formação de associação de moradores, entre outros. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O interesse em atuar sobre as expressões da questão social junto à população das favelas estava associado a uma ação política assistencial para impedir o avanço dos ideais comunistas que vinham se propagando naquelas comunidades. O governo tinha receio de que os subúrbios se tornassem colégios eleitorais do Partido Comunista, e uma das formas de prevenir essa situação seria através da educação moral das famílias. Os CAS serão responsáveis por ofertar escola maternal, de infância e primária, círculos de palestras e ensino vocacional. Os temas da educação popular estavam voltados para “[...] educação sanitária, educação alimentar, educação sexual, educação religiosa, profilaxia, das doenças venéreas, cursos de imunização contra doenças infecciosas, etc.”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 301-302).

O aumento do custo de vida, o crescimento da inflação, o congelamento dos salários, as medidas coercitivas adotadas pelo governo de Vargas, o descumprimento dos artigos 175 e 187, que tratava sobre o período de eleição presidencial, e o crescente conflitos de interesses econômicos e políticos, principalmente após o apoio do Brasil aos aliados na Segunda Guerra Mundial, fazem com que a impopularidade de Vargas aumente e consequentemente ecloda a erosão do Estado Novo. (MESTRINER, 2001).

A partir da queda do governo de Vargas, o Brasil vai entrar num período intitulado democrático-populista, tendo como presidentes: Eurico Gaspar Dutra; Getúlio Vargas; Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Nesse contexto,

os setores urbanos emergentes – [...], proletariado em ampla expansão, burocracia civil e militar, empresariado – colocam em pauta novas demandas, conflitando as oligarquias tradicionais, acirrando os conflitos entre a economia agroexportadora e a economia industrial em formação. (MESTRINER, 2001, p. 114).

O viés paternalista e protetor de Vargas efetivado a partir do Estado Novo vai ser “substituído” pela ideologia nacionalista e democrática incentivada por aqueles governos. As normativas jurídicas implementadas pela nova constituição de 1946 abrirão espaços para participação da classe trabalhadora. As leis trabalhistas não serão regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, mas sim pela Justiça do Trabalho; nesse contexto será inserida a estabilidade trabalhista, importante ganho para a classe trabalhadora. (MESTRINER, 2001).

O aumento do proletariado urbano faz com que a insatisfação social aumente por melhores condições de vida. A organização dessas ações vai ocorrer por meio de grupos políticos, inclusive de esquerda, e também do público universitário. Como resposta repressiva a este cenário, o presidente Dutra (1946-1951) proíbe as atividades do Movimento Unificado dos Trabalhadores - outros movimentos sindicais também são desmobilizados e o partido comunista¹⁷ é considerado ilegal. (MESTRINER, 2001).

Para além daquelas organizações responsáveis por ofertar a assistência social, vai ser necessário a instituição de novos serviços que possam responder parte das demandas da classe trabalhadora e reforçar a aliança existente entre o Estado e burguesia nacional diante da crescente indústria nacional. Estando o Estado cumprindo seu papel de consolidar a burguesia nacional, respostas eram necessárias por parte dessa burguesia nas expressões da questão social por meio da criação de organismos sociais. A partir dessa aliança, irá surgir o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI¹⁸, Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio – SENAC¹⁹, o Serviço Social do Comércio – SESC²⁰, e o Serviço Social da Indústria – SESI. (MESTRINER, 2001).

Essas instituições, compondo o denominado Sistema S, em conjunto com a LBA, realizarão inúmeros programas e projetos de execução direta; inclusive o presidente Dutra incentiva a criação de unidades dessas instituições nas esferas estaduais e municipais. O CNSS, nesse contexto, ainda continua sendo a instituição reguladora da filantropia, ofertando subsídios para as instituições privadas que eram responsáveis por ofertar serviços para os que não estavam

¹⁷ O Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em março de 1922, apresenta desde sua criação momentos de ações clandestinas, tendo em vista que por diversas vezes foi considerado ilegal. Por exemplo, poucos meses após a sua criação, junho de 1922, foi colocado na ilegalidade pelo governo Epitácio Pessoa. Na sua trajetória histórica consta que em 1945 retorna à legalidade, mas em abril de 1947 o governo Dutra o coloca novamente na ilegalidade. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2020).

¹⁸ Criado através do Decreto-lei nº 4048, de 22 de fevereiro de 1942. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2020).

¹⁹ Foi instituído pelo Decreto-Lei nº 8.621, de janeiro de 1946. O Decreto-Lei, de nº 8.622, estabeleceu a regulamentação do ensino comercial e fixou direitos e deveres de comerciantes e comerciários. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2020).

²⁰ Criado através do Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, como pessoa jurídica de direito privado, tendo por obrigação o bem-estar da família comerciária. É subordinado à Confederação Nacional do Comércio. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2020).

inseridos no mercado de trabalho e para os trabalhadores empobrecidos. O CNSS, enquanto instituição que oferta subvenções, não trouxe durante esse cenário propostas de articulação entre áreas públicas e privadas. (MESTRINER, 2001).

A disseminação dessas instituições responsáveis por ofertar serviços de assistência social vai ser estimulada através da Constituição Federal de 1946, que deixa isenta da contribuição de impostos as instituições de assistência que aplicarem integralmente suas verbas para atividades sociais. (MESTRINER, 2001).

As primeiras escolas de Serviço Social surgem na década de 1930²¹ e durante a década de 1940²² há uma expansão das mesmas, devido à complexidade das políticas públicas. Consequentemente, há a necessidade de capacitação dos agentes sociais responsáveis em trabalhar na execução terminal das políticas públicas. No entanto, o trabalho do voluntariado ainda continua sendo difundido por meio das ações municipais da LBA. (MESTRINER, 2001)

No governo de Kubitschek, cujas ações serão pautadas na ideologia desenvolvimentista e na consolidação do regime democrático, as ações na área da assistência social continuaram sendo centralizadas na união, através do CNSS e da LBA, e descentralizadas por meio dos serviços ofertados pelos governos municipais e estaduais. Uma das poucas mudanças ocorridas durante esse período foi a alteração do âmbito do CNSS para a Câmara dos Deputados, que assumiu a responsabilidade de delegar subvenções a instituições privadas responsáveis por desenvolver serviços de assistência social. (MESTRINER, 2001).

Juscelino Kubitschek alarga de forma significativa os incentivos à filantropia. Inicialmente começa (pela lei nº 2.756 de 17/4/56) concedendo apenas a isenção de selo nos recibos das contribuições destinadas a quaisquer instituições de assistência social registradas no CNSS. Em seguida, abre também para as instituições filantrópicas nova possibilidade de auferir recursos financeiros, alterando a legislação de imposto de renda em 1958, pela lei nº 3.740. Autoriza a dedução na renda bruta das pessoas naturais ou jurídicas, para efeito da cobrança de imposto de renda, das contribuições e doações feitas a instituições filantrópicas. (MESTRINER, 2011, p. 128)

Para além de outras funções, o CNSS estará agora responsável por certificar as instituições de caráter filantrópico através da expedição de um certificado, desde que atendam aos requisitos exigidos. É uma declaração de utilidade pública, como forma de acessar as vantagens criadas pelo governo. Percebemos, portanto, que as funções e poderes do CNSS

²¹ A primeira Escola de Serviço Social, foi criada em 1936, na cidade de São Paulo e a segunda, em 1937, na cidade do Rio de Janeiro.

²² Entre os cursos de Serviço Social criados durante a década de 1940 citamos, o de Recife e o da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1940, o de Porto Alegre, em 1944, o de Natal, em 1948.

crecem, ao tempo em que crescem os incentivos às instituições privadas com fins filantrópicos. (MESTRINER, 2011)

Para Kubitschek, o desenvolvimento do país através da industrialização seria suficiente para responder todas as demandas relacionadas a questão social. Por isso, a sua preocupação com o social se torna tão frágil e seus investimentos estavam concentrados no apoio às instituições sociais privadas, sendo assim, ações paliativas para suprirem as necessidades das pressões populares enquanto o progresso econômico ainda se encontra em “andamento”. (MESTRINER, 2001).

Apesar do progresso econômico obtido nesse governo, este não ocorrerá de forma homogênea. A inflação em alta vai respingar com maior intensidade sobre a classe trabalhadora mais pobre e o aumento do êxodo rural vai acentuar os problemas oriundos da industrialização e urbanização dos grandes centros industriais e, conseqüentemente, as expressões da questão social. (MESTRINER, 2001).

No governo de Jânio Quadros (1960), suas ações procuram se distanciar das diretrizes elencadas na gestão de Juscelino. Promove a construção de um ideário baseado no desenvolvimentismo econômico em conjunto com necessidade de se implementar políticas sociais. Além disso, resgata as discussões sobre a política nacionalista - que fortalece a soberania nacional -, investe numa política anti-inflacionária e positiva para as classes mais populares, e incentiva o desenvolvimento da agricultura. (MESTRINER, 2001).

Parte do seu plano de governo tinha por objetivo a realização de ações moralizadoras e éticas para com a aplicação do dinheiro público. Isso acabou acarretando a oposição do Congresso Nacional. Devido às pressões, principalmente dos parlamentares, Jânio renuncia e seu vice, João Goulart, assume, mesmo diante das forças militares contrárias à sua posse. O apoio da igreja católica, sindicatos e parte do Congresso são fundamentais para a posse de Jango. (MESTRINER, 2001).

João Goulart estava preocupado em construir no Brasil um desenvolvimento econômico baseado na conciliação entre as classes sociais; para isso, utilizará como fundamento um conjunto de reformas de base, quais sejam: agrárias, constitucionais, bancária, tributária, administrativa e eleitoral. O objetivo do seu governo era vencer o subdesenvolvimento por meio de ações anti-inflacionárias em conjunto com essas reformas. (MESTRINER, 2001).

Dentre as principais ações desse governo na área da política social teremos a ênfase no combate ao analfabetismo e a disseminação dos cursos de educação popular, principalmente através do método Paulo Freire de alfabetização. No âmbito da assistência social, continua

sendo incentivada a ampliação das instituições privadas, públicas e semi-públicas, responsáveis por ofertar serviços de assistência social. (MESTRINER, 2001).

A LBA vai se tornar a instituição responsável por organizar todos os serviços sociais do país, ação que outrora era de competência do CNSS. Destaca-se que, com a morte de Aulpo de Paiva e a saída de Stella Faro, as ações do CNSS passam a adquirir cada vez mais um caráter político clientelista. A fiscalização do registro das instituições que recebiam subvenções do CNSS não estava ocorrendo de forma legal, mas sim através de interferências políticas dos parlamentares. (MESTRINER, 2001).

Por propor reformas estruturais, Jango torna-se uma força popular perigosa para os conservadores. Uma das principais reações foi a implementação do golpe militar de 1964. Com a instalação do regime ditatorial de 1964, o país passou a ser comandado por sucessivas gestões militares. Instalou-se no Brasil um governo que tinha como um dos principais objetivos acabar com o movimento de esquerda do país e com os partidos que se autodeclaravam nacionalistas. O legislativo e judiciário tiveram seus poderes reduzidos; após a promulgação do AI-5, em 1968, essas duas esferas estavam praticamente anuladas. Dessa forma, podemos dizer que de 1964 a 1984 o Brasil esteve praticamente centralizado nas ações do executivo federal, um verdadeiro Estado unitário, onde principalmente a classe trabalhadora perde seu espaço de manifestação devido às repressões e coerções. (MESTRINER, 2001).

A partir de 1964 será construído no Brasil uma tecnocracia estatal que reforça o aprofundamento das relações internacionais, que outrora já havia sido iniciado com Juscelino, mas que naquele contexto adquiriu uma intensa força que colocou o Brasil a mercê das relações internacionais, principalmente aos desmandos dos Estado Unidos, através do agrupamento entre empresas brasileiras e estadunidenses. (MESTRINER, 2001).

Foi colocado em primeiro plano a abertura para o capital estrangeiro e o privilegiamento do mercado externo em detrimento das necessidades da economia nacional. Na área da assistência, as ações mais uma vez estarão voltadas para amenizar a situação de vulnerabilidade da população, inclusive daquela inserida no mercado de trabalho, que se encontrava com os salários congelados e carregando o fardo das medidas inflacionárias. (MESTRINER, 2001). A questão social foi controlada através de coerção e violência expressa na seguinte afirmação “o conflito social, que se manifestasse esporadicamente, será reprimido de forma severa como subversão da ordem e caso de polícia, minimizado ou ocultado pela ideologia dominante”. (MESTRINER, 2001, p.158).

No Governo de Geisel (1974 – 1979) foi editado o Plano Nacional de Desenvolvimento, que traz em seu conteúdo a necessidade de superar focos de pobreza concentrados no Nordeste. A partir desse plano foi instalado o Conselho de Desenvolvimento Social e criado o Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS). Esse órgão será responsável por desenvolver ações de combate à pobreza. (MESTRINER, 2001).

As atividades na área da assistência, ofertadas por meio dos aparatos estatais, crescem burocraticamente baseadas numa lógica de seletividade e segmentação das necessidades sociais da população, e através das instituições sociais que recebem subvenções do CNSS para a implementação das suas ações. A Fundação Nacional do Bem-estar ao Menor (FUNABEM) foi um dos órgãos ligados a assistência social, criado com objetivo de desenvolver um trabalho voltado para a questão do menor, ainda que sob a vigência do Código de 1927, de natureza repressiva. (MESTRINER, 2001).

Os estados e municípios também ofertavam serviços de assistência social, mas essas ações não eram operacionalizadas de forma articulada com a União. Nesse contexto, houve a criação de secretarias municipais e estaduais, como por exemplo a do município de São Paulo, que, em 1966, formaliza a sua atuação na área social criando a Secretaria de Bem-estar Social para desenvolver programas de assistência social. Essas secretarias, em grande parte, eram responsáveis por ofertar próteses, órteses, medicamentos, mão de obra para implementar creches, trabalhar na alfabetização e estavam ligadas diretamente ao gabinete do prefeito, devido a questões históricas clientelistas que permeiam a realidade brasileira. (MESTRINER, 2001).

As políticas de saúde e previdência social também seguem a lógica da tecnocracia e burocratização. O Estado vai investir no financiamento da assistência médica privada para os que podem pagar. No âmbito da previdência foi criado, em 1966, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que vai ampliar as ações de atendimento hospitalar e ambulatorial, através da rede privada, para os que estão inseridos formalmente no mercado de trabalho. (MESTRINER, 2001). Em 1970, é implantado o Programa de Integração Social (PIS).

O PIS e o PASEP é constituído exclusivamente por contribuição dos empregadores, em função do faturamento da empresa, pseudotributação que é compensada por outro lado por um rebaixamento no ICM (imposto sobre circulação de mercadorias). Este último aspecto levou muitos a considerarem o PIS – PASEP cuja intenção teria sido favorecer a comunidade de negócios. (MESTRINER, 2001, p. 120).

A LBA foi a instituição responsável por ofertar serviços de assistência social que mais cresceu e adquiriu força nesse contexto. Em 1969, através do decreto nº 593, é transformada

em fundação com vinculação ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, mantida através da união, estados e municípios e regida pelas normas orçamentárias da União. A LBA teve seus recursos ampliados e ficou incumbida por ofertar ações de assistência social vinculadas à Maternidade, Infância e Adolescência, de forma direta, ou delegando a outras instituições quando houvesse necessidade. (MESTRINER, 2001). Vários programas sociais foram ampliados nesse cenário ditatorial como respostas às crescentes demandas das expressões da questão social, quais sejam: Programa Nacional de Alimentação e Nutrição para o grupo materno-infantil – 1972 -, Programa de Complementação Alimentar e Alimentação do Trabalhador – 1977; Programa de Suplementação Alimentar – 1985 -, criação da Secretaria Especial de Ação Comunitária; Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Nacional de Leite para Crianças Carentes – 1986. (COUTO, 2006).

Com o retorno do estado democrático, há convocação da Assembleia Nacional Constituinte de 1987²³, que provoca ampla mobilização na sociedade em diversas áreas, entre elas a saúde, a previdência social e a assistência social, visando a organização de propostas e estudos para que seja introduzido na Constituição Federal um capítulo exclusivo para essas políticas sociais. Como resultado, temos na Constituição Federal de 1988, o “Capítulo II – Da Seguridade Social” que no seu artigo 194 a define como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. A previdência e a saúde conquistam espaços dentro da esfera estatal de forma mais rápida e percebemos isso quando analisamos que a Lei Orgânica da Saúde²⁴ (LOS) foi aprovada em 1990, a Lei Orgânica da Previdência Social²⁵ (LOPS) em 1991, e a Lei Orgânica da Assistência Social²⁶ (LOAS) só foi promulgada em 1993.

A assistência social vai continuar sendo uma das principais estratégias de enfrentamento à pobreza no país. Ao ser implementada, sua lei orgânica vai adquirir um tipo de consistência que traz como proposta a superação do seu perfil assistencialista para *status* de política pública, embora esse reconhecimento não seja suficiente para eliminar o histórico assistencialista que permeia a área da assistência social até os dias atuais.

Somente as normativas legais não são suficientes para garantir uma mudança nas práticas que vinham sendo implementadas através de ações assistenciais antes de adquirir o

²³ Foi instalada, em 1º de fevereiro de 1987, no Congresso Nacional, como resultado da Emenda Constitucional nº 26, de 1985, objetivando elaborar uma Constituição democrática para o Brasil.

²⁴ Lei nº 8080/90, aprovada em 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 8142/90, de 28 de dezembro de 1990.

²⁵ Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

²⁶ Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que será alterada pela Lei nº 12.435, de 2011, para incluir entre outros aspectos o modelo do Sistema Único da Assistência Social - SUAS. Aspecto a ser abordado no próximo item.

status de política. A entrada do cenário neoliberal no Brasil, a partir da década de 1990, aliada às questões clientelistas, vai ser uns dos principais impasses para efetivar a assistência social como política social.

O governo de Sarney, empossado em 1985 já sob pressão do estado neoliberal, vai colocar em ação um conjunto de reformas com vistas a garantir o desenvolvimento econômico e enfrentar as agudizações da questão social. Nos primeiros dois anos, Sarney toma medidas deliberativas, realiza estudos e diagnósticos da situação do país e constrói planos, como por exemplo “o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – IPND/NR, que propõe uma economia do desenvolvimento, pautada por critérios sociais”. (MESTRINER, 2001, p. 186).

Na área social, a gestão prevê uma reorganização da assistência social, traz a perspectiva de tratar o usuário enquanto sujeito de direitos, dá uma atenção maior aos programas de caráter preventivo e propõe a superação da visão assistencialista. (MESTRINER, 2001).

Antes de ser instituída na Constituição Federal de 1988 enquanto política pública, a área da assistência social passou por diversos estudos minuciosos que serviram de base para o projeto de diretrizes da seguridade social. A problemática maior será a de relacionar as funções da assistência e da previdência social nesse tripé da seguridade, assim como definir recursos para cada uma das áreas. (MESTRINER, 2001).

Os acordos firmados, inclusive com o regime autocrático que antecedeu o seu governo, não permitiram que Sarney pudesse concretizar parte das suas reformas. Em 1986 foi instalada a política econômica do plano cruzado, voltada para o combate da inflação, que penalizou de forma intensa os salários da classe trabalhadora e instalou um clima de descrédito àquele governo. Foi nesse clima de efervescência e pressão social que ocorreu a constituinte que dará luz à nova constituição brasileira. (MESTRINER, 2001).

A CF/88 traz em seu texto a ampliação dos direitos sociais para a população brasileira, incluindo trabalhadores urbanos e rurais. Aqueles que não estão inseridos no mercado de trabalho serão amparados pela política de assistência social. Outros direitos sociais alcançados referem-se ao direito à associação sindical, ao direito de realizar a greve e a participação no controle social, principalmente através dos conselhos e conferências. Contudo, a CF/88 não traz como proposta uma reforma tributária e fiscal que pudesse garantir suporte financeiro para a efetivação desses direitos sociais, propostos na seguridade social. (MESTRINER, 2001).

Diante do cenário de insatisfações com as medidas adotadas por Sarney, Fernando Collor, ex-governador de Alagoas, é eleito presidente da república em 1989 e empossado em

1990. A campanha de Collor, que naquele contexto disputava a presidência com Lula, teve como grande aliada a mídia brasileira,

com carreira construída na ‘periferia’ do sistema político brasileiro, ou seja, na cultura clientelista do estado possuidor de maior índice de nepotismo do país, fez da sua perseguição aos marajás e à corrupção sua bandeira, e da sua aparição e dos seus discursos um espetáculo televisivo grandiloquente, para conquistar de forma sedutora a simpatia popular. (MESTRINER, 2001, p. 197).

Apesar da sua campanha de caça aos marajás e de defesa de uma bandeira contra a corrupção, Collor foi retirado da presidência por meio de um impeachment que provava seu envolvimento com desvio de verbas, favores e propinas destinadas a empreiteiras realizadas pelo seu tesoureiro de campanha, Paulo César Faria, mais conhecido como PC Faria. Collor deixou o Brasil em uma situação de caos político e econômico; seu discurso, que misturava neoliberalismo com social democracia, sustentou falsas promessas à população brasileira, não trouxe a queda da inflação, conforme prometido, desvalorizou o salário da classe trabalhadora e ainda contribuiu para o aumento do desemprego; configurou, portanto, um estado mínimo para o social e trouxe mais abertura para o desenvolvimento da política neoliberal. (MESTRINER, 2001).

Sua proposta era de diminuir o gasto com o patrimônio público, pois alegava que esse era um dos principais problemas que assolavam o Brasil naquele cenário. Por esta razão, trouxe como propostas a diminuição dos ministérios que compunha a gestão presidencial, propôs também a venda de imóveis e redução de cargo da administração direta, alegando que isto seria suficiente para garantir produtividade no setor público. (MESTRINER, 2001).

As políticas sociais, apesar do que estava preconizado na Constituição Federal, acabam retrocedendo e trazendo o que há de mais perigoso na realidade brasileira: o clientelismo e o paternalismo.

O Brasil estava vivenciando um cenário de abertura ao neoliberalismo, razão pela qual a aprovação das leis orgânicas dessas três políticas que constituem a seguridade social ter sido permeada por um longo caminho de avanços e retrocessos, que vão impedir a efetivação de parte dos princípios estabelecidos na CF/88 para essas políticas sociais.

Behring e Boschetti (2011) apontam que os anos de 1990 até a cena contemporânea tem sido imputado pelas contrarreformas²⁷ do Estado. Tendo seus primeiros resquícios no governo

²⁷ Mesmo que o termo reforma seja apropriado pelo projeto em curso no país, as autoras alertam que se está diante de uma apropriação “indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo progressista e submetida ao uso pragmático como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e direção sociopolítica. [...] o que está em foco é a lógica e abrangência da

Collor, o neoliberalismo encontra na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) grande abertura para instituir suas reformas, reforçando a concepção de Estado mínimo para o social, especificamente no que diz respeito aos direitos sociais da classe trabalhadora. O terreno é de desprezo das conquistas elencadas pela formulação da seguridade social.

[...] isso se traduz em medidas de ajuste econômico e retração das políticas públicas de proteção social, numa conjuntura de crescimento da pobreza, do desemprego e do enfraquecimento do movimento sindical em grande medida, os avanços sociais alcançados pelas classes trabalhadoras nos anos 8. (MOTA, 2009, p.8, suprimimos).

Um dos principais documentos norteadores do projeto neoliberal brasileiro foi o Plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado por Bresser Pereira no governo de FHC. Para a gestão de FHC, o Estado era caracterizado como ineficiente, por isso a necessidade de realizar as conhecidas reformas constitucionais. As orientações tomadas tinham como embasamento reformas econômicas voltadas para o mercado; isso significava, dentre outros aspectos, a abertura do Estado para as privatizações. (BEHRING, 2003).

Segundo Behring (2003), para Bresser Pereira, tanto o Brasil quanto a América Latina foram atingidos pela chamada crise fiscal, em 1980, condicionada pela dívida externa e o chamado populismo econômico. Este último se caracteriza enquanto “[...] políticas macroeconômicas na América Latina que mantêm o ativismo do Estado no desenvolvimento, bem como acenam para a redistribuição de renda no curto prazo, mas sem sustentação no longo prazo, a exemplo do plano cruzado”. (BEHRING, 2003, p. 172). Para a gestão de FHC esse contexto brasileiro vai fomentar a necessidade de: uma disciplina fiscal, privatizações e liberalização comercial. Com relação à atuação do Estado, Behring (2003) destaca que, na concepção de Bresser Pereira, o Estado vai atuar sob a lógica “social-liberal”²⁸, ou seja, mantém suas responsabilidades no social, embora acreditando no mercado como elemento fundamental para contratação de serviços, inclusive aqueles ofertados na área social.

Conforme as concepções de Bresser Pereira, as causas dessa crise estariam segmentadas no intitulado Estado de bem-estar social, ou seja, estava sendo ocasionada devido à alta participação do Estado na oferta de políticas sociais para a população. (BEHRING, 2003). Para isso, caberia ao Estado,

contra-reforma do Estado no Brasil, cujo sentido é definido por fatores estruturais e conjunturais externos e internos, de forma integrada. (BEHRING, 2008, p. 128-129).

²⁸“É um estado social-liberal porque está comprometido com a defesa e a implementação dos direitos sociais definidos no século XIX, mas é também liberal porque acredita no mercado, porque se integra no processo de globalização em curso, com o qual a competição internacional ganhou uma amplitude e uma intensidade historicamente novas, porque é resultado de reformas orientadas para o mercado”. (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 21 apud BEHRING, 2003, p. 173).

[...] o papel de coordenador suplementar. Se a crise se localiza na insolvência fiscal do Estado, no excesso de regulação e na rigidez e ineficiência do serviço público, há que reformar o Estado, tendo em vista recuperar a governabilidade (legitimidade) e a *governance* (capacidade financeira e administrativa de governar). (BEHRING, 2003, p. 173).

Behring e Boschetti (2011, p. 152) caracterizam esses processos ocorridos no Brasil, na década de 1990, como contrarreformas “[...] que só foi possível a partir de algumas condições gerais, que precedem os anos de 1990: a crise econômica dos anos 1980 e as marchas e contramarchas de democratização do país”. Ainda segundo as autoras, uma das justificativas utilizadas para aplicar as reformas: o ajuste fiscal, centralizando a problemática para o âmbito do Estado. É nesse período que se inicia a avassaladora privatização dos aparelhos do Estado. A ótica era, portanto, de redução dos custos para as políticas sociais e flexibilização dos direitos trabalhistas.

Biond (2000 apud BEHRING e BOSCHETTI, 2011) aponta que a mídia brasileira teve importante papel no processo de privatização, ao reafirmar para a população que os aspectos elencados pelo projeto de privatização trariam resultados positivos. Dentre os principais argumentos citados estavam: “[...] atrair capitais reduzindo a dívida externa; obter preços mais baixos para os consumidores; melhorar a qualidade dos serviços e atingir a eficiência econômica das empresas, que estariam sendo ineficientes nas mãos do Estado”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.153). Observe-se isso nos argumentos de Bresser Pereira (2000, p.11)

Quando as ideias foram inicialmente apresentadas, em janeiro de 1995, a resistência a elas foi muito grande. Tratei, entretanto, de enfrentar essa resistência da forma mais direta e aberta possível, usando a mídia como instrumento de comunicação. O tema era novo e complexo para a opinião pública e a imprensa tinha dificuldades em dar ao debate uma visão completa e fidedigna. Não obstante, a imprensa serviu como um maravilhoso instrumento para o debate das ideias.

Uma das características marcantes da privatização brasileira é a entrega do patrimônio público do Estado ao capital estrangeiro. Outro aspecto citado corresponde ao programa de “publicização²⁹”, que, dentre as suas características, possibilita a regulamentação do terceiro setor enquanto executor de políticas públicas, dando abertura para a parceria com ONGs e instituições filantrópicas. Assim, desresponsabiliza-se o Estado do seu papel de garantidor da

²⁹ A publicização significa “[...] a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica”. (PEREIRA, 1995, p. 12 – 13). Ou seja, “[...] transfere-se para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle”. (PEREIRA, 1995, p. 13).

proteção social de forma articulada e universalizante por meio das políticas públicas e desprofissionalizam-SE várias profissões, tendo em vista a concepção de voluntariado para o desenvolvimento das atividades. (BEHRING E BOSCHETTI, 2011).

Para Draibe (1993), uma regra que passou a fazer parte da condução das políticas sociais foi o pagamento efetuado pelos usuários em troca dos serviços ofertados. Essa lógica submete os serviços sociais prestados ao princípio privatizador, apresentando os seguintes aspectos: o Estado possibilita uma abertura para a introdução dos interesses privados; uma articulação entre setor privado (produtor de serviços) e setor público (produtor de bens e distribuidor de serviços); e a redução da participação do Estado na oferta dos serviços de saúde e educação em detrimento da participação privada. As políticas sociais foram assim sendo formuladas e executadas por meio do trinômio neoliberal: privatização, focalização/seletividade e descentralização.

O maior avanço será na política de saúde; sua Lei Orgânica foi promulgada dois anos após a CF/88 e incorporou importantes resultados do movimento da reforma sanitária e da VIII Conferência Nacional de Saúde de 1986, ainda que permeada pelas propostas da iniciativa privada. A Previdência Social sofrerá alguns impasses na elaboração da sua Lei Orgânica, mas a assistência sofrerá com maior intensidade. Convém ressaltar que a discussão das propostas relativas à assistência ocorrerá tardiamente e terá como sujeito fundamental os assistentes sociais inseridos em Universidades Públicas ou Privadas. Nessa perspectiva, “vários núcleos de pesquisa são instalados (PUC/SP, UnB) e muitas investigações relacionadas ao tema são desencadeadas. É um período fértil e de produção intelectual, onde se põe a nu a atuação estatal e privada”. (MESTRINER, 2001, p. 192). Mas, também há nessa luta o envolvimento de trabalhadores/as e usuários/as vinculados/as a algumas instituições de natureza assistencial, a exemplo da LBA.

A assistência inicialmente continuará ocupando espaço pela antiga Fundação da Legião Brasileira de Assistência Social (FLBA) e será o maior órgão do governo para prestação de serviços de assistência social. A FLBA, incorporada à Secretaria Especial de Ação Comunitária, posteriormente se tornará o Ministério de Ação Social. O objetivo do governo neste cenário será de recuperar os espaços que vinham sendo ocupados pelas igrejas e entidades filantrópicas e trazer a assistência social para o âmbito estatal. (MESTRINER, 2001).

A assistência social passará por uma intensa reformulação e reordenamento. Eventos serão realizados com o objetivo de trazer uma vasta fundamentação para a nova “cara” da assistência social. Em 1986 é realizado o Seminário Nacional sobre assistência social na

PUS/SP. Serão discutidas temáticas como: a questão da seletividade e a exclusão social da população usuária e a perspectiva pontual e fragmentada das ações, que acaba sendo paliativa e não trazendo resultados efetivos para a população contemplada. Três princípios serão considerados fundamentais na formulação da política de assistência social: a descentralização, a participação e a democratização. (MESTRINER, 2001).

O CNSS acaba ficando de fora desse processo por carregar marcas históricas do clientelismo e mandonismo da política brasileira. No seu âmbito, passou a ser exigido das instituições que recebiam subvenções a reformulação dos seus programas e a forma metodológica como estavam sendo ofertadas as suas atividades. (MESTRINER, 2001).

No ano de 1989, durante o I Simpósio de Assistência Social, é construído um projeto de lei, que ao ser assumido pelo deputado Raimundo Bezerra, onde são apresentadas 63 emendas que desfiguram o projeto inicial e colocam as instituições filantrópicas privadas num mesmo nível das instituições governamentais que ofertavam a assistência social. Em 1990 Collor veta esse projeto, alegando a impossibilidade para destinar recursos a famílias, idosos e deficientes em situação de vulnerabilidade social. A partir de 1991, a assistência social volta a ser discutida, o projeto vetado retorna ao debate da sua forma original e passa por diversas discussões no âmbito da categoria dos assistentes sociais por meio das suas entidades representativas, quais sejam: Conselho Federal de Assistentes Sociais, atualmente o CFESS, Associação Nacional das Associações de Servidores (LBA) e o Centro de Estudos de Ensino e Serviço Social. (MESTRINER, 2001).

Nesses órgãos, são debatidos temas como a descentralização política administrativa, a necessidade de superar as tendências focalistas e aproximar-se do viés universalizador. Por meio dessas discussões, vão surgindo a formação de grupos, fóruns, encontros e congressos, principalmente do Serviço Social, com o objetivo de construir uma política pública com base na proteção social. Foi necessária também a pressão e mobilização popular, pois não estava havendo interesse por parte do executivo e do legislativo para promulgar a lei orgânica. (MESTRINER, 2001).

Criar uma política que regulamentasse a área da assistência social trazia uma intensa ameaça às práticas clientelistas e filantrópicas que vinham sendo materializadas. No governo de Collor, sua esposa, primeira dama do Estado, foi colocada à frente da LBA. Quase todos os cargos de confiança foram ocupados por familiares. Subvenções que deveriam ser destinadas para as instituições filantrópicas foram desviadas para instituições fantasmas que estavam vinculadas a família de Roseane Collor, primeira dama da República. (MESTRINER, 2001).

Devido aos escândalos relacionados às subvenções destinadas as instituições filantrópicas, Itamar Franco, a partir do decreto Lei nº 984 de 1993, suspende o pagamento dos recursos a estas entidades e determina o recadastramento das instituições, a fim de trazer transparência e legalidade. (MESTRINER, 2001).

Com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993, que traz a assistência social enquanto política de seguridade social não contributiva, direito do cidadão e dever do estado que deve ser ofertado a partir de uma sistema descentralizado e participativo, o CNSS é extinto e terá como nova denominação Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão de controle social, formado por um colegiado paritário entre governo e sociedade civil, destinado a fiscalizar e controlar a política de assistência social por meio do seu caráter deliberativo. A extinção do CNSS e da FLBA ocorreu devido ao envolvimento com escândalos de corrupção, aprovação de subvenções de forma ilegal, entre outros fatores. O CNSS, quando transferiu para o âmbito dos parlamentares de outorgar as subvenções para as instituições privadas de assistência social, perde sua característica de órgão regulador e passa a ser reconhecido como espaço para disseminação da filantropia ilegal. (MESTRINER, 2001).

Nesse contexto, começa-se a ampliar o número de organizações sociais destinadas a desenvolver o trabalho social com crianças e adolescentes, assim como fundações empresariais com vários projetos sociais envolvendo o público juvenil; é o chamado terceiro setor, que acaba trazendo o trabalho voluntariado como uma forma de enfrentamento à pobreza e de desresponsabilização do Estado. Lembrando que no ano de 1990 é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com a perspectiva de proteção integral, que vem para afastar o olhar punitivo e coercitivo do código de menores. (MESTRINER, 2001).

2.2 A política de Assistência Social a partir da Constituição Federal de 1988.

A assistência social foi inserida enquanto política pública no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Constituição Federal de 1988 a partir do tripé da seguridade social, ou seja, com as demais políticas públicas de saúde e previdência social. A Lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, em seu artigo 1º, estabelece a assistência como “[...] direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

(BRASIL, 2020). Como já abordado no item anterior, a aprovação da Lei Orgânica, na gestão Itamar Franco, só ocorreu depois de muita pressão por parte da sociedade civil.

Embora a LOAS já estivesse sido promulgada, Fernando Henrique Cardoso – FHC, criou, em sua primeira gestão (1995-1998), um sistema paralelo a assistência social: o Programa Comunidade Solidária, instituído através da medida provisória nº 813 de 1995, que passou a ser reconhecido como um programa do seu governo. O programa teve por objetivo combater a pobreza e a fome por meio do desenvolvimento de ações para a população que não dispusesse de condições para garantir a sua sobrevivência. Dessa forma, percebemos que o governo não tinha interesse algum em implementar a política nacional de assistência social, conforme preconizado pela LOAS. (COUTO, 2006).

Segundo Couto (2006), existem avaliações que apontam que entre 1994 e 1998, na gestão de FHC, não houve avanços no campo da assistência social, pois, além de não implementar os programas e projetos que estavam pautados na LOAS, houve também uma redução dos serviços ofertados, tendo em vista a interdição das atividades realizadas pelo LBA nos estados e municípios brasileiros após o seu fechamento. “O número de crianças em creches caiu de 1.652.337, em 1994, para 1.309.985, em 1998; o número de idosos atendidos passou de 235.878 para 226.773; e as pessoas portadoras de deficiência tiveram seu atendimento reduzido de 117.464 para 112.520”. (BOSCHETTI, 2001, p. 63). Os poucos recursos estatais investidos na área da assistência social contribuíram para a ampliação da responsabilização e da solidariedade empregada pelo terceiro setor.

Destaca-se que a assistência social foi inserida como política pública num contexto adverso; embora a LOAS apresente, em um dos seus princípios, a universalização dos direitos sociais, as ações do Estado com relação a esta política tendem a caminhar sobre um viés filantrópico e de desresponsabilização em sua condução.

Para Mota (2008), as políticas que compõem a seguridade social estão distantes de formarem um mecanismo de articulação para efetivação da Proteção Social. Enquanto a saúde e a previdência caminham para a mercantilização e privatização, a assistência social assume o papel de política não contributiva de enfrentamento à pobreza e principal mecanismo de proteção social da realidade brasileira, mesmo sendo a que mais sofre com a ausência de financiamento fixo. O acesso a um sistema universal e de proteção integrada não aconteceu nem do ponto de vista financeiro, nem com relação ao acesso.

A inclusão dos excluídos serve de discurso para avanço do capital, pois, ao mesmo tempo em que se aumentam as expressões da questão social, cresce o número de usuários da

política de assistência social e com ela o viés das ações compensatórias e seletivas, que acabam contemplando apenas aqueles que se encontram às margens da pobreza extrema. (MOTA, 2008).

Behring e Boschetti (2011) concordam com Mota (2008) quando dizem que a assistência social é a política que mais sofre dentro dessa lógica neoliberal para se efetivar enquanto política pública. Para as autoras, resquícios históricos da forma como era materializada voltam a se estabelecer via ações filantrópicas realizadas pelas empresas privadas – “empresas cidadãs”.

Dessa forma, o que se tem elencado a partir da lógica neoliberal são programas de combate à pobreza, caracterizando os sujeitos enquanto vulneráveis e excluídos e em situação de risco, sem problematizar que esses indivíduos correspondem a superpopulação relativa atingida pelo pauperismo; programas de transferência de renda com condicionalidades e com valores pequenos; apelo à família, ao voluntariado e ao terceiro setor e uma dualidade discriminatória entre os que pagam e os que não pagam a seguridade social. (BEHRING, 2010).

A partir da Constituição Federal de 1988, o recurso da assistência passou a fazer parte do orçamento público e ocorre mediante os recursos da União, Estados, Distrito Federal e municípios. Para que os municípios recebam o repasse dos recursos destinados à assistência social é necessário a instituição do plano de assistência social, do fundo de assistência social, com orientação e controle dos respectivos conselhos de assistência social e da instituição do conselho de assistência social; além disso, os gestores serão avaliados por meio do índice de gestão descentralizada ³⁰IGD- SUAS. (BRASIL, 2020). Esse aspecto pode ser considerado um grande avanço, tendo em vista que a assistência social sempre foi reconhecida como benemerência e efetivada por meio de recursos filantrópicos.

Com relação ao Benefício de Prestação Continuada, diversos mecanismos governamentais têm sido utilizados para dificultar o acesso dos usuários. No caso da pessoa com deficiência, além do estabelecimento da renda familiar *per capita* ter que ser menor que ¼ de um salário mínimo, a sua concessão também está condicionada a perícia médica do INSS. É

³⁰ O IGD-SUAS incluído na Lei Orgânica de Assistência Social pela Lei 12.435 de 2011 é responsável por medir os índices da gestão “ I - com base na atuação do gestor estadual, municipal e do Distrito Federal na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial”. (BRASIL, 2020). Além disso, o IGD-SUAS tem por objetivo “II - incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, municipal e do Distrito Federal do Suas; III - calcular o montante de recursos a serem repassados aos entes federados a título de apoio financeiro à gestão do Suas. § 1º Os resultados alcançados pelo ente federado na gestão do Suas, aferidos na forma de regulamento, serão considerados como prestação de contas dos recursos a serem transferidos a título de apoio financeiro”. (BRASIL, 2020).

a velha política se modernizando de acordo com a LOAS. A participação no controle social também é dificultada durante esse governo; as discussões oriundas das conferências têm sido colocadas de lado e não são tomadas como diretrizes para as decisões do governo de FHC com relação a política de assistência social. (COUTO, 2006).

Com a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência do Brasil, um conjunto de avanços e retrocessos são elencados com relação a área da assistência social. Apesar de defender um projeto voltado para os interesses da classe trabalhadora, a política neoliberal também vai encontrar abertura para se efetivar no Brasil durante a gestão de Lula. Será, portanto, um período de construção e desmobilização.

No ano de 2004 foi instituída a segunda³¹ Política Nacional de Assistência Social. Ao ser instituída, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) prevê a criação de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS) descentralizado, não contributivo e participativo, estruturado conforme os seguintes eixos: matricialidade sóciofamiliar; descentralização político administrativa e territorialização, assim como novas bases para relação entre estado e sociedade civil; financiamento; controle social; política de Recursos Humanos, desafios da participação popular/cidadão/usuários; informação, monitoramento e avaliação. (PNAS, 2009).

No ano de 2005 ocorre a implementação do Sistema Único de Assistência Social por meio da NOB-SUAS (2005)³². Esse sistema, a partir da materialização das propostas elencadas, tende a tencionar a lógica neoliberal. O SUAS propõe, nesse contexto de reestruturação produtiva com ênfase na fragilização dos vínculos trabalhistas e de desresponsabilização do Estado, perspectivas de contratação de recursos humanos através de concursos públicos, capacitação e aquisição de espaços físicos para o desenvolvimento dos serviços, além da implantação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, como equipamentos permanentes da PNAS. (BEHRING, 2011).

Apesar das limitações em termos da indução de responsabilidades cooperadas, a primeira fase do Suas é marcada por uma expansão e territorialização de serviços estatais, relativamente patronizados por meio da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que também passa a orientar o reordenamento, a oferta e a vinculação de serviços prestados pelas organizações da sociedade civil. (SILVEIRA, 2017, p. 497).

³¹ A primeira Política de Assistência Social foi instituída em 1998, tendo como referência a LOAS/1993.

³² A segunda fase da NOB-SUAS ocorre por meio da aprovação NOB SUAS 2012, através da Lei nº 12.435/11, que destaca a importância do planejamento como aspecto fundamental para a gestão do SUAS. (SILVEIRA, 2017).

Segundo a PNAS (2005), um dos objetivos da assistência social é a proteção social, que deve garantir aos usuários da política as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência, de rendimentos e autonomia, segurança de acolhida e a segurança de convívio ou vivência família. Além disso, são ações da assistência social os benefícios eventuais, os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento à pobreza.

O Sistema Único de Assistência Social, ao ser efetivado, propõe-se a alterar algumas dessas questões, ainda que num contexto de correlação de forças conservadoras. Um dos principais ganhos elencados com a instituição do SUAS foi a unificação dos serviços e benefícios ofertados a população, partindo da perspectiva de reconhecimento das particularidades dos territórios, com ações voltadas para a vigilância sócio assistencial, trazendo-a como importante aspecto a articulação entre planos, fundo e conselhos.

A Política Nacional de Assistência Social/2004, referendada na LOAS/1993 e alterada pela Lei 12.435 de 2011, organiza-se pelos seguintes tipos de proteção social: a básica e a especial. A Proteção Social Básica - PSB visa prevenir situação de vulnerabilidade e risco social através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, enquanto a Proteção Social Especial - PSE tem por objetivo a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e aquisições, protegendo as famílias e indivíduos que estejam em situação de violação de direitos. (BRASIL, 2020).

Em um dos seus princípios, a PNAS propõe a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistência alcançável pelas demais políticas públicas. (PNAS, 2005). Contudo, o que é perceptível no cotidiano são ações pontuais e fragmentadas aos usuários, que não garantem a intersetorialidade entre as políticas públicas, ficando a assistência social responsável por resolver todas as problemáticas existentes.

Nessa ótica, fica a política de assistência responsabilizada por responder as expressões da questão social por meio de programas focalizados, excludentes e de culpabilização dos indivíduos; exemplo disso são os programas de qualificação profissional nos quais os usuários da política de assistência são inseridos, por intermédio do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), com vistas a tentar solucionar a problemática do desemprego que, nesse estágio atual do capitalismo, tem características estruturais, mas que emerge como um problema individual dos usuários desprovidos de qualificação profissional.

Com a privatização dos serviços ofertados pelo Estado, a população volta a ser dividida entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços. Os que não podem

pagar ficam à margem de serviços ofertados de forma sucateada, e ainda a mercê dos benefícios da política de assistência, que muitas vezes acabam sendo ofertados de forma filantrópica e excludente. A perspectiva, portanto, é de cada vez mais serem privatizados os serviços de saúde e previdência, ficando sob a responsabilidade da assistência social arcar com os rebatimentos desse processo.

Outro aspecto que deve ser observado na PNAS é a perspectiva familista adotada pela política. Segundo Miotto et al. (2011, apud MIOTO, 2015), o caráter familista das políticas sociais tem sido refletido em especial no processo da oferta de serviços sociais. Com a incorporação da família nesses serviços oferecidos, tende-se a responsabilizá-las “[...] principalmente na configuração do acesso aos serviços, no campo dos cuidados e na própria organização dos serviços e em seus processos de externalização”. (BRITOS, 2006 apud MIOTO, 2015, p. 708, suprimimos). Embora a PNAS avance ao apontar que se deve considerar no trabalho com famílias os diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um único modelo familiar – nuclear –, as respostas dadas por essa política decorrem da perspectiva de problemas individuais do usuário. Defende-se,

A noção de que algo está “errado” com essas famílias e que é preciso identificar sua responsabilidade sustenta práticas invasivas e moralistas. O trabalho então se organiza na busca desses elementos, descolando o sujeito de suas relações sociais. Além disso, ao reconhecer o pouco investimento feito nesse campo, busca focalizar precisamente naqueles enquadrados mais necessitados, na justificativa da qualidade do gasto público, abrindo mão do debate tão caro à proteção social que é a constituição do direito social universal. (COUTO, 2015, p. 674).

Devemos observar também que a PNAS (2004) destaca em seu conteúdo as relações entre Estado e sociedade civil, que são compreendidas por meio de um conjunto integrado de ações e iniciativas que visem garantir a proteção social. Fica incumbido à sociedade civil a execução de programas, o controle social e a formulação. Os trabalhos realizados nas ONG’s³³ devem transitar do campo da ajuda e da filantropia para o âmbito da cidadania e dos direitos sociais. (PNAS, 2005). Apesar desses delineamentos, o que se tem percebido são ações voltadas com grande frequência para a desresponsabilização do Estado, reforçando-se o papel do voluntariado, da ajuda e da caridade e fragilizando a perspectiva de que as ONGs devem transitar do campo da benemerência para efetivação de direitos sociais segundo a PNAS.

Dentre os principais ganhos obtidos nesse cenário, Behring (2010) destaca a construção do Sistema Único de Assistência Social; a promulgação do Estatuto do Idoso; o acesso, a partir de 65 anos, ao Benefício de Prestação Continuada; e a implementação do CadÚnico e do

³³ É importante observar que a ONG’s não são os únicos elementos constitutivos da sociedade civil.

Programa Bolsa Família. Acerca do SUAS, a autora o enfatiza como uma forma de resistência à ideologia neoliberal, visto que, no seu processo de implantação, traz como perspectivas a contratação de recursos humanos através de concursos públicos e a necessidade de capacitação e aquisição de espaços físicos para o desenvolvimento dos serviços, além da implantação do Centro de Referência de Assistência Social como um equipamento permanente na PNAS.

A partir dos elementos destacados anteriormente, percebemos que a LOAS destaca dois tipos de proteção social essenciais para a operacionalização da política de assistência social: a PSB e a PSE; esta última é dividida em média complexidade e alta complexidade. A respeito dessas modalidades de proteções, traremos algumas discussões pertinentes no próximo item.

2.2.1 A Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial na política de assistência social.

A Política Nacional de Assistência Social deve ofertar a proteção social em conjunto com as demais políticas da seguridade social. Por meio da proteção social é possível garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. (PNAS, 2005)

A segurança de rendimento não diz respeito a compensação de um salário mínimo para a população usuária, mas sim a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir a sua sobrevivência, mesmo que estejam com limitações para inserção no mercado de trabalho, como idosos e pessoas com deficiência. (PNAS, 2005).

A segurança de acolhida é considerada fundamental para a política de assistência social. Acolher significa prover direitos relacionados a alimentação, abrigo, vestuários, ou seja, as necessidades básicas dos sujeitos. Situações de perda ou suspensão do poder familiar, situações de calamidade pública e situações de violência doméstica ou de violência contra idosos também podem demandar a necessidade de acionar a segurança de acolhida. (PNAS, 2005).

A segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio tem por objetivo trabalhar com os usuários a convivência familiar e comunitária e fortalecer através do trabalho em grupo ao até mesmo do atendimento individual as suas potencialidades. (PNAS, 2005).

São considerados públicos da política de assistência social indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade ou de risco pessoal e social, por exemplo: famílias que estão perdendo ou que se encontram com os vínculos de afetividade em situação de fragilidade, indivíduos em situação de desvantagem por conta de algum tipo de deficiência; violência dentro do núcleo familiar; uso de substâncias psicoativas. (PNAS, 2005).

As seguranças citadas anteriormente são afiançadas através dos serviços, programas e projetos ofertados nos níveis da proteção social básica e da proteção social especial de média e alta complexidade. A proteção social básica trabalha com a prevenção de situações de riscos a partir do desenvolvimento das potencialidades dos usuários e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Seu público corresponde “à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos”. (PNAS, 2005, p. 33).

Na proteção social básica são ofertados o Serviço de Atendimento Integral à Família – PAIF; o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV; o Benefício de Prestação Continuada – BPC; os benefícios eventuais relacionados às situações de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, além de outros programas complementares, como o Programa Bolsa Família e, atualmente, o Programa Primeira Infância do SUAS, mais conhecido como Programa Criança Feliz.

O PAIF é ofertado no Centro de Referência da Assistência social – CRAS, equipamento constitutivo da Proteção Social Básica. O CRAS é uma unidade pública com base territorial, localizado nos territórios com maiores índices de vulnerabilidade social, e realiza um trabalho com famílias em seu contexto familiar e comunitário. “Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear [...]”. (PNAS, 2005, p. 35). Trabalho desenvolvido pelo PAIF compreende a:

Acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; grupos de famílias; acompanhamento familiar; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios e/ou prontuários; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa. (PNAS, 2005, p. 13).

O SCFV também pode ser ofertado nos CRAS ou em outros espaços, a exemplo dos centros de convivência para idosos. Esses serviços trabalham de modo intergeracional e com o objetivo de desenvolver as potencialidades e fortalecer o protagonismo dos sujeitos. O SCFV está dividido de acordo com as faixa-etárias geracionais, como podemos ver em seguida.

- O Serviço para Criança e Adolescente de 6 a 15 anos tem por objetivo desenvolver o protagonismo dessas crianças e adolescentes através de espaços de convivência. As intervenções ocorrem com base em atividades lúdicas, culturais e esportivas e deve ter como público principal crianças e adolescentes com deficiência, em situação de trabalho infantil ou em outras situações de violação de direitos que demandem a necessidade de intervenção. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASISTENCIAS, 2014).
- O Serviço para Adolescentes de 15 a 17 anos tem por finalidade contribuir para o retorno ou permanência do adolescente no ambiente escolar. Além disso, esse Serviço aborda temáticas relacionadas à juventude e a formação de valores a partir de atividades que envolvam a inclusão digital, a convivência social, a cultura, o esporte e ao lazer. Ressalta-se ainda que as intervenções devem tratar sobre pluralidade e singularidade juvenil, os desafios da realidade social e estimular a participação política dos jovens na sociedade. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASISTENCIAS, 2014).
- O SCFV para jovens de 18 a 29 trabalha com o desenvolvimento de potencialidades para a construção de projetos de vida. Deve também detectar as necessidades e habilidades juvenis a fim de alcançar a autonomia desse público; além disso, deve reconhecer o trabalho e a formação profissional como um direito social. É importante ressaltar que a vivência com outros jovens pode potencializar aquele indivíduo na tomada de decisões e contribuir para a sua autonomia e protagonismos social. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASISTENCIAS, 2014).
- O SCFV para idosos tem como foco propiciar o envelhecimento saudável, fortalecer os vínculos familiares e comunitários e prevenir situações de risco social. A intervenção englobará interesses e demandas desse público, podendo ser, portanto, atividades artísticas, de cultura, esporte, lazer ou artesanais. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASISTENCIAS, 2014).

O Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos deve ser desenvolvido para prevenir situações de rompimentos dos vínculos familiares, comunitários e de violação de direitos. Esse serviço é realizado através de visitas domiciliares pela equipe da Proteção Social Básica e pode ser referenciado através do CRAS. A atividade

“deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial”. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2014, p. 25). Pode também ser extensiva aos familiares por meio do apoio, orientação e encaminhamento.

O BPC corresponde a garantia de um salário mínimo ofertado para pessoas com deficiências ou para idosos com mais de 65 anos que não possuam condições de prover sua subsistência ou de tê-la provida pela sua família, desde que atendam ao critério da renda per-capita familiar de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por pessoa. “Tal direito à renda se constituiu como efetiva provisão que traduziu o princípio da certeza na assistência social, como política não contributiva de responsabilidade do Estado”. (PNAS, 2005, p. 34).

Segundo a PNAS (2005), o BPC é considerado como processador de inclusão e dá ao Brasil um lugar significativo na América Latina devido a concessão desse tipo de transferência de renda. É um benefício que materializa a política de assistência enquanto provedora de direitos sociais para a população que dela necessitar. Destacamos que a concessão do BPC está condicionada a avaliação médica e social do INSS.

Atualmente o benefício tem sido alvo de vários desmontes do governo federal, sendo um deles a proposta de reduzi-lo para metade de um salário mínimo; além disso, a concessão tem sido bastante restrita e muitos casos estão sendo judicializados como alternativa para conseguir alcançar a concessão. Segundo a PNAS (2005, p. 34), “o BPC não deve ser tratado como o responsável pelo grande volume de gasto ou como o dificultador da ampliação do financiamento da assistência social”.

Os outros benefícios eventuais ofertados no âmbito da Proteção Social Básica são provisões que visam suprir a necessidade temporária daquela família ou indivíduo. Atualmente esses benefícios são ofertados em âmbito municipal e regulamentados pelas próprias Leis dos municípios. Segundo a LOAS, os benefícios de natalidade e funeral devem ser mantidos com recursos do próprio município.

Com relação ao Programa Bolsa Família, corresponde à concessão de um determinado valor a famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O PBF é considerado um dos maiores responsáveis pela oferta de transferência de renda à população brasileira em situação de pobreza e é resultante da unificação de diversas bolsas, como a bolsa escola, o vale gás e o auxílio alimentação. O programa trabalha de forma intersetorial com as políticas de saúde e educação, pois preconiza o cumprimento de condicionalidades para que sua oferta seja garantida. A frequência escolar, a atualização do cartão de vacinas e a realização de consultas

de pré-natal são critérios que devem ser respeitados pelos beneficiários do programa. Destacamos que o valor recebido pelo usuário através desse programa de transferência de renda é calculado de acordo com a quantidade de membros familiares.

A respeito do Criança Feliz, o programa é executado através de visitas domiciliares e coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Tem como proposta desenvolver, através das visitas, ações de articulação entre a política de assistência, saúde, educação, direitos das crianças e adolescentes, entre outras. Com relação a essa intersectorialidade elencada pelo programa, é relevante destacar que esse aspecto no âmbito das políticas sociais vem sendo permeados por diversos desafios. Assim, ao instituir esse programa, o governo aposta numa intersectorialidade que esporadicamente vem sendo efetuada nas políticas existentes, sendo pouco provável sua efetivação no âmbito do programa, diante da atual conjuntura. O público prioritário destina-se a:

I – gestantes, crianças de até 3 (três anos) e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; II – crianças de até seis anos beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada e suas famílias; III - crianças de até 6 (seis anos) afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101 da Lei nº 8.069/90 do estatuto da criança e do adolescente. (MDSA, [2016?] n/p).

O programa não traz inovações no campo da Política de Assistência Social, tendo em vista que a LOAS, na definição de um dos seus objetivos com relação a proteção social, define a proteção à família, a maternidade, à infância, a adolescência e à velhice, além do amparo a criança e adolescentes carentes³⁴. A Política Nacional de Assistência Social aponta que, dentro da proteção integral, serão analisadas o trabalho de crianças e adolescentes, dentro das propostas elencadas já estavam também o desenvolvimento de serviços para crianças de 0 a 6 anos, com vista a fortalecer os vínculos familiares, dentre os quais podem ser destacados o direito a brincar e as ações de socialização e de sensibilização para defesa dos direitos das crianças. (PNAS, 2005).

O programa traz como característica a importância da “[...] família, do brincar, do contexto e de se oportunizar à criança, em seus primeiros anos de vida, a possibilidade de se desenvolver em um ambiente familiar com segurança, vínculos e proteção”. (MDS, 2016, p. 3). A concepção, portanto, é de que, através das visitas domiciliares realizadas pelos visitantes, serão propiciados todos esses aspectos destacados, quando na verdade a totalidade em que estão inseridas as famílias é muito mais complexa, haja vista as desigualdades existentes no país, o

³⁴ Considerando-se as definições da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014) o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos já traz como público prioritário crianças de 0 a 6 anos.

aumento do desemprego com características estruturais e até mesmo o congelamento dos gastos sociais por 20 anos, implementado pela Emenda Constitucional nº 95.

O CFESS (2017) aponta que o Criança Feliz vai também na contramão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quando defende que “uma criança bem estimulada no início da vida tem maiores chances de ter escolaridade e profissão melhores e de ajudar a família a superar a pobreza”. (CFESS, 2017, n/p). Assim, percebe-se que, ao invés de reforçar o compromisso do Estado com relação ao papel de garantidor da proteção social aos usuários das políticas públicas, acaba-se revigorando a cultura de culpabilização dos indivíduos, onde o desenvolvimento das suas potencialidades só depende deles mesmos. (CFESS, 2017).

Com relação as ações da Proteção Social Especial - PSE, destacamos que esta será acionada quando a PSB não estiver cumprindo suas funções de prevenção, fortalecimento de vínculos e desenvolvimento de potencialidades. Essas situações que demandam a intervenção da PSE tornam o indivíduo mais vulnerável e, por isso, precisam de estratégias que visem a reconstrução dos vínculos, sejam eles familiares ou comunitários, o fortalecimento das potencialidades e, em muitos casos, há necessidade de acionar a rede de garantias de direitos – Ministério Público; Poder Judiciário; Conselho Tutelar; Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV). A PSE visa, portanto,

a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (PNAS, 2005, p. 37)

A Proteção Social Especial está dividida em dois níveis: A PSE de média complexidade e a PSE de alta complexidade. São considerados públicos da PSE de média complexidade as famílias e sujeitos que estejam com direitos sociais violados. Já a PSE de alta complexidade pressupõe que, além da situação de violação de direitos, os vínculos familiares e comunitários tenham sido rompidos.

Os principais serviços ofertados pela PSE de média complexidade são: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; Serviço de Orientação e Apoio Sociofamiliar; Plantão Social; Abordagem de Rua; Cuidado no Domicílio; Serviço de Habilitação e Reabilitação na Comunidade das pessoas com deficiência; Medidas Socioeducativas em Meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA). Destaca-se que o CREAS é o equipamento de base regional, estadual ou municipal, que serve de referência para a oferta desses serviços. Além disso, tem também o Centro-pop, destinado ao atendimento para a população em situação de rua.

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, é destinado ao apoio e acompanhamento de pessoas em situação de violação de direitos. O atendimento deve respeitar a heterogeneidade, potencialidades, valores e crenças dos usuários; além disso, esse serviço deve ser realizado em articulação com a rede socioassistencial e intersetorial de políticas públicas e com o sistema de garantia de direitos. Os principais objetivos do PAEFI são: fortalecer a família no desenvolvimento da sua função protetiva; restaurar e preservar a autonomia e integridade dos usuários; romper com o ciclo de violação de direitos e prevenir a reincidência. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2014).

O Serviço de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas em Meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA) é realizado através do acompanhamento de adolescentes e jovens que cometeram algum ato infracional e que, por esta razão, se encontram em cumprimento de alguma medida de meio aberto prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Para operacionalização da medida socioeducativa é necessário a elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA, que pressupõe a participação do adolescente e da família, com a orientação da equipe técnica de referência composta por assistente social e psicólogo.

No PIA deve ser colocado os objetivos e metas do adolescente durante o cumprimento da medida e suas perspectivas para o futuro. A prestação de Serviço tem jornada máxima de oito horas semanais e pode ser realizada em creches, escolas, hospitais, entre outros espaços. Deve ser observado também que o horário de realização dessas atividades não pode prejudicar o rendimento escolar dos adolescentes. A liberdade assistida ocorre nos CREAS e pode ser realizada por meio de encontros semanais para tratar sobre diversas temáticas com esses adolescentes em acompanhamento. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2014).

O Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias é destinado a indivíduos que estejam em situação e violação de direitos no âmbito familiar ou com o cuidador. É desenvolvido por meio de uma equipe técnica que atuará a partir de uma perspectiva de reconhecimento do potencial da família e do cuidador, promovendo seu acesso aos serviços da rede socioassistencial e intersetorial. Quando verificado, durante as visitas domiciliares, a necessidade de

acesso a benefícios, programas de transferência de renda, serviços de políticas públicas setoriais, atividades culturais e de lazer, sempre priorizando o incentivo à autonomia da dupla “cuidador e dependente”. Soma-se a isso o fato de que os

profissionais da equipe poderão identificar demandas do dependente e/ou do cuidador e situações de violência e/ou violação de direitos e acionar os mecanismos necessários para resposta a tais condições. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2014, p. 37).

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua traz como objetivo o fortalecimento e reconstrução dos vínculos pessoais e familiares para construir novos projetos de vida para este público. Esse serviço deve possibilitar aos usuários: acolhida na rede socioassistencial; restauração e preservação da autonomia e integridade desta população; e ações que visem a reinserção familiar e comunitária. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2014).

Com relação a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, os principais serviços são: Atendimento Integral Institucional; Casa Lar, República, Casa de Passagem, Albergue, Família Substituta, Família Acolhedora, Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada). Esses serviços são ofertados para famílias e indivíduos com vínculos familiares e comunitários rompidos e oferecem moradia e alimentação para essas pessoas que se encontram em situação de violação de direitos.

O acolhimento institucional pode ocorrer em diferentes tipos de equipamentos, com a finalidade de garantir a proteção integral para os usuários do serviço. O atendimento é realizado em grupos que partilham de situações parecidas e deve ter condições físicas adequadas para realização do atendimento. Os principais tipos de acolhimento institucional são: para criança e adolescente; para adultos e famílias; para mulheres em situação de violência; para jovens e adultos com deficiência; para idosos. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2014).

O Serviço de Acolhimento em República é destinado a grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade social e risco social com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. O serviço deve contar com uma equipe técnica administrativa e psicossocial que desenvolva um trabalho voltado para a autonomia e independência dos usuários. As modalidades de atendimentos em república são: jovens; adultos em processo de saída das ruas; e idosos. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2014).

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é responsável por organizar o acolhimento de crianças e adolescentes que estejam em suspensão do poder familiar nas residências de famílias cadastradas. Essas crianças e adolescentes serão avaliadas através do acompanhamento da equipe técnica e poderão retornar para o convívio com os pais ou serem colocadas para adoção.

Destacamos que a política de assistência social, desde as suas protoformas, mesmo não sendo considerada política pública, sempre constituiu um espaço sócio-ocupacional de diversas profissões, inclusive do assistente social; exemplo disso é a presença do Serviço Social na LBA, CNSS, MPAS, SESI, SENAI, SESC e SENAC. Além disso, os assistentes sociais foram sujeitos fundamentais na mobilização para incluir na constituinte as demandas da assistência social e posteriormente para promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993.

Atualmente, alguns dos principais espaços de atuação dentro da política de assistência social são os CRAS e CREAS. O trabalho é realizado através de equipe psicossocial composta por psicólogos e assistentes sociais, em conjunto também com outros profissionais, quais sejam: Pedagogo; Orientador social; e orientador jurídico. No que diz respeito ao trabalho interdisciplinar, os Parâmetros para atuação do assistente social na política de assistência social (2009)³⁵ destacam que durante as intervenções deve ser fomentada discussões construtivas baseadas no respeito ao pluralismo e pautando-se na construção de estratégias de resoluções coletivas que coloquem as demandas dos usuários como prioritárias.

O trabalho disciplinar exige a construção “[...] de reuniões de planejamento e debates conjuntos a fim de estabelecer as particularidades da intervenção profissional, bem como definir as competências e habilidades profissionais em função das demandas sociais e das especificidades do trabalho. (CFESS, 2011, p. 25). Ressaltamos ainda que, apesar dos profissionais estarem diante de conhecimentos distintos específicos em suas respectivas áreas de formação profissional, o trabalho, quando realizado de forma interdisciplinar, possibilita a ultrapassagem do saber fragmentado e hierarquizado e caminha para compreensão do ser social em sua totalidade.

Conforme os Parâmetros para Atuação do Assistente Social na Política de Assistência Social (2011), a intervenção profissional do assistente social nessa política deve ultrapassar a concepção de gestão de pobreza, indo além da individualização das situações sociais e de abordagem às expressões da questão social com pilares moralizantes.

A respeito do exercício profissional do assistente social nesses equipamentos, podemos destacar algumas dimensões constitutivas, quais sejam: a dimensão que engloba as abordagens individuais, familiares e grupais, voltando-se para o atendimento das necessidades básicas e ao acesso dos direitos sociais e serviços públicos; a dimensão de intervenção coletiva em conjunto

³⁵ O documento foi elaborado inicialmente no ano de 2007, em parceria com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), e era intitulado como “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social”. No ano de 2011 foi reeditado pelo CFESS durante a realização do Seminário Nacional sobre “O Trabalho de Assistentes Sociais no SUAS” e faz parte de uma série construída pelo CFESS a respeito do trabalho do assistente social em diversos espaços sócio ocupacionais. (CFESS, 2011).

com os movimentos sociais com vistas a socialização de informações, mobilizações e organizações populares; a dimensão da intervenção profissional versada na inserção dos profissionais em espaços democráticos de controle social; a dimensão voltada para o gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços; a dimensão objetivada na realização de estudos voltados para as condições da classe trabalhadora; e a dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes. (CFESS, 2011).

A objetivação dessas dimensões desdobra-se em competências e estratégias que serão selecionadas pelo profissional de acordo com a demanda apresentada, quais sejam: realização de pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população; formulação e execução de programas, projetos e benefícios da assistência social; elaboração de planos municipais, estaduais e nacionais da assistência social; planejamento, organização, administração e acompanhamento dos recursos da assistência social; realização de estudos sistemáticos com as equipes de referência dos CRAS e CREAS; contribuição para participação do usuário no controle social; e assessoria e consultoria em matéria relacionada a assistência social. (CFESS, 2011).

Aprofundaremos com mais detalhes essa discussão do exercício profissional do assistente social na política de assistência social no próximo capítulo, o qual trará os resultados obtidos através de pesquisa de campo realizada sobre a dimensão técnico-operativa dos assistentes sociais inseridos nos equipamentos CRAS e CREAS do município de Aracaju.

**A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DOS ASSISTENTES SOCIAIS INSERIDOS
NOS CRAS E CREAS DE ARACAJU**

3 A dimensão técnico-operativa dos assistentes sociais inseridos nos CRAS e CREAS de Aracaju

Este capítulo tem como principal objetivo problematizar os resultados encontrados através da pesquisa de campo realizada com assistentes sociais dos equipamentos CRAS e CREAS de Aracaju. Para alcançar o objetivo proposto, dividimos este capítulo em seis tópicos. No primeiro, realizamos uma breve contextualização da Política de Assistência Social de Aracaju, especificamente dos equipamentos constitutivos da Proteção Social Básica e da Proteção Social especial de média e alta complexidade. No segundo, traçamos o perfil das entrevistadas através dos seguintes aspectos: sexo, idade, ano de formação e formação complementar através de pós-graduação *strictu sensu* ou *lato sensu*. No terceiro, apresentamos as principais concepções de dimensão técnico-operativa das entrevistadas, bem como a sua forma de aproximação a referida dimensão e os principais instrumentos utilizados durante a intervenção profissional. No quarto e no quinto, trazemos as demandas requisitadas pelas instituições e usuários e as respostas apontadas pelas profissionais inseridas nos CRAS e CREAS, respectivamente. Por fim, no último tópico destacamos as concepções das profissionais acerca das condições de trabalho no espaço socioocupacional da assistência social do município de Aracaju, bem como as estratégias que conseguem materializar diante dos desafios encontrados cotidianamente.

3.1 Breve contextualização do Lócus da Pesquisa: A proteção Social básica e a proteção Social de média complexidade do município de Aracaju.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), o município de Aracaju fica localizado na região leste do estado sergipano, possuindo uma área de 182.163 Km². O povoado denominado de Santo Antônio do Aracaju tornou-se capital sergipana a partir da Lei Provincial n.º 473, de 28 de março de 1837.

Ainda conforme os dados do IBGE (2020), Aracaju possui uma população estimada para 2019 de 657.013 pessoas, distribuídas entre os 42 bairros. Desse número, apenas 232.602 encontram-se ocupada, ou seja, 35,8% do total de habitantes. A média de salários mensais entre os trabalhadores formais é de 3,2 salários mínimos, ocupando assim, a posição 152º entre os 5.570 municípios brasileiros.

Sobre os equipamentos da rede intersetorial de políticas públicas, dentre os quais podemos destacar a saúde e educação, o município possui 234 escolas de ensino fundamental, 93 estabelecimentos educacionais de ensino médio, 115 estabelecimentos de saúde. (IBGE, 2020). A respeito da política de assistência social de Aracaju, há uma rede socioassistencial responsável por ofertar os serviços previstos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), quais sejam Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, distribuídas da seguinte forma: 16 (dezesesseis) CRAS, 4 (quatro) CREAS, 1 (um) Centro-pop e 2 (duas) unidades de acolhimento. (CAD-SUAS 2020). Esses dados acerca da política de assistência social de Aracaju estão ilustrados no quadro abaixo.

Quadro 01

Equipamentos da política de assistência social do município de Aracaju

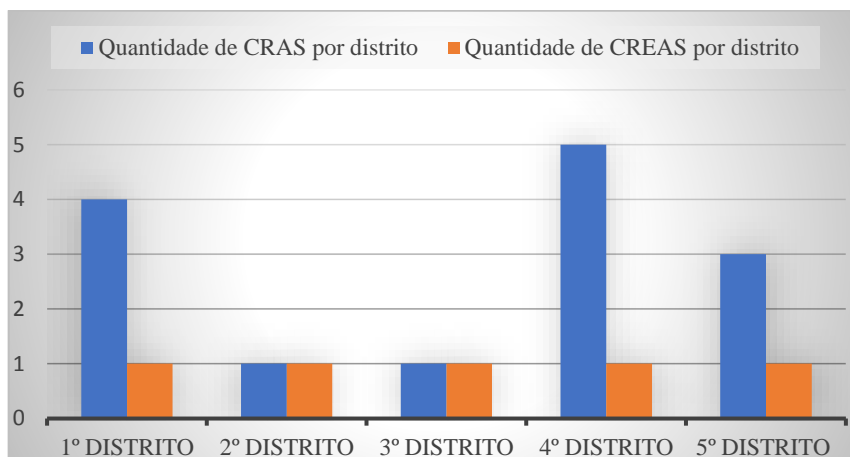
| Distrito | Equipamento - CRAS/CREAS/unidade de acolhimento | Tipo de Proteção | Localização |
|-------------|---|------------------------|--|
| 1º Distrito | CRAS Jardim Esperança | Proteção Social Básica | Bairro Inácio Barbosa |
| | CRAS Antônio Valença Rollemberg | | Bairro Farolândia |
| | CRAS Dr. Benjamin Alves de Carvalho | | Bairro Coroa do Meio |
| | CRAS Santa Maria | | Bairro Santa Maria |
| 2º Distrito | CRAS Madre Tereza de Calcutá | Proteção Social Básica | Bairro Jabotiana |
| 3º Distrito | CRAS Enedina Bonfim Santos | Proteção Social Básica | Bairro América |
| 4º Distrito | CRAS Porto D'anta | Proteção Social Básica | Bairro Porto D'anta |
| | CRAS Risoleta Neves | | Bairro Cidade Nova |
| | CRAS Maria Diná Menezes | | Bairro 17 de Março |
| | CRAS Pedro Averan | | Bairro Industrial |
| | CRAS Maria José Meneses Santos | | Bairro Porto D'anta/Loteamento Coqueiral |
| 5º Distrito | CRAS Carlos Hardman Côrtes | Proteção Social Básica | Bairro Soledade |
| | CRAS João de Oliveira Sobral | | Bairro Santos Dumont |
| | CRAS Terezinha Meira | | Bairro Olaria |
| | CRAS Dr. Carlos Fernandes de Melo | | Bairro Lamarão |
| | CRAS Prof. Gonçalo Rollemberg Leite | | Bairro José Conrado de Araújo |

| | | | |
|--|---|--|-------------------------------|
| | CREAS Maria Pureza | Proteção Social Especial de média complexidade | Bairro Inácio Barbosa |
| | CREAS Viver Legal | Proteção Social Especial de média complexidade | Ponto Novo |
| | CREAS São João de Deus | Proteção Social Especial de média complexidade | Bairro Santo Antônio |
| | CREAS Professor Gonçalo Rollemberg Leite | Proteção Social Especial de média complexidade | Bairro José Conrado de Araújo |
| | Centro Pop | Proteção Social Especial de média complexidade | Bairro Centro |
| | Centro dia | Proteção Social Especial de média complexidade | Bairro Pereira – Lobo |
| | Abrigo Caçula Barreto | Proteção Social Especial de Alta complexidade | Bairro Suíça |
| | Abrigo Núbia Marques | Proteção Social Especial de Alta complexidade | Bairro Coroa do Meio |
| | Casa Lar Nalde Barbosa | Proteção Social Especial de Alta complexidade | Bairro Farolândia |
| | Abrigo Sorriso | Proteção Social Especial de Alta complexidade | Bairro Aeroporto |
| | Total de equipamentos: 4 CREAS; 16 CRAS; 1 Centro Pop; e 4 Unidades de Acolhimento | | |

Fontes: dados coletados nas entrevistas. Elaboração própria.

O gráfico apresentado abaixo demonstra com mais detalhes parte desses equipamentos citados anteriormente, especificamente os CRAS e CREAS de Aracaju divididos por distrito.

Gráfico 01
Quantitativo de CRAS e CREAS por distrito



Fonte: dados coletados no site da prefeitura de Aracaju. Elaboração própria.

Segundo o site da Prefeitura Municipal de Aracaju (2020), a proteção social básica do município é ofertada nos CRAS por meio dos seguintes Serviços: PAIF; Inclusão Produtiva³⁶; Cadastro único; Bolsa Família; Benefícios eventuais; e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SFCV para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; adolescentes de 15 a 17 anos (Projovem); e idosos. A proteção Social especial de média complexidade e alta complexidade conta com os seguintes serviços: Programa de Erradicação ao trabalho Infantil – PET -; Serviço destinada ao atendimento à população em situação de rua; atendimento Integral e institucional; PAEFI; Serviço de abordagem social; Família acolhedora; e Serviço destinado a atender idosos e pessoas com deficiência. (PREFEITURA DE ARACAJU, 2020).

A respeito do quantitativo de assistentes sociais existentes nos CRAS e CREAS de Aracaju, de acordo com os dados coletados no Cad-Suas, esses equipamentos possuem em média 58 assistentes sociais, distribuídas da seguinte forma: 14 (quatorze) assistentes sociais estão inseridos nos quatro CREAS; e 44 (quarenta e quatro) assistentes nos dezesseis CRAS. Desse total de assistentes sociais, 13 são comissionados e 45 são estatutários, ou seja, quase 24% dos assistentes sociais dos CRAS e CREAS de Aracaju não são servidores efetivos.

³⁶ Caracteriza-se como projetos de enfrentamento da pobreza, compreende o investimento econômico e social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão, viabilizando a transição de pessoas/famílias e grupos em situações de vulnerabilidade e risco de autonomia garantindo as condições mínimas de sobrevivência e elevação do padrão de qualidade de vida. (PREFEITURA DE ARACAJU, 2020).

Destacamos ainda que todas as profissionais com vínculo empregatício comissionado se encontram lotadas nos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS. Segue no quadro essas informações.

QUADRO 02

Quantitativo de assistentes sociais inseridos nos CRAS e CREAS de Aracaju

| Equipamento | Quantitativo de assistentes sociais | Vínculo estatutário | Vínculo comissionado |
|--|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| CRAS Jardim Esperança | 3 assistentes | 2 assistentes sociais | 1 assistente social |
| CRAS Antônio Valença Rollemberg | 3 assistentes sociais | 3 assistentes sociais | |
| CRAS Dr. Benjamin Alves de Carvalho | 2 assistentes sociais | 2 assistentes sociais | |
| CRAS Santa Maria | 5 assistentes sociais | 2 assistentes sociais | 3 assistentes sociais |
| CRAS Madre Tereza de Calcutá | 2 assistentes sociais | 2 assistentes sociais | |
| CRAS Enedina Bonfim Santos | 2 assistentes sociais | 2 assistentes sociais | |
| CRAS Porto D'anta | 2 assistentes sociais | 2 assistentes sociais | |
| CRAS Risoleta Neves | 3 assistentes sociais | | 3 assistentes sociais |
| CRAS Maria Diná Menezes | 3 assistentes sociais | 1 assistente social | 2 assistentes sociais |
| CRAS Pedro Averan | 3 assistentes sociais | 2 assistentes sociais | 1 assistente social |
| CRAS Maria José Meneses Santos | 2 assistentes sociais | 1 assistente social | 1 assistente social |
| CRAS Carlos Hardman Côrtes | 2 assistentes sociais | 2 assistentes sociais | |
| CRAS João de Oliveira Sobral | 3 assistentes sociais | 3 assistentes sociais | |
| CRAS Terezinha Meira | 3 assistentes sociais | 3 assistentes sociais | |
| CRAS Dr. Carlos Fernandes de Melo | 3 assistentes sociais | 1 assistente social | 2 assistentes sociais |
| CRAS Prof. Gonçalo Rollemberg Leite | 3 assistentes sociais | 3 assistentes sociais | |
| CREAS Maria Pureza | 4 assistentes sociais | 4 assistentes sociais | |
| CREAS Viver Legal | 4 assistentes sociais | 4 assistentes sociais | |
| CREAS São João de Deus | 3 assistentes sociais | 3 assistentes sociais | |
| CREAS Professor Gonçalo Rollemberg Leite | 3 assistentes sociais | 3 assistentes sociais | |
| TOTAL | 58 | 45 | 13 |

Fonte: dados coletados no CAD-SUAS. Elaboração própria.

3.2 Perfil das profissionais entrevistadas

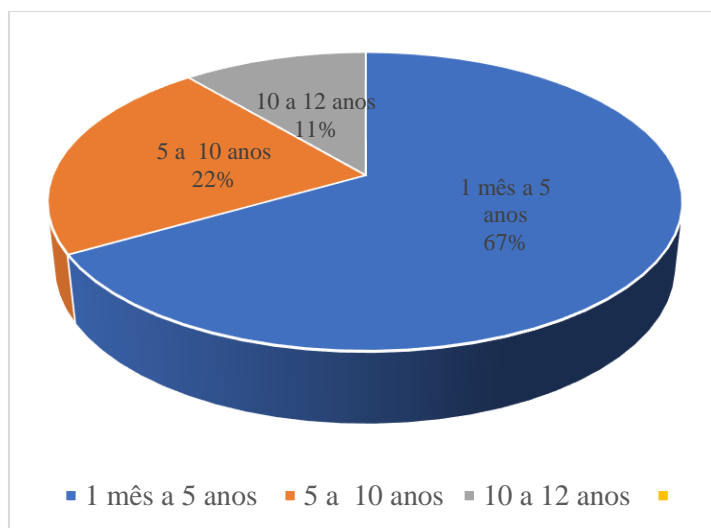
Antes de iniciar a discussão sobre os dados coletados neste trabalho, destacamos que serão respeitados todos os princípios éticos, conforme preconizados pela resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Durante toda exposição, será preservada a identidade dos profissionais participantes, pois todas serão tratadas por nomes fictícios.

Essas informações acerca do perfil das profissionais devem ser analisadas num contexto de totalidade, pois, embora aparentemente se apresentem como informações brutas, esses dados iniciais vão possibilitar uma compreensão maior sobre o exercício profissional dessas assistentes sociais. O tipo de vínculo empregatício, por exemplo, pode apontar subsídios sobre a autonomia e condições de trabalho desses assistentes sociais.

Esta pesquisa teve como recorte nove assistentes sociais inseridas nos equipamentos CRAS e CREAS de Aracaju. Desse total de entrevistadas, cinco estão inseridas em CRAS e 4 estão inseridas nos CREAS. O tempo de trabalho dessas profissionais nesse equipamento variou entre 3 meses (mais recente) e 12 anos (mais antiga).

Gráfico 02

Tempo de trabalho das assistentes sociais nos equipamentos CRAS e CREAS

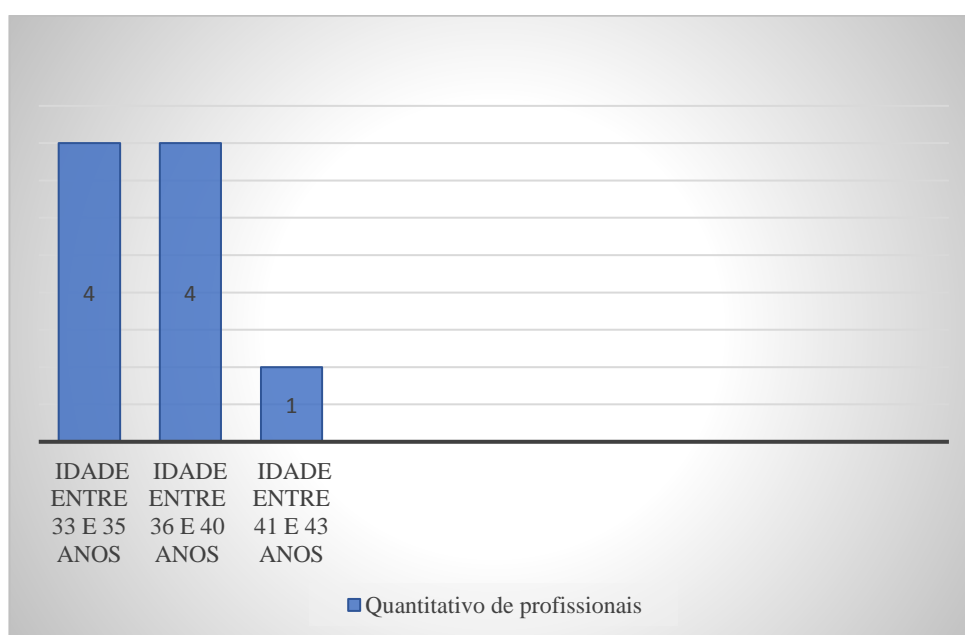


Fonte: Dados coletados nas entrevistas. Elaboração própria.

Todas as entrevistadas se autodeclararam serem do sexo feminino. Este dado pode reafirmar a tendência histórica da profissão de ter como público trabalhador profissionais do

sexo feminino. Segundo pesquisa realizada pelo CFESS (2005) sobre o perfil profissional dos assistentes sociais, apenas 3% dessa categoria era constituída por brasileiros homens, ou seja, majoritariamente a profissão ainda é ocupada por mulheres. Trindade e Silva (2016) apontam, a partir de dados coletados no grupo de pesquisa “Mercado de trabalho do Serviço Social”, da Universidade Federal de Alagoas, que o curso de Serviço Social mesmo tendo aumentado a presença do público masculino, quando realizado um comparativo entre os anos 2000 e 2010, ainda continua sendo uma das profissões mais ocupadas por profissionais do sexo feminino. Acerca da idade das entrevistas, percebemos uma variação entre 43 e 33 anos como demonstrado no gráfico 3.

Gráfico 03
Idade das profissionais entrevistadas



Fonte: dados coletados nas entrevistas. Elaboração própria.

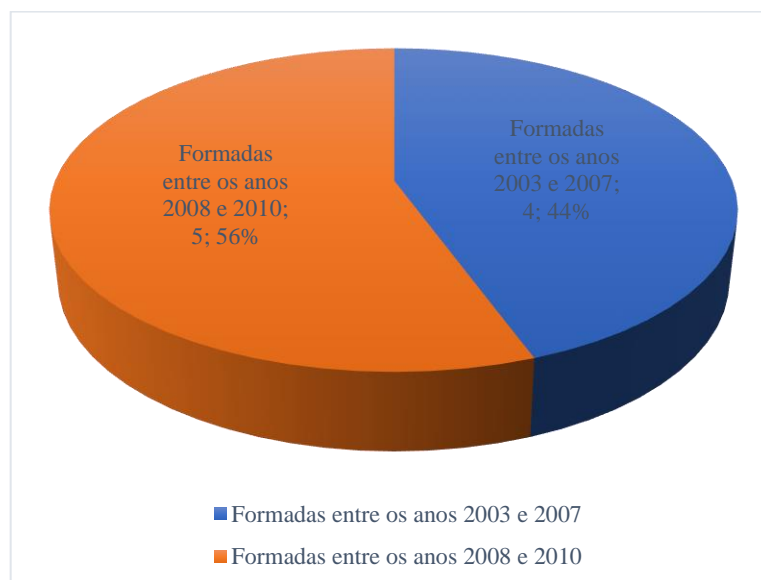
Ao traçar o perfil profissional das assistentes sociais entrevistadas percebemos que apenas a entrevistada número quatro possui vínculo comissionado, com carga horária de 40 horas semanais; as demais estão sobre o regime estatutário e trabalham 30 horas semanais nos seus respectivos equipamentos. Esse dado mostra que a instituição empregadora tem respeitado,

para as profissionais efetivas, a lei 12.317/2010³⁷, que assegura a carga horária de 30 horas semanais para os assistentes sociais.

Com relação ao ano de formação, todas as assistentes sociais entrevistadas se formaram a partir dos anos 2000; a mais antiga concluiu sua graduação no ano de 2003 e as duas mais recentes finalizaram em 2010. Do total das nove entrevistadas, todas cursaram graduação na modalidade de ensino presencial; dessas nove, três fizeram sua graduação em instituições de ensino superior privada, as demais são formadas por instituições de ensino superior pública. Destaca-se ainda que as entrevistadas Roberta (2019) e Catharine (2020) possuem um outro vínculo como assistentes social: ambas são funcionárias da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, regidas pelo regime celetista, com carga horária de 30 horas semanais, e trabalham em hospitais universitários, sendo um no município de Aracaju e outro de Lagarto. Os dados a respeito do tipo de instituição de ensino superior que formou as assistentes sociais podem ser visualizados no gráfico a seguir.

Gráfico 04

Ano de conclusão do curso das entrevistadas



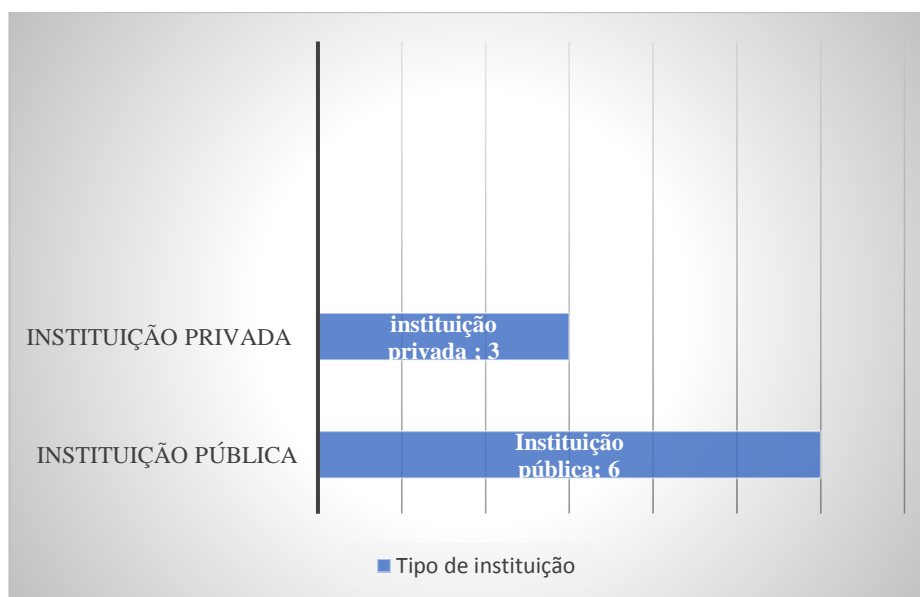
Fonte: dados coletados através das entrevistas. Elaboração própria.

A respeito do ano de formação das entrevistadas, podemos concluir que as entrevistadas formadas a partir do ano de 2009 tiveram seu currículo baseado nas diretrizes curriculares

³⁷ Essa Lei foi aprovada no ano de 2010 e traz como principal elemento o estabelecimento da carga horária do assistente social para 30 horas semanais sem redução salarial.

aprovadas pelo Ministério da Educação, do ano de 2002³⁸. Supõe-se, portanto, que essas profissionais tiveram contato com a terminologia dimensão técnico-operativa durante sua formação, pois essas diretrizes definem que a nova lógica da formação curricular dos assistentes sociais deve ter como base uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Em um dos seus núcleos formativos, “Fundamentos do trabalho profissional”, as Diretrizes Curriculares destacam que “A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários [...]”. (DC, 1996, p. 13). Além disso, um dos seus princípios destaca “as dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade”. (DIRETRIZES CURRICULARES, 1996, p. 6). Quanto aos dados referentes ao ano de formação das entrevistadas podemos observá-los no gráfico abaixo.

Gráfico 05
Instituição de formação

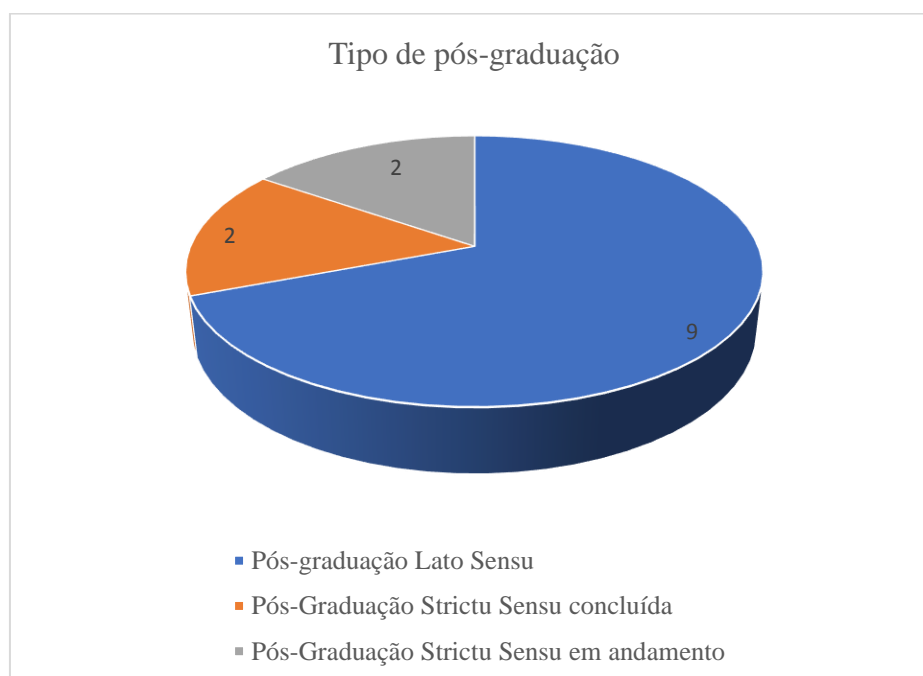


Fonte: dados coletados nas entrevistas. Elaboração própria.

³⁸ Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002, estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Essas Diretrizes curriculares foram aprovadas inicialmente no âmbito da ABESS, hoje ABPESS, em 1996. Alguns cursos implantaram de imediato as alterações enquanto outros, a exemplo do curso de Serviço Social da UFS, somente implementaram as Diretrizes curriculares no ano de 2005.

Quando questionadas sobre possuírem ou não algum tipo de pós-graduação, foi constatado que todas as entrevistadas possuem pós-graduação lato sensu. As áreas dessas especializações estão concentradas nas temáticas de políticas sociais, direitos humanos, gestão em saúde pública e projetos sociais. Duas entrevistadas possuem pós-graduação strictu sensu (Mestrado) concluída, e duas possuem pós-graduação strictu sensu em andamento, sendo um mestrado e a outra doutorado. Esses dados mostram que as profissionais têm procurado alternativas para realização de uma formação profissional continuada, assim como também revelam que a pós-graduação strictu sensu ainda tem sido restrita para uma parcela da categoria profissional. A ausência de profissionais com mestrado e doutorado na execução de políticas públicas pode “[...] contribuir, juntamente com outros fatores, para a reprodução de uma série de entraves à garantia da implementação do projeto ético-político na academia, na intervenção profissional, nas entidades organizativas da categoria, entre outros espaços”. (SANTOS et., 2010, p. 162).

Gráfico 06
Tipo de Pós-graduação das entrevistadas



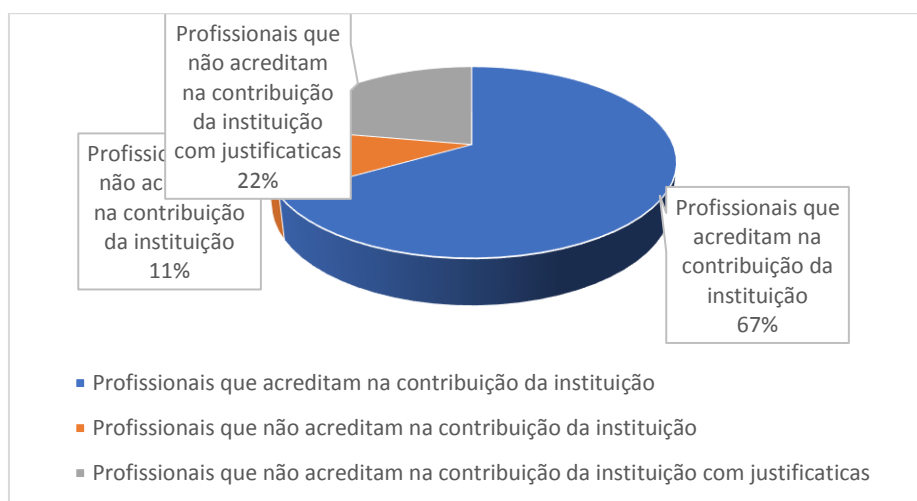
Fonte: dados coletados nas entrevistas. Elaboração própria.

Com relação a contribuição da Secretaria de Assistência Social de Aracaju para capacitação profissional continuada, das assistentes sociais entrevistadas apenas Roberta (2019)

afirmou que essa instituição não contribui. Seis profissionais afirmaram que a secretaria contribui e duas entrevistadas apontaram que não contribui, mas com justificativas.

Gráfico 07

Contribuição da Secretaria de Assistência Social para a formação profissional continuada



Fonte: dados coletados nas entrevistas. Elaboração própria.

Para a Emille (2019), “a pratica é o seu lócus de maior aprendizado”, e complementa afirmando que “a prefeitura disponibiliza capacitações; por exemplo, eu fiz a minha pós-graduação através da prefeitura”. As entrevistadas Maria e Catharine também afirmam a contribuição da instituição ao mencionar que tiveram liberação para realização do doutorado e mestrado, e que esporadicamente tem ofertado rodas de conversa sobre o exercício profissional e outros temas. Para Anna, Deise e Yanne (2019) a Secretaria de Assistência tem contribuído para a formação continuada através de palestras, ciclos de debate e oficinas, como ilustram fragmentos das entrevistas transcritos abaixo.

Recentemente tivemos ciclos de palestras e debates, inclusive no último tivemos uma conversa sobre religiões com representantes do Islã, do catolicismo, do protestantismo e do Candomblé. Também tivemos uma discussão sobre gênero durante esses ciclos. (DEISE, 2019).

Contribui sim, com certeza. Nós temos ciclos de debates, oficinas, capacitações; embora essas capacitações estejam mais escassas, a prefeitura tem se empenhado para manter as oficinas e encontros entre profissionais. (YANNE, 2019).

Sim, porque nós trabalhamos executando a política de assistência como manda as normativas, e sempre contribui através de palestras, oficinas. (ANNA, 2019).

Duas profissionais que afirmaram que a instituição não contribui destacaram como justificativa a existência de capacitações, mas bastante pontuais; por este motivo não podem ser consideradas como formação continuada, por exemplo, “às vezes temos algumas capacitações, mas são pontuais, uma reunião de um dia não é um curso de formação”. (MARIANA, 2020). Outro ponto destacado foi a ausência de estrutura dentro desses espaços em que são ofertadas as capacitações; Karine (2019) faz referência a esse aspecto quando afirma que foi “para uma capacitação do prontuário SUAS, mas quando chegamos lá não tínhamos uma senha para acessar. O pessoal do CRAS tinha e tivemos que dividir o acesso com eles. Por isso não consigo perceber isso como capacitação”.

O prontuário eletrônico SUAS é uma importante ferramenta desenvolvida pelo antigo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, atualmente, Secretaria de Cidadania. O sistema é utilizado para cruzamento de dados corresponde à realidade do usuário. Nele os profissionais dos equipamentos da política de assistência social podem inserir todas as informações necessárias para o matriciamento da família. Com essas informações, os profissionais podem compreender melhor o contexto familiar, ou seja, quais serviços, programas e projetos as famílias estão inseridas, seja no âmbito do CRAS ou no âmbito do CREAS. Ao afirmar em sua fala o não acesso a esse sistema, a profissional nos faz refletir sobre algumas falhas que ainda existem dentro da política de assistência e que precisam ser repensadas pelas gestões dos equipamentos e, principalmente, da política de assistência no geral.

Com relação a participação em eventos, seminários e congressos da categoria e da política de assistência social, três assistentes sociais afirmaram que já participaram, mas que no momento estão afastadas. Apenas uma pontuou que costuma participar de eventos da categoria e também da política de assistência social: “fui no último ENPESS, no ano passado, fui ao Encontro Nacional sobre Assistência Social em Fortaleza, fui para o seminário sobre o trabalho do assistente social na política de assistência realizado pelo CFESS”. (MARIA, 2019). Catharine (2020) relatou que muitas vezes não consegue participar dos eventos por conta dos seus dois vínculos empregatícios, “isso, para mim, é um empecilho, ainda mais porque eu moro em uma cidade e trabalho em outra, isso prejudica. Mas sempre que possível eu participo”. As demais entrevistadas destacaram que sua maior participação é nos eventos vinculados à Secretaria de Assistência Social. Podemos observar em algumas transcrições das entrevistas abaixo.

Da assistência sim, sempre que tem alguma atividade que somos convidadas nós participamos. (DEISE, 2019).

Da assistência eu geralmente participo de conferências estaduais, do conjunto CFESS-CRESS participo dificilmente. (YANNE, 2019).

Só eventos da Secretaria de Assistência, de outros eu não sou muito de participar. (MARIANA, 2020).

A respeito da participação das profissionais nesses eventos, observa-se que a maioria dessas participações são em eventos vinculados aos seus espaços sócio-ocupacionais e que não abordam, por exemplo, a temática da dimensão técnico-operativa. Além disso, a partir de tais dados, podemos supor um afastamento dos profissionais que estão na execução terminal das políticas sociais do debate dos fundamentos do Serviço Social e consequentemente da dimensão teórico-metodológica da profissão que são abordados nesses espaços.

3.3 Concepção/aproximação com a dimensão técnico-operativa e os principais instrumentos utilizados no cotidiano profissional.

Neste item iremos trazer os dados coletados sobre o contato das assistentes sociais com a dimensão técnico-operativa, a concepção dessas entrevistadas sobre as dimensões teórico-metodológica; ético-política e investigativa, os principais instrumentos utilizados no exercício profissional e a relação desses instrumentos com o debate da instrumentalidade.

Sobre o contato das assistentes sociais entrevistadas com a dimensão técnico-operativa durante a formação acadêmica, destacamos, inicialmente, que o termo dimensão técnico-operativa passou a ser utilizado a partir das diretrizes curriculares da ABEPSS, em 1996. Ressaltamos esse dado, pois 44% das profissionais entrevistadas formaram entre os anos 2003 a 2007, e desta forma podem não ter tido acesso ao novo currículo, mas como são profissionais que passaram por outros processos de formação (pós-graduação lato e/ou stricto sensu) provavelmente conheceram esse debate.

Percebemos isso a partir da colocação de Maria (2019), formada no ano de 2006, quando indagada sobre o contato com a dimensão técnico-operativa no exercício profissional ela afirmou, “Tive contato a partir da disciplina Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Desenvolvimento de Comunidade”, e de Deise (2019), formada no ano de 2004, quando disse “[...] esse debate ocorreu em mais de uma disciplina. Lembro da disciplina de ética, de método, e de políticas sociais que na época eram segmentadas”. As duas profissionais relataram ter tido contato a partir de disciplinas que compunham o currículo de 1982.

Já as assistentes sociais Karine (2019) e Yanne (2019), formadas no ano de 2009, apontaram que a aproximação com a dimensão técnico-operativa durante a formação acadêmica ocorreu a partir da disciplina de instrumentalidade profissional “ética, durante o estágio e TCC também”. (YANNE, 2019). Dessa forma, podemos concluir que estas profissionais tiveram acesso as novas diretrizes curriculares, que traz como propostas oficinas, dentre elas a de instrumentalidade profissional, para proporcionar aos discentes “[...] espaços de vivência que permitam o tratamento operativo de temáticas, instrumentos e técnicas, posturas e atitudes, utilizando-se de diferentes formas de linguagem.” (DIRETRIZES CURRICULARES, 1996, p. 15)

Ainda em relação ao contato com a dimensão técnico-operativa, com exceção de Anna (2019), todas as outras afirmaram ter contato com o debate da dimensão técnico-operativa durante o estágio. Podemos observar esse dado por meio dos fragmentos de algumas entrevistas.

Lembro que através da **disciplina de estágio** a professora fazia a interlocução da relação prática é teoria. (EMILLE, 2019).

Sim, e esse debate ocorreu em mais de uma disciplina. Lembro da disciplina de ética, de método, e de políticas sociais que na época eram segmentadas, então cada uma dessas disciplinas de políticas sociais a gente via as dimensões, e cada uma delas explorava na medida da especificidade da política. **Tive contato durante o estágio**, e também nas orientações de TCC”. (DEISE, 2019).

Durante o estágio discutimos sobre isso, mas não me recordo muito. (MARIANA, 2020).

Tive a experiência **do estágio**, que foi muito importante. (CATHARINE, 2020).

O estágio curricular é uma atividade, “[...] que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional, objetivando capacitá-lo [...]”. (CFESS, s/d, p. 12). Um dos seus objetivos é superar a visão tecnicista, do somente “saber fazer”, por meio da metodologia ensino/aprendizagem, pois possibilita ao discente uma capacitação para o exercício profissional, por essa razão é considerado um elemento fundamental para formação acadêmica. Conforme o CFESS (s/d, p.11) o estágio é um “[...] elemento síntese da relação teoria-prática, da articulação entre pesquisa e intervenção profissional, e que se consubstancia como exercício teórico-prático [...]”. É no estágio que o discente deve ter a possibilidade de investigar, discutir, construir e intervir criticamente sobre o exercício profissional.

A partir de alguns fragmentos destacados pelas assistentes sociais, percebemos que a formação acadêmica apresentou algumas lacunas sobre esse debate da dimensão técnico-operativa. Observa-se isso a partir da colocação de Catharine (2020) “quando eu saí da academia, ainda saí com uma lacuna com relação a isso porque eu esperava algo mais

consistente em termos de prática, de conseguir passar por um processo que me possibilitasse ver a prática, esse processo operativo de uma maneira mais próxima”. Deise (2019) também aponta a existência de uma lacuna na sua formação, para a profissional “é bem diferente a teoria da técnica operativa”. As duas entrevistadas são formadas por instituições de ensino superior privadas, esses dados podem nos levar a refletir sobre o processo de mercantilização de ensino que atinge a educação superior brasileira.

É notório, principalmente, partir do final da década de 1980 e início da década de 1990 as primeiras incidências das reformas neoliberais na realidade brasileira. Não diferentemente dos outros setores, a educação vem sendo propagada enquanto um eixo fundamental para o desenvolvimento do capital. Percebemos que o projeto societário defendido pela profissão tem sido bombardeado pela lógica neoliberal, exemplo disso foi a contrarreforma que atingiu as diretrizes curriculares de 1996. Em seu texto original as diretrizes apresentavam uma lógica de discussão crítico reflexiva com elementos fundamentais para a intervenção profissional qualificada, ao passar pelo processo de reformulação preconizado pelo Ministério da Educação no ano de 2002, as diretrizes trouxeram novos elementos para atender a lógica precarizada do mercado de trabalho. (IAMAMOTO, 2014).

Nesse contexto a formação dos alunos tem como ênfase satisfazer as necessidades do mercado de trabalho, independentemente da qualidade ensino ofertado. (AMARAL, 2012). Segundo Iamamoto (2014) a inserção do curso de Serviço Social em universidades privadas tem priorizado um modo de ensino direcionado ao mercado, em detrimento disso, percebe-se cada vez mais a ausência do tripé indissociável entre ensino; pesquisa e extensão.

Com relação a concepção das profissionais sobre a dimensão técnico-operativa, teórico metodológica, ético-política e investigativa, cinco entrevistadas destacaram a importância dessas dimensões estarem articuladas no exercício profissional, três relataram sobre as dimensões, mas não falaram da articulação, dessas três profissionais, duas destacaram sobre as dificuldades que tiveram no exercício profissional. Apenas uma assistente social apontou não ter tido contato com o debate.

A respeito das entrevistas que relataram a articulação entre as dimensões, Maria (2019) relatou que “[...] que todas as dimensões estão interligadas, não dá para falar sobre a dimensão técnico-operativa sem ligar a teoria e prática. A teoria sempre está em conjunto com a prática, [...], precisamos estar guiados no que temos de lei e de subsídio teórico que embasa a nossa prática”. (EMILLE, 2019). Trabalhar a partir dessa perspectiva possibilita ao profissional uma visão crítica acerca das demandas requisitas pelo usuário. Essa postura mostra que o

profissional está em consonância com os pilares do Projeto Ético-político e consequentemente das diretrizes curriculares. Para as DC da ABEPSS, os fundamentos teórico-metodológicos são essenciais para compreender e situar seu trabalho profissional. São eles que fundamentam o pensar e o agir profissional em articulação com as intencionalidades éticas. Para Deise (2019), essas dimensões compõem uma unidade e não podem ser analisadas separadamente.

A dimensão teórico-metodológica vai dar o fundamento para o profissional, vai oferecer o fundamento de método, vai dar a necessidade de estudo de realidade [...] A ético-política vai exigir da gente um posicionamento para se apropriar da realidade e a forma como a gente percebe ela, e o nosso posicionamento diante dela, para a partir daí colocarmos nossa intervenção técnica fazendo o uso de uma outra dimensão que a técnica-operativa.

Como citado anteriormente, apenas Anna (2019) pontuou não ter conhecimento sobre esse debate das dimensões; essa mesma entrevistada, quando questionada acerca do contato com a dimensão técnico-operativa, respondeu que: “Se não estou enganada tem uma matéria que a gente falava sobre os instrumentos técnico-operativos do serviço social, relatório, essas coisas, mas não recordo qual disciplina”. A partir desse argumento, podemos concluir que a profissional não conseguiu associar o debate da dimensão técnico-operativa à discussão dos instrumentos e técnicas, pois que embora não se possa reduzir a dimensão técnico-operativa a instrumentos e técnicas, é preciso reconhecer que o exercício profissional do assistente social é composto por instrumentos e técnicas caracterizados enquanto mediações que possibilitam materializar as intervenções no cotidiano profissional. Esses instrumentos e técnicas são objetivos e concretos, pois perpassam pela sociabilidade e subjetividade do ser social.

Ainda sobre a concepção de dimensão técnico-operativa, três profissionais expuseram suas concepções a respeito das dimensões, mas não falaram sobre a articulação. São exemplos os fragmentos das entrevistas apresentados abaixo:

A parte técnico-operativa acredito que seja todas as possibilidades de uma intervenção mais direta; desde a parte de acolhida, de escuta qualificada, de acompanhamento familiar, de pactuação com a família, dos encaminhamentos [...] eu tinha que ter uma dimensão ética de conseguir não impor a minha vontade na família, mas respeitar o que tinha do sujeito; tinha uma necessidade de conhecer essa realidade para poder, baseado naquilo que tá exposto, conseguir atuar. (CATHARINE, 2020).

A investigativa no meu exercício profissional consigo utilizar essa dimensão através do atendimento às famílias dos usuários, mas eu não diria que é algo investigativo, porque investigativo dá ideia de que estamos querendo comprovar, mas o foco é entender o contexto social que o usuário está envolvido. (DEISE, 2019)

Observamos, a partir desta última citação, que Deise (2019) compreende a importância da postura investigativa no exercício profissional, mesmo fazendo ressalva à terminologia

investigativa. Embora muitos profissionais acreditem que a pesquisa seja uma dimensão exclusiva da academia, especificamente dos cursos de mestrado e doutorado, a prática profissional cotidianamente deve ser desenvolvida a partir de uma perspectiva investigativa. A investigação é considerada uma particularidade essencial para se compreender a realidade dos sujeitos; é a partir dela que se consegue fazer as mediações entre o singular o universal. O exercício profissional deve ser considerado um espaço fundamental para construção da prática investigativa, é nele que se constrói problematizações e questionamentos. É a partir do real concreto que se realiza o conhecimento teórico e se contribui para a desmistificação da relação dicotômica entre teoria e prática.

A respeito da relação teoria e prática, dessas três entrevistadas destacadas nos fragmentos anteriores, Deise e Catharine (2019) expuseram algumas dificuldades ao entrar nos espaços sócio-ocupacionais. Para Deise (2019), ao começar a exercer suas atividades no espaço sócio ocupacional do CREAS, uma dificuldade que passou a ser sentida foi da “prática em relação as questões operacionais, no sentido de operacionalizar aquela política. [...] A teórico-metodológica se refere as metodologias aplicadas, que é diferente da operacionalização”.

É uma particularidade do cotidiano essa perspectiva do senso comum, contribuindo para que a prática se apresente isenta da teoria; esse aspecto pode contribuir para o desenvolvimento de respostas profissionais mecanicistas, sem análise crítica da totalidade, ou seja, uma prática meramente instrumental, onde os meios utilizados acabam se sobrepondo aos fins. Dessa forma, a intervenção profissional acaba sendo reduzida ao técnico instrumental – um simples meio para o alcance de qualquer finalidade – independentemente de quais elementos sejam utilizados. (GUERRA, 2012).

A afirmação de que “na prática a teoria é outra” induz a supor que o conhecimento teórico adquirido durante a formação acadêmica não consegue contemplar respostas para as demandas apresentadas no cotidiano. Contudo, é necessário compreender que o referencial teórico que subsidia o exercício profissional não irá apresentar no âmbito do imediato quais instrumentos e técnicas serão necessários para sua intervenção, mas sim contribuir para a escolha dos caminhos mais adequados. (SANTOS, 2013).

Para Vazquez (2007), a atividade teórica só existe pela relação com a prática, mas a prática teórica não transforma a realidade. O que a atividade teórica pode proporcionar é a ideação de um conhecimento necessário para compreender a realidade, traçando a antecipação dos fins necessários para objetivação da prática transformadora.

Apesar dessa concepção ser defendida na formação profissional, as demandas espontâneas e irrefletidas que surgem para o Serviço Social no âmbito do cotidiano acabam contribuindo para a efetivação de respostas imediatas que, em muitos casos, não conseguem ser materializadas para além do plano da aparência. Nessas condições muitos profissionais não conseguem realizar a mediação entre teoria e prática³⁹ e acabam disseminando a concepção dicotômica de que, assim como as outras teorias que foram subsídios para a profissão, a teoria social de Marx não oferece subsídios para intervenção profissional do assistente social. O que se constitui um equívoco que provoca uma série de impactos na profissão.

Um dos principais equívocos ocorridos, a relação teoria e prática, é que alguns profissionais acreditam que a teoria social de Marx poderá conduzir a uma prática de ruptura de transformação de toda estrutura da sociedade burguesa. Como isso não ocorre devido outros determinantes da realidade social, alguns profissionais sinalizam a dicotomia teoria e prática. Esta compreensão poderá resultar no fatalismo ou messianismo⁴⁰. Santos (2006) alerta quanto a essa questão ao explicar que o Serviço Social é uma profissão inserida na sociedade para atender as demandas do capital, tem como base teórica os fundamentos da teoria social crítica de Marx, mas sua prática profissional é condicionada cotidianamente pelos limites institucionais dos aparelhos burgueses. Dessa forma, por mais que se tenha como base teórica e metodológica a práxis de ruptura, o exercício profissional é limitado e restrito, que sofre implicações da ordem societária vigente.

O que se deve ter como objetivo, através da prática profissional, é o rompimento com a burocracia das instituições, viabilizando os direitos sociais dos usuários, mobilizando a classe trabalhadora de acordo com o aporte teórico e político oferecido pelo currículo da profissão. (SANTOS, 2006).

Quando questionadas a respeito dos principais instrumentos utilizados no seu cotidiano profissional, todas as profissionais afirmaram utilizar a visita domiciliar e o relatório social. Inclusive, estes instrumentos, como citado anteriormente, eram utilizados pelas profissionais nos métodos de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade; a diferença é que as

³⁹ O mundo real ao qual o ser social está inserido é o mundo construído por histórias humanas, são os homens de acordo com as condições objetivas que transformam sua própria história, o real é o mundo da práxis humana. “Assim, o método em Marx é referendado na prática e pela teoria: ‘é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico’”. (KOSIK, 1989, p. 32 apud SANTOS, 2006, p. 119).

⁴⁰ O fatalismo corresponde aquela visão conformista que muitos profissionais acabam tendo no exercício profissional, ou seja, acabam fomentado uma concepção de que as demandas estão dadas e nada pode ser feito com relação a elas. Já na visão messiânica o profissional acaba tentando agir com o responsável por da resolutividade a todas as situações que são postas e que tudo pode ser feito no âmbito do Serviço Social sem considerar os limites e a autonomia relativa que são colocadas pelas instituições empregadoras cotidianamente.

intencionalidades atuais dos assistentes sociais não devem estar pautadas na culpabilização dos indivíduos, mas sim na compreensão do contexto sócio-econômico que os usuários estão inseridos. Segundo a entrevistada Yanne (2019)

a visita domiciliar ocorre no primeiro momento para conhecer o usuário ou posteriormente, para entender o contexto. Hoje fizemos visita para entregar cesta básica, pois os usuários não conseguem levar daqui já que não tem transporte. Nós fazemos a entrega em domicílio e explicamos o que é o benefício, explicamos que existe uma lei, para que ele não entenda isso como ajuda, mas sim como um direito.

A visita domiciliar é um instrumento utilizado para conhecer a realidade da população usuária. Possibilita ao assistente social compreender o indivíduo em sua totalidade, desde que realize o movimento dialético ultrapassando a aparência dos fenômenos apresentados no cotidiano. A visita domiciliar possibilita ao profissional conhecer a realidade manifestada nas dificuldades vivenciadas pelos usuários. (SARMENTO, 2012).

Com relação às precauções ao realizar a visita domiciliar, o assistente social deve evitar práticas policiais e intimidadoras de verificação da “verdade”; essas concepções vão de encontro com os compromissos éticos defendido pelo Projeto Ético Político do Serviço Social. (CARDOSO, 2008). Embora se tenha a defesa da utilização da visita domiciliar como um instrumento para viabilização dos direitos sociais dos usuários, em muitos casos esses instrumentos acabam sendo requisitados pelas instituições empregadoras para o simples preenchimento de formulários burocráticos e aferição de renda das famílias, que tragam elementos para comprovação da condição de miserabilidade dos usuários, sem conhecer a totalidade social em que estão inseridas e as particularidades daquela demanda. (CARDOSO, 2008).

Na utilização da entrevista social, apenas Anna (2019) afirmou não ter contato com esse instrumento; a assistente social destacou que “Enquanto gestão o que eu mais faço é a triagem, relatório, visita domiciliar, oficina com os usuários, por exemplo, sobre Outubro Rosa, Setembro Amarelo, Novembro Azul, geralmente fazemos com um grupo de serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos”.

A entrevista permite iniciar uma observação e a construção de um olhar profissional para além do aparentemente exposto, com captura das particularidades de determinadas situações. Por meio dela é possível estabelecer um diálogo com os usuários e fomentar a ampliação da consciência crítica do sujeito entrevistado e do assistente social. (SARMENTO, 2012). Na entrevista social é preciso desenvolver uma escuta qualificada por meio da

articulação com a observação. Yanne (2019) destaca que “A entrevista é aquela que fazemos no primeiro contato com o usuário. É a partir dela que vamos compreender a estrutura familiar”.

É recomendável que o profissional elabore um roteiro prévio que ajude na condução da entrevista, tendo em vista os objetivos a serem alcançados diante daquela situação. Outro ponto a ser destacado diz respeito a práticas especulativas adotadas por profissionais; é preciso ter cautela com relação a esse tipo de comportamento para que a entrevista não se torne invasiva e controladora. (CARDOSO, 2008). O ambiente da entrevista deve também garantir a preservação do sigilo; infelizmente esse é um grande desafio vivenciado pelos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais.

Apesar do profissional ser responsável pela condução da entrevista, o usuário possui todo direito de ser ouvido, respeitando as suas perspectivas. É importante destacar, no início do atendimento, que a entrevista está sendo registrada; além disso, é necessária prévia autorização do usuário para gravações, fotos e vídeos, esclarecendo-os sobre o uso posterior. O sigilo desses materiais deve ser efetivado de modo a compartilhar somente o necessário em caso de trabalho com equipe interdisciplinar. Sua duração não deve ser tão extensiva, devido ao cansaço que pode ser desencadeado tanto para o profissional quanto para o usuário. (CARDOSO, 2008).

Os elementos norteadores da entrevista social não podem ser baseados no senso comum ou nos valores pessoais do assistente social; é necessário ter um direcionamento pautado no projeto ético político da profissão, partindo-se de uma concepção crítica sobre os objetivos daquele atendimento, assim como das políticas sociais e dos serviços ofertados pela instituição empregadora.

No que concerne ao relatório social, para Yanne (2019) a construção do relatório ocorre “quando somos requisitados pelo Ministério Público, no caso do conselho utilizamos mais o informe. O relatório é mais rico de informação, ele pode ser para responder as requisições ou para levar alguma informação nova”. Segundo Cardoso (2008), o relatório é um documento para registrar as informações que são coletadas através da entrevista, das visitas domiciliares ou da observação. É um instrumento utilizado pelo Serviço Social, desde 1935, tendo como pioneira Mary Ellen Richmond, que para construção do diagnóstico social realizou um levantamento dos relatórios elaborados por profissionais. (CARDOSO, 2008). O documento poderá apresentar em sua formatação o objeto de estudo, o histórico da demanda, os procedimentos utilizados nas intervenções e, por último, a análise técnica do assistente social.

Consiste em um instrumento fomentado por descrições e interpretações desenvolvidas no cotidiano profissional, que devem ser resguardados de forma ética, preservando-se o sigilo.

O relatório, conforme Sousa (2008, p. 130-131) “[...] é o relato dos dados coletados e das intervenções realizadas pelo Assistente Social. O relatório social pode ser referente a qualquer um dos instrumentos face a face, bem como pode descrever todas as atividades desenvolvidas pelo profissional [...]”.

Cardoso (2008) aponta três momentos básicos para elaboração de um relatório: o primeiro seria o registro da coleta de dados, onde são elencados as demandas que levaram a construção, assim como os objetivos daquela intervenção; o segundo momento corresponde a articulação da demanda apresentada pelo usuário com os serviços que são ofertados pela instituição, na tentativa de responder aos direitos sociais pleiteados por aquele indivíduo; e o terceiro momento diz respeito a opinião do profissional, em suma, o parecer social onde este irá apresentar suas conclusões técnicas sobre o caso, os encaminhamentos necessários a serem feitos. É importante que o profissional sempre leve em conta a manifestação de escolha dos usuários ao realizar qualquer tipo de encaminhamento.

O estudo social foi citado por sete profissionais, embora apenas três tenham destacado em suas falas os momentos que costumam utilizar o estudo social. Para Maria (2019), a utilização do estudo social “deu a possibilidade de compreender o núcleo dessa família. E eu só compreendi a importância daquele instrumental técnico pelo direcionamento que a minha formação profissional me dá, e pelo compromisso ético-político que eu tenho com esses usuários”. Na argumentação de Deise (2019) a utilização do estudo social ocorre,

Quando a gente recebe uma demanda, realizamos o primeiro seja por atendimento ou por visita domiciliar, vai depender qual seja o contato mais fácil; posteriormente, fazemos um estudo social para identificar a realidade daquele sujeito ou grupo familiar. A partir desse estudo, identificamos quais os motivos que gerarão encaminhamento para o CREAS, se há, de fato, uma necessidade de acompanhamento pelo CREAS.

O parecer social foi citado por seis profissionais; a sua utilização esteve sempre relacionada a concessão de benefícios eventuais, pois a concessão desses benefícios, conforme a Lei Orgânica Municipal de Assistência Social do Município de Aracaju, é uma atribuição privativa dos assistentes sociais. Para Deise (2019), a utilização do termo parecer nos relatórios deve ser evitada, tendo em vista que

o setor judiciário quer nos dar competência que não nos cabe, que não nos compete - que é exatamente nos posicionarmos, ou darmos nosso parecer diante de determinadas situações familiares, que vai imprimir inclusive na sentença; por isso evitamos bastante utilizar o termo parecer, embora seja inevitável que na construção de um

relatório a gente imprima nossas percepções e avaliações, por isso tentamos fazer isso de forma bem diluída.

O Parecer social é um instrumento de caráter conclusivo, que aponta decisões a serem tomadas sobre determinadas situações apresentadas ao Serviço Social e que são analisadas por meio da realização de entrevistas, observação, visitas domiciliares, entre outros instrumentos. A emissão da opinião do assistente social nesse documento deve ser sustentada nos pilares presentes no projeto ético político e deve ter como função primordial a viabilização de direitos.

[...] Trata-se de exposição e manifestação sucinta, enfocando-se objetivamente a questão ou situação social analisada, e os objetivos de trabalho solicitado e apresentado; a análise da situação, referenciada em fundamentos teóricos, éticos e técnicos, [...] de caráter conclusivo ou indicativo [...]”. (FÁVERO, 2004, p. 46).

Outro instrumento utilizado por sete profissionais são as reuniões de grupo. As reuniões são espaços coletivos que têm por objetivo fomentar a reflexão sobre determinado tema, assim como a tomada de decisão referente a algum assunto, podendo ocorrer na esfera profissional/profissional e na esfera profissional/usuário. (SOUSA, 2008). A reunião pode ser realizada com os usuários ou com os profissionais da instituição; deve ser um espaço para que escolhas coletivas ocorram de forma democrática. Para Emille (2019), a reunião é utilizada trimestralmente “com famílias que são beneficiadas pelo auxílio-moradia e tratamos de alguns assuntos específicos. Nós temos reuniões de vários grupos e tem a reunião dos responsáveis do serviço de convivência; com esse pessoal do SCFV nós fazemos uma reunião de planejamento por mês”. Segue abaixo alguns fragmentos das profissionais retratando sobre a utilização da reunião.

Mensalmente temos uma reunião de planejamento com toda a equipe. Semanalmente fazemos o planejamento específico do PAIF; nessa reunião fazemos as discussões das demandas que chegam, dos temas que serão tratados nos grupos. (ANA, 2019).

Reunião de grupo também são utilizadas. Temos grupos formados aqui na instituição para adolescentes em cumprimento de medida; esses grupos acontecem duas vezes por semana e neles os técnicos fazem intervenções mensais ou quinzenais, vai depender do planejamento. (ROBERTA, 2019)

Costumamos fazer reunião com a nossa coordenação; muitas reuniões para tratar das nossas angústias, anseios e desejos. (DEISE, 2019)

Outros instrumentos como laudo, cadastro da família, prontuário SUAS, triagem, oficinas com usuário e plano individual de atendimento (PIA) foram citados apenas uma ou duas vezes. Quatro profissionais abordaram que também costumam utilizar alguns instrumentos

próprios elaborados pela Secretaria Municipal de Assistência Social. “Temos os formulários específicos da própria Secretaria – os instrumentos que foram criados para isso”. (CATHARINE, 2020). “A Secretaria de Assistência também padronizou alguns instrumentos que são específicos dos CREAS, todos os equipamentos vão ter esses instrumentos”. É preciso observar que esses instrumentais que as assistentes sociais se referem compreendem a formulários que podem possibilitar a inserção de informações meramente burocráticas e assim fomentar uma intervenção tecnicista. Segue abaixo um quadro descritivo dos instrumentos utilizados.

Quadro 03
Instrumentos utilizados pelos profissionais

| Principais instrumentos utilizados pelas profissionais | Quantidade de profissionais que utilizaram esses instrumentos |
|---|--|
| Visitas domiciliar | 9 |
| Relatório social | 9 |
| Entrevista | 8 |
| Reuniões de grupos | 7 |
| Parecer social | 6 |
| Instrumentais próprios da secretaria | 4 |
| Cadastro da família | 1 |
| Prontuário SUAS | 1 |
| Laudos | 1 |
| Triagem | 1 |
| Oficinas com usuário | 1 |
| Plano Individual de atendimento (PIA) | 1 |

Fonte: dados coletados nas entrevistas. Elaboração própria.

Ainda com relação aos instrumentos utilizados, perguntamos às profissionais se elas conseguem fazer a relação entre a utilização desses instrumentos e o debate da instrumentalidade. A partir das respostas obtidas, percebemos uma dificuldade das entrevistadas para estabelecer a compreensão dessa relação. Três profissionais conseguiram fazer essa relação e uma delas destacou que essa relação costuma ser frágil, mas enfatizou que

a discussão da instrumentalidade está ligada a intencionalidade da ação desse profissional a partir do referencial teórico-metodológico que ele utiliza. Visita domiciliar é visita domiciliar desde Mary Richmond, mas o que vai diferenciá-la é a intencionalidade da ação, porque lá nos primórdios você vai utilizar a visita domiciliar como um instrumento de fiscalização. Hoje, na realização de uma visita, você não precisa abrir uma geladeira e realizá-la de forma fiscalizatória. (MARIA, 2019).

No cotidiano profissional, o assistente social deve se apropriar da instrumentalidade enquanto um meio para intervir nas condições objetivas, com ações valorativas, de modo crítico e competente. Dessa forma, é possível realizar a articulação entre três dimensões fundamentais (teórico-metodológica; ético-política e técnico-operativa), ultrapassando a compreensão meramente instrumental (instrumentos e técnicas) e caminhando para uma intervenção com base nessas três dimensões que se auto implicam numa estrita relação. Segundo Deise (2019)

instrumentos não são instrumentos vazios, são instrumentos que não só servem de números, todos eles, seja a entrevista, a visita, a reunião de grupo, o estudo, todos eles envolvem uma relação de troca de conhecimento, de aprofundamento da realidade social daquela família, e vai exigir da gente intervenções adequadas direcionadas para aquela família; então, eles são instrumentos que revelam para nós muito daquela realidade, assim como nos aproxima e nos faz pensar e refletir sobre as estratégias de intervenção que responda aquelas demandas. Para mim tudo isso representa instrumentalidade profissional.

Por meio da instrumentalidade articulam-se as estratégias mais adequadas para alcance dos objetivos. Nos processos de trabalho, a instrumentalidade depende da vontade/escolhas dos sujeitos e está totalmente vinculada com a relação entre meios e fins, a partir de decisões que devem ser tomadas analisando a totalidade e comprometidas com os princípios éticos profissionais. (GUERRA, 2013).

Assim é que, no processo de trabalho, a passagem do momento da preparação (projeção, intencionalidade) para a ação propriamente dita requer instrumentalidade. Só o trabalho atribui instrumentalidade aos meios e instrumentos que o sujeito julga como os mais adequados aos fins propostos, donde a necessidade da ciência dos fins e do conhecimento dos meios. É nesta perspectiva que consideramos o termo instrumentalidade: como as propriedades/capacidade das coisas, atribuídas pelos homens no processo de trabalho convertidas em meios / instrumentos para a satisfação de necessidades e alcance dos seus objetivos/finalidades. (GUERRA, 2013, p. 25).

Partindo do debate da instrumentalidade que reconhece a importância da relação entre meios e fins, objetivos e finalidades, na projeção das ações no exercício profissional, indagamos as profissionais com relação a utilização do instrumento planejamento. Todas as profissionais falaram que costumam utilizar planejamento, ainda que destacando algumas dificuldades, e o fato de muitas vezes esse planejamento não ser escrito, mas sim localizado no plano teleológico. Abaixo, apresentamos alguns fragmentos das entrevistas para ilustrar.

Se não for o planejamento escrito, então eu vou dizer que sim, porque tudo a gente precisa realmente planejar, embora a demanda seja grande e a quantidade de profissionais reduzida. (EMILLE, 2019).

Todos os meses nos reunimos para fazer; geralmente no final do mês nós fazemos o planejamento lúdico para a Secretaria de Assistência Social, em que um dos CRAS vai apresentar uma demanda ou uma atividade que surtiu efeito. (ANNA, 2019).

Eu e a psicóloga que trabalha comigo, planejamos. Quando os casos chegam, após o atendimento do usuário, nós conversamos, tentamos pegar as informações trazidas pelo usuário, junto com as informações que chegam nos relatórios e sentamos para planejar e definir o que vai ser feito, as estratégias de intervenção, quais caminhos vamos seguir. (YANNE, 2019).

No plano mais intelectualizado sim, sempre há esse planejamento, até porque quando você vai para casa da família você tem que ir com as estratégias, seja na linguagem ou na forma de lidar. (CATHARINE, 2020)

A realização do planejamento, seja ele no plano escrito ou no plano teleológico, possibilita aos profissionais refletirem sobre as demandas do seu exercício profissional e evita que elas sejam apropriadas de forma superficial e irrefletida, reforçando respostas pragmáticas e burocráticas. Para a entrevistada Deise (2019) “as respostas não devem ser imediatas, pois a maioria dos casos são de situações muito complexas que envolvem a vida da pessoa e a vida do grupo familiar”. Contudo, é necessário destacar que, diante de demandas heterogêneas, a construção do planejamento torna-se algo complicado. Podemos observar isso a partir desse fragmento.

Tem casos que a gente planeja, mas, por exemplo, tem um fato de que acontece com a família, eles chegam aqui querendo conversar, então não tem como planejar uma demanda espontânea, fica difícil. Mas nos dias que não temos visitas enumeramos os casos para saber quais demandam visita domiciliar, ou visita institucional, quais dias vamos realizar essas visitas. Temos também reuniões quinzenalmente, que geralmente vai tratar sobre um estudo de caso específico que esteja mais emaranhado por alguma equipe. Da reunião participa os educadores, os técnicos e a coordenação. Planejamos também as atividades mensais dos grupos. (KARINE, 2019).

3.4 Demandas requisitadas pelos usuários e pelas instituições e respostas apresentadas pelos assistentes sociais dos CRAS

O CRAS é uma unidade de base territorial localizada nos locais de maiores índices de vulnerabilidade social. O objetivo das ações do CRAS é prevenir situações de vulnerabilidade social, desenvolver as potencialidades dos usuários e fortalecer os vínculos familiares e comunitários através da oferta de Serviços, programas, projetos e benefícios.

Com relação as principais demandas destacadas pelos profissionais, a procura por benefícios eventuais foi a mais citada. Segundo Emille (2019), um dos fatores contributivos para esse aumento de solicitação é o fato “da questão social ter aumentado e a situação ter se agravado mais ainda com o crescimento das vulnerabilidades sociais”. Para Mariana (2020), “no momento estamos vivendo uma realidade de retorno para a situação de fome; atualmente, no CRAS, a principal demanda que chega é para benefícios eventuais, principalmente cesta básica”. Com relação a realidade da assistente social Maria (2019), o benefício eventual mais acionado “é o auxílio natalidade; temos um número alto de grávidas e, principalmente, grávidas jovens. Então essa é a nossa principal demanda”.

Segundo a Lei 8.1241/93 - Lei Orgânica da Assistência Social - os benefícios eventuais fazem parte das ações ofertadas pela proteção social básica, possuem um caráter complementar e provisório e são destinados a suprir situações eventuais. Esses benefícios prestados aos cidadãos em casos de nascimento, morte, vulnerabilidade temporário e situações de calamidade pública são: cesta básica, auxílio moradia; auxílio funeral e auxílio natalidade. Infelizmente, com o aumento das expressões da questão social e a ausência de políticas públicas atuando de forma intersetorial, a política de assistência passa a ser a única porta de acesso à alimentação que essas famílias possuem.

Outra demanda citada pelas profissionais entrevistadas foram as necessidades de inserção das crianças, adolescentes e idosos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O SCFV compreende atividades continuadas que tem por objetivo melhorar a qualidade de vida da população a partir do desenvolvimento das potencialidades dos usuários. As atividades desse serviço são realizadas em grupos, de acordo com cada faixa etária, e através de eixos temáticos. Conforme a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, os serviços devem ser ofertados da seguinte forma: SCFV para crianças de 0 a 6 anos; SCFV para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; SCFV jovens e adolescentes de 15 a 17 anos; SCFV para jovens de 18 a 29 anos; SCFV para adultos de 30 a 59 anos; e SCFV para idosos. Nos equipamentos que foram realizadas as entrevistas, majoritariamente, são ofertados os Serviços de Convivência para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e o Serviço de Convivência para idosos.

Além dessas demandas destacadas anteriormente, tivemos também as requisições oriundas do Conselho Tutelar, do Ministério Público (4ª promotoria) e do Juizado da Infância e da Juventude, 16ª Vara. A quarta promotoria está relacionada a situações de negligência praticada contra idosos. A 16ª Vara tem seu trabalho voltado para atender crianças e adolescentes em situação de maus-tratos e negligência. Segundo Catharine (2020), “recebemos

muitos casos do Conselho Tutelar – e isso já gerou conflitos porque em algumas situações a gente percebeu que existia um excesso de encaminhamento e talvez não necessitasse, porque o próprio Conselho poderia fazer aquele acompanhamento”. Outro aspecto abordado pelas entrevistadas tem relação com as requisições do Judiciário; um exemplo está expresso na fala abaixo.

São demandas impostas que poderiam ser legítimas a depender da situação; por exemplo, recebemos casos de filhos que se apropriam dos recursos dos idosos; essa demanda poderia ser legítima se fosse para inserir esse idoso em determinado SCFV. Mas a requisição que vem do Ministério Público é para nós estarmos mensalmente na casa daquela pessoa. Para que isso aconteça nós precisaríamos estar com uma super equipe de recursos humanos, principalmente porque neste CRAS as demandas são monstruosas. Eu atendo, no mínimo, 15 pessoas por dia, das 14h às 17h, principalmente quando é dia de entrega de benefício eventual. (MARIA, 2020).

Outras demandas requisitadas pelos usuários e pelas instituições também foram apontadas pelas profissionais, embora com menos frequência, quais sejam: requerimento de passagem, orientações sobre o Cadastro Único, oferta de cursos profissionalizantes, gestão do território, carteira dos idosos e preenchimento do Registro Mensal de Atendimentos - RMA. No quadro abaixo estão descritas todas as demandas apresentadas pelas assistentes sociais.

Quadro 04

Demandas apresentadas aos assistentes sociais dos CRAS

| Demandas | Quantidades de profissionais que abordaram essa demanda |
|---|---|
| Benefícios eventuais | 4 |
| Requisições do Ministério Público | 4 |
| Requisições do Ministério Público | 4 |
| Requisições do Tribunal de Justiça | 4 |
| Inserção no Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos | 3 |
| Articulação com a rede | 3 |
| Requisições do Conselho Tutelar | 3 |
| Orientação sobre o BPC | 2 |
| Requerimento de passagem | 1 |
| Cadastro Único | 1 |
| Cursos profissionalizantes | 1 |
| Gestão do Território | 1 |
| Carteira do idoso | 1 |
| Preenchimento do RMA | 1 |

Fonte: Dados coletados nas entrevistas. Elaboração própria.

No que concerne as respostas apontadas pelas profissionais entrevistadas com relação a essas demandas do exercício profissional, o acompanhamento através de visitas domiciliares foi relatado por quatro profissionais; a única que destacou não realizar esse tipo de atividade foi Anna (2019), coordenadora do equipamento em que está inserida. Pelo fato de não estar na execução terminal de políticas públicas, a entrevistada relatou que costuma responder às demandas do exercício profissional através de “orientações, acolhimento e encaminhamento para os técnicos da equipe de referência”.

Outras demandas citadas pelas profissionais foram os casos de acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF⁴¹. Segue abaixo alguns fragmentos das entrevistadas com relação aos casos de acompanhamento:

As demandas de acompanhamento familiar fazem com que tenhamos uma ação imediata, pois são famílias em situação de alta vulnerabilidade social. (MARIA, 2019).

[...] essa solicitação por acompanhamento tem se intensificado com a liberação de benefícios”. (CATHARINE, 2020).

Nosso papel enquanto CRAS nessas demandas de auxílio moradia é de receber e acompanhar essas famílias, a gente não faz a concessão de auxílio moradia, essa concessão é diretamente lá na Secretaria, tem um setor específico de habitação para essa questão de contrato aluguel, com usuário e o proprietário do imóvel. Vem ao CRAS apenas quando já está residindo na nossa área, para que a gente possa fazer o acompanhamento e receber mensalmente esses recibos para mandar para o setor de habitação. (EMILLE, 2019).

Como tratado no tópico anterior, as visitas domiciliares constituem um dos principais instrumentos utilizados pelo assistente social desde os primórdios da profissão. A visita domiciliar é um instrumento que potencializa o conhecimento sobre a realidade social do usuário, enquanto um ponto de referência para garantia de direitos. É na utilização desse tipo de instrumento que o assistente social deve colocar seu saber técnico à disposição das demandas da classe trabalhadora. (SARMENTO, 1994). Para ilustrar, alguns fragmentos das entrevistadas

Nós temos por obrigação estar sempre fazendo visitas domiciliares. (MARIA, 2019).

Nos casos de benefícios eventuais, a única situação que não é feita a visita domiciliar são os casos de auxílio funeral, porque é uma coisa imediata. (EMILLE, 2019).

O que nós fazemos nesses casos, inicialmente, é a visita, para conhecer a realidade da família; dependendo do que conseguirmos observar, iniciamos o acompanhamento.

⁴¹ O PAIF faz parte da Proteção Social Básica e realiza o trabalho social com as famílias matricializadas no território de abrangência do CRAS. Possui caráter continuado e sua finalidade é fortalecer a função protetiva, prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários e promover o acesso aos serviços, benefícios, programas e projetos ofertados no âmbito do CRAS. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SÓCIOASSISTENCIAIS, 2009). Os principais trabalhos desenvolvidos pelo PAIF são: acolhida; articulação com a rede; ações comunitárias; grupos com famílias; acompanhamento familiar; e encaminhamentos para a rede.

Em Aracaju, os benefícios eventuais, para serem liberados, há uma prerrogativa de acompanhamento prévio. (CATHARINE 2020).

Um aspecto pertinente nos relatos de Maria (2019) foi a distinção entre respostas imediatas e não imediatas. Para a entrevistada, as requisições do judiciário não devem ser respondidas de forma imediata, mas sim através do diálogo ou do enfretamento. Podemos observar isso no seguinte fragmento.

As respostas às requisições do Ministério Público, é necessário ir para o enfretamento, diálogo, durante um seminário ou uma reunião com a coordenação, quando somos convidados a participar. Hoje nós temos um advogado que faz essa mediação com o Ministério Público, qualquer coisa acionamos o advogado explicando que não se configura como atividade do CRAS. A liberação de benefícios eventuais e a construção de grupos são respostas mais imediatas.

As reuniões de grupos, articulação com a rede e ações comunitárias também foram citadas pelas profissionais. Os grupos geralmente acontecem quinzenalmente, mensalmente ou trimestralmente, e tem como público alvo famílias que recebem benefícios eventuais de cesta básica ou do auxílio moradia e famílias que se encontram em situação de descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família. A respeito desse último (MARIA, 2020) relata que as reuniões com o público desse grupo ocorrem “quando as famílias descumprem as condicionalidades e o benefício acaba sendo bloqueado. É política de assistência social que faz esse desbloqueio”.

Nas reuniões, as assistentes sociais destacaram que escolhem temas específicos para serem abordados; geralmente estão relacionadas as temáticas do mês em vigência, por exemplo: Agosto Lilás – mês de combate a violência doméstica. No processo de construção desses grupos, as profissionais costumam entrar em articulação com a rede intersetorial de políticas públicas, com a finalidade de trazer profissionais que tenham apropriação específica para abordagem daquela temática.

Nós temos grupo de família, por exemplo, não liberamos a cesta básica de forma individual, realizamos através de reuniões de grupo que acontecem mensalmente. Nessas reuniões sempre vamos tratar de algum tema específico com aquelas famílias que vão ser beneficiadas. Através de parcerias, convidamos profissionais da rede, ou nós mesmas fazemos alguma palestra específica, seja para falar dos serviços ofertados no CRAS, ou para falar de questões específicas do bolsa família, quando é um mês que tá voltado para algum tema específico, tratamos sobre a temática daquele mês. (EMILLE, 2019).

As entrevistadas Maria e Anna (2019) relataram que nos equipamentos em que estão inseridas, atualmente, não está ocorrendo a realização de grupos, mas sim ações comunitárias

ou oficinas com famílias. Nesses espaços também são feitas articulação com a rede para trabalhar temáticas específicas. Podemos observar isso através do relato da Maria (2019): “Temos as demandas de ação comunitária, que é uma atividade do PAIF, onde você dialoga com a comunidade a partir de uma ação comunitária que envolve a articulação com a rede socioassistencial”.

O acolhimento, enquanto uma das seguranças afiançadas pela política de assistência social, foi retratado como uma forma de reposta às demandas dos usuários. Conforme a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, o acolhimento deve ocorrer a partir de uma escuta qualificada acerca das situações trazidas pelos usuários, em um ambiente que seja resguardado o sigilo profissional. O acolhimento é, portanto, uma porta de entrada para as demandas da população matricializada naquele território, é a partir dele que vai advir os encaminhamentos e orientações.

Para as assistentes sociais, os encaminhamentos ocorrem em situações que extrapolam as demandas da Proteção Social Básica, especificamente do CRAS. Essas situações pedem que a rede sócio assistencial ou intersetorial seja acionada a fim de tornar as necessidades sociais dos usuários alcançáveis pelas demais políticas públicas ou pelos outros Serviços da Política de Assistência Social. “Observamos se a família não está incluída no Cadastro Único e, caso não esteja, encaminhamos para o Cadastro Único para que seja incluída; através dessa visita vamos observando se existe alguma necessidade de encaminhamento fora da política de assistência”. (MARIANA, 2020). No quadro abaixo quantificamos as principais respostas destacadas pelas entrevistadas.

Quadro 05

Respostas apresentadas pelos assistentes sociais dos CRAS

| Respostas apresentadas | Quantitativo de profissionais que apresentou essas respostas |
|---|--|
| Acompanhamento através de visitas domiciliares | 4 |
| Realização de grupos | 3 |
| Encaminhamentos | 3 |
| Acolhimento | 2 |
| Orientações | 2 |
| Ação comunitária | 2 |
| Realização do CRAS itinerante | 1 |
| Estudo de caso | 1 |
| Dialogo e/ou enfrentamento com relação as requisições judiciais | 1 |

| | |
|----------------------|---|
| Acesso a alimentação | 1 |
| Inserção no PAIF | 1 |

Fonte: dados coletados das entrevistas. Elaboração própria.

3.5 Demandas requisitadas pelos usuários e pelas instituições e respostas apresentadas pelos assistentes sociais dos CREAS

Como citado anteriormente, a política de assistência está dividida em níveis de complexidade. No tópico anterior, abordamos as principais demandas e respostas apontadas pelas assistentes sociais inseridas na proteção social básica – CRAS. Neste tópico, traremos as principais demandas e respostas apontadas pelas profissionais inseridas na proteção social especial de média complexidade - CREAS.

O CREAS é uma unidade pública de abrangência municipal, regional ou estadual. Suas ações estão voltadas para famílias e indivíduos que se encontram em situações de violação de direitos. O equipamento é responsável por ofertar o Serviço de Proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos – PAEFI - em situação de risco pessoal e social. O CREAS, diferentemente da Proteção Social Básica, vai atuar na reconstrução das potencialidades; a sua ação não se caracteriza de forma preventiva, mas sim para reduzir as situações de violação de direitos e suas reincidências. Dentre os principais serviços ofertados no CREAS podemos citar a abordagem social, o plantão social, o acompanhamento de famílias e indivíduos com direitos violados, o acompanhamento das medidas sócio-educativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço Comunitário.

A respeito das demandas apresentadas pelas profissionais dos CREAS, destacamos que, quando questionadas, as profissionais, majoritariamente, relataram que, pelo fato do CREAS não ser visto como porta aberta, a maior parte das demandas recebidas são oriundas de encaminhamentos institucionais. Para as entrevistadas Karine e Deise (2019), “O CREAS não é porta aberta, mas se chegar um usuário vítima de algum tipo de violência sem ser encaminhado por algum órgão, nós também vamos atender. [...]. A nossa maior demanda é oriunda de encaminhamentos da Justiça e do sistema de garantia de direitos”. (DEISE, 2019) “Normalmente os casos já chegam dos outros órgãos, é muito difícil demanda espontânea. Quando chega, nós conversamos, fazemos o atendimento, eles colocam o que está necessitando”. (KARINE, 2019).

No que diz respeito às situações de demandas espontâneas, ou seja, aquelas que se apresentam cotidianamente de forma imediata e na maioria dos casos acabam exigindo

respostas rápidas, duas profissionais relataram a concessão de benefícios eventuais, especificamente a cesta básica como principal demanda. Uma das inovações trazidas pela Política de Assistência Social do município de Aracaju é permitir que profissionais da Proteção Social de Média Complexidade realizem a liberação de benefícios eventuais para as famílias atendidas. “[...] isso não era permitido para os assistentes sociais da média complexidade, pois era uma atribuição específica dos CRAS, mas, como atendemos também pessoas que muitas vezes se encontram em situação de extrema pobreza, fazemos a concessão de benefícios eventuais”. (ROBERTA, 2019). “Percebemos que, cada vez mais, a questão da vulnerabilidade que vem se agravando, a realidade do CREAS é a seguinte: cada técnico tem uma cesta básica por mês, diante dos 40 casos que cada dupla atende, ou seja, vai ser atendida a família mais vulnerável da vulnerável”. (KARINE, 2019).

Sobre os casos de crianças, mulheres e idosos, essas situações estão entre as principais demandas dos CREAS. São casos oriundos de encaminhamentos do sistema de garantia de direitos, quais sejam: 16ª Vara da Infância e da Juventude - Criança e adolescente vítimas de maus tratos e negligência; 11ª Vara - Mulheres em situação de violência doméstica; 6ª Vara - Criança e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual; 4ª Promotoria do Ministério Público - idosos e pessoas com deficiência em situação de negligência; e violação patrimonial. Além desses órgãos, as assistentes sociais destacaram que recebem casos do Conselho Tutelar e da Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV). Por exemplo,

Sobre as demandas que chegam, recebemos mulheres vítimas de violência doméstica, recebemos muitas crianças vítimas de abuso sexual, crianças e adolescentes; temos também crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos e negligência, atendemos também idosos e pessoas com deficiência que também são vítimas de maus-tratos, negligência, violência patrimonial e violência psicológica. (ROBERTA, 2019).

Além dessas demandas, as profissionais relataram que também acolhem situações de acompanhamento dos adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, quais seja: Liberdade Assistida – LA; e Prestação de Serviço Comunitário - PSC. São “medidas de execução, resultantes de uma parceria entre a prefeitura e a 17ª Vara da Infância e da Juventude, que trabalha com adolescentes em conflito com a lei”. (ROBERTA, 2019). “O usuário que vem do cumprimento de medida socioeducativa LA ou PSC, são de demandas judiciais e são adolescentes que cometeram ato infracional”. (DEISE, 2019). Outras demandas como orientação e regularização de documentação também foram apresentadas, ainda que com menos frequência. No quadro abaixo estão ilustradas as demandas dos equipamentos – CREAS.

Quadro 06

Demandas apresentadas aos assistentes sociais dos CREAS

| Demanda | Quantitativo de profissionais que citaram essa demanda |
|--|--|
| Mulheres vítimas de violência doméstica | 4 |
| Acompanhamento dos adolescentes em cumprimento das medidas sócio-educativas de LA e PSC. | 4 |
| Criança e adolescente vítima de abuso, maus tratos e negligencia. | 4 |
| Idosos vítimas de negligencia | 3 |
| Concessão de benefícios eventuais | 2 |
| Demandas de orientação | 1 |

Fonte: dados coletados durante as entrevistas. Elaboração própria.

No que concerne as respostas apresentadas pelas assistentes sociais com relação a essas demandas, todas as entrevistadas relataram utilizar o acolhimento enquanto uma porta de entrada para responder a estas situações. O acolhimento é um instrumento de trabalho que deve ocorrer a partir de uma observação crítica sobre a realidade social. A partir dele as demandas devem ser capturadas com ética e sigilo, com vistas a possibilitar a viabilização dos direitos sociais dos usuários. A observação por meio do acolhimento é fundamental para o levantamento de dados qualitativos e requer do assistente social um esforço para refletir sobre as relações sociais em que estão inseridos os usuários dos serviços. (SARMENTO, 2012).

A Observação, segundo Cardoso (2008), possibilita alertar o assistente social para o sensível na relação com os usuários. Na Observação, assim como no uso de outros instrumentos, o profissional deve estar pautado sob uma perspectiva crítico reflexiva, evitando o uso de pré-julgamentos. Deve-se ainda focar

[...] o olhar para as informações cotidianas da família que visito. E se o ambiente em que vive tem limites devido à ausência de políticas sociais adequadas. [...] o significado social da nossa intervenção social, consiste exatamente numa estratégia para o resgate dos direitos emancipatórios e inclusivos destes usuários no processo de desenvolvimento social. (CARDOSO, 2008, p. 27).

Somente após o acolhimento com uma escuta qualificada é possível observar e analisar o que poderá ser feito diante daquela situação apresentada. “Aqui nós fazemos o **acolhimento**, coletamos as informações para um futuro encaminhamento, fazemos também a escuta qualificada, explicamos ao usuário qual o nosso papel”. (YANNE, 2019). Para Roberta (2019),

“existem casos que vão para acompanhamento e os que não vão para o acompanhamento. Quando realizamos o **acolhimento**, observamos se a demanda é ou não de CREAS. Corroborando com a Roberta (2019), Deise (2019) ressalta que, enquanto técnica, busca **identificar as demandas** apresentadas por esse usuário, verificando se realmente é uma demanda de CREAS. As respostas nesses casos de violação de direitos não podem ser imediatas “pois a maioria dos casos são de situações muito complexas, que envolvem a vida da pessoa e a vida do grupo familiar”. (DEISE, 2019).

Nos casos de criança ou adolescente em situação de maus-tratos, negligência e/ou trabalho infantil, o primeiro passo a ser feito, segundo Deise (2019), é a abordagem social. Após identificar os casos, os educadores sociais pegam os endereços dos responsáveis e repassam para os técnicos. Diante desses casos são realizadas as visitas de conscientização: “procuramos ver também, diante dessas situações, se a família precisa de algum benefício eventual; se necessário, acionamos o Conselho Tutelar, pois existem casos em que as crianças podem estar com o cartão de vacinas atrasados ou não estão frequentando a escola”. (DEISE, 2019).

A Abordagem social é um serviço ofertado com a finalidade de realizar uma busca ativa em territórios com maior incidência de trabalho infantil, exploração sexual, entre outras situações. O serviço oferta para o usuário a resolutividade de algumas necessidades sociais mais imediatas e traz como proposta a inserção da criança ou adolescente no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2014).

A Visita domiciliar também foi apontada como um instrumento de resposta para as demandas dos usuários; percebemos, inclusive, a partir dos relatos de Roberta (2019), que a visita é uma forma de realizar o acolhimento das demandas apresentadas por aquela família. “quando recebemos uma demanda, **realizamos o primeiro contato por atendimento ou por visita domiciliar**; posteriormente, fazemos um estudo social para identificar a realidade daquele sujeito ou grupo familiar”. (ROBERTA, 2019).

Outras formas de respostas, principalmente para os casos de criança, adolescente e mulheres, é a realização de grupos. Assim como apontado pelas profissionais do CRAS, os grupos podem ser realizados mensalmente, quinzenalmente ou semanalmente, através de temáticas voltadas para o público específico. No caso de mulheres vítimas de violência “nós trabalhamos com grupos de seis encontros. Nesses encontros, trabalhamos diversas temáticas. [...] Esse grupo é mais difícil de conseguirmos a adesão das usuárias, porque as mulheres têm os filhos, trabalham; além disso, tem a distância e a questão do constrangimento”. (DEISE,

2019). “Nesses grupos trabalhamos temas gerais, pois decidimos que não íamos ficar batendo somente naquela questão da violência, e como a FUNDAT abriu as portas através do Ministério Público, estamos tentando encaminhar elas para a profissionalização”. (KARINE, 2019).

Com crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual, os grupos no equipamento em que Deise (2019) está inserida ocorrem quinzenalmente, “Destacamos para a família que o nosso objetivo não é punir o agressor, nós trabalhamos com a vítima no sentido de potencializar o usuário para que não venha acontecer novamente, para que a criança entenda quando ela vai estar numa situação de perigo”. (DEISE, 2019). Ainda segundo a assistente social Deise, todos os encontros são elaborados pelos técnicos e educadores e possuem um formato lúdico.

Para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto – LA ou PSC, e idosos, são realizadas reuniões periódicas. No caso dos adolescentes, também é feita a construção do Plano individual de atendimento domiciliar: “nesses casos fazemos o acolhimento, chamamos o pai, a mãe ou algum outro responsável, para construção do PIA com o adolescente e com nós, técnicos [...]. No PIA consta os objetivos declarados pelo adolescente, suas projeções de futuro e também vem com o campo de avaliação interdisciplinar”. (KARINE, 2019). Outra forma de responder as demandas de acompanhamento de adolescente em cumprimento de LA e PSC é através dos “relatórios psicossociais. Nos relatórios, mandamos as frequências mensais dos adolescentes e enviamos também o relatório final de conclusão ou não da medida para o Ministério Público”. (DEISE, 2019). “Nós fazemos acompanhamentos, acolhimentos, operacionalizamos por meio de instrumentais como os relatórios, dependendo do contexto da família repassamos as informações para outros órgãos através de relatórios”. (YANNE, 2019).

No caso dos idosos, percebemos duas perspectivas diferentes para responder as demandas entre as assistentes sociais entrevistadas. Embora ambas tenham relatado que respondem através de reuniões com os familiares, para Karine (2019), nesses casos de negligência a Promotoria “queria que nós construíssemos um plano de ação familiar **realizando a divisão de tarefas entre os membros da família**, dizendo o que cada um deveria fazer. Eu acredito que isso não seja atribuição do assistente social, pois acabariamos adentrando em uma esfera que é da família. Por isso nós só fazemos orientações.”. Para Deise (2019), nessas situações de negligência é necessário trabalhar a **responsabilização** da família; além disso, é feita a “sensibilização, tentamos demonstrar os prejuízos que aquela situação pode trazer, **trazemos propostas**; além disso, acompanhamos a família através de visitas e enviamos o

relatório para o Ministério Público, dizendo se o caso foi resolutivo ou não”. No quadro abaixo segue as informações com relação as principais respostas apontadas pelas assistentes sociais entrevistada.

Quadro 07

Respostas apresentadas pelos profissionais dos CREAS

| Respostas | Quantitativo de profissionais que apresentaram essa resposta |
|--------------------------|--|
| Acolhimento | 4 |
| Acompanhamento | 3 |
| Visita domiciliar | 2 |
| Realização de grupos | 2 |
| Reuniões | 2 |
| Construção de relatórios | 2 |
| Encaminhamentos | 2 |
| Abordagem social | 1 |
| Estudo social | 1 |
| Construção do Pia | 1 |

Fonte: dados coletados durante as entrevistas. Elaboração própria.

3.6 Condições de trabalho, desafios e estratégias

Para as profissionais entrevistadas, com exceção de Anna (2019), a ausência de recursos humanos tem prejudicado bastante o andamento do exercício profissional. A defasagem de assistentes sociais e psicólogos nas equipes do PAIF e PAEFI tem ocasionado uma sobrecarga de demandas. Para Emille (2019), ao sair do trabalho a sensação que fica é “que estou deixando um monte de coisa para trás, estamos deixando muita pendência, e isso traz para o profissional um adoecimento. É um desafio muito grande para a gente que é profissional e tem esse compromisso com os direitos sociais do usuário”.

Destacamos que o último concurso realizado na Política de Assistência Social do município de Aracaju foi no ano de 2009. Atualmente, a defasagem de profissionais vem sendo suprida através de contratos temporários. Ainda assim, o quantitativo de profissionais é pequeno diante dos casos que se apresentam cotidianamente nos CRAS e CREAS de Aracaju. Segundo Maria (2019), “nunca foi feito nenhum processo seletivo, precisamos de concurso público. Por mais que a gente não consiga reduzir, de fato, a pobreza, ao menos podemos conseguir proporcionar algum tipo e qualidade de vida para essa população”.

Outros questionamentos apresentados pelas entrevistadas foi a ausência de capacitação continuada e a defasagem salarial existente. “Estamos muito aquém de condições ideais de trabalho, seja de espaço físico, seja de Recursos Humanos, **seja de capacitação continuada,**

seja de reconhecimento remuneratório da categoria". (ROBERTA, 2019). "Acredito que caberia a formação de uma nova dupla. É necessário melhorar também a questão de valorização profissional". (DEISE, 2019). Uma das consequências da ausência de recursos humanos e da desvalorização salarial é o adoecimento mental dos profissionais, expresso na fala abaixo.

Venho percebendo um adoecimento generalizado dos profissionais, e adoecimento não só por conta da demanda, mas também por conta da ausência de aumento do salário. Boa parte dos profissionais estão recorrendo a psiquiatria; depois de tantos anos trabalhando nessa política, muitos profissionais estão se afastando. (YANNE, 2019).

Ao entrarmos no debate das condições físicas, duas profissionais inseridas nos CREAS relataram um problema em comum: a presença de câmeras nos equipamentos. "Entramos numa discussão séria nos Conselhos de Serviço Social e Psicologia e partimos para o enfrentamento, pois estava havendo exposição dos usuários, principalmente nos atendimentos de crianças e mulheres, tendo em vista que na sala de atendimento tinha câmeras instaladas". (YANNE, 2019). "A sala que fazemos atendimento é menos pior, porque a única sala que não tem câmera e garante o sigilo profissional, já que as outras têm câmera". (KARINE, 2019). Percebemos, diante dessas colocações, que essas instituições têm ferido o que preconiza a Resolução nº 493 de 2006, do CFESS. Segundo a referida Resolução, o local de atendimento do assistente social deve possuir espaço adequado para atendimentos coletivos e individuais e deve ainda garantir a privacidade do usuário em tudo aquilo que for revelado durante o atendimento. Ainda sobre as condições físicas, Roberta (2019) aponta que "para entrevista a gente só tem uma sala disponível para atendimento, o nosso espaço físico é péssimo, talvez um dos piores entre os CREAS".

A partir dos relatos das entrevistadas, compreendemos que esta realidade não é comum em todos os equipamentos. Para as entrevistadas Maria, Deise, Mariana e Catharine as condições físicas estão de acordo com a preconização do Caderno de Orientações Básicas, preconizado pelo antigo MDS, para construção desses tipos de equipamentos, mas trazem como ressalva que nem todos os CRAS e CREAS de Aracaju estão nessas mesmas condições. "Destaco que, quando estou falando de estrutura, estou me referindo ao meu equipamento, mas eu sei que tem outros equipamentos aqui em Aracaju com estruturas péssimas". (DEISE, 2019). Outros exemplos,

Aqui dentro do CRAS acredito que não temos problema de estrutura. As condições físicas estão dentro dos padrões. (MARIANA, 2020).

Nós estávamos em uma casa muito ruim, essa era quente. Para você ter uma ideia, em nossa casa antiga não tínhamos como fazer grupos com mulheres, porque o sigilo não

tinha como ser garantido. Nesse equipamento a estrutura física nos permite colocar em prática tudo que o usuário necessita. Embora a sala de atendimento seja quente, ela consegue manter o sigilo, consegue acolher de forma satisfatória. Temos uma outra sala destinada a grupos e reuniões. A televisão que temos nela possui acesso à internet. Antes de iniciar um grupo de criança colocamos uma música lúdica para o acolhimento. (DEISE, 2019)

Dos principais desafios destacados pelas profissionais para responder as demandas do exercício profissional, para além do debate da ausência de estrutura física, humana e valorização profissional, as entrevistadas Maria e Anna mencionaram as problemáticas da atual conjuntura nacional.

Fazendo uma breve contextualização, desde a década de 1990 o Brasil tem vivenciado retrocessos nos direitos sociais elencados pela Constituição Federal de 1988. Behring e Boschetti (2011) apontam que os anos de 1990, até a cena contemporânea, tem sido imputado pelas contrarreformas do Estado. Tendo seus primeiros resquícios no governo Collor, o neoliberalismo encontra, a partir da gestão de Fernando Henrique Cardoso, grande abertura para instituir suas reformas, reforçando a concepção de Estado mínimo para o social, especificamente no que diz respeito aos direitos sociais da classe trabalhadora. O terreno é de desprezo das conquistas elencadas pela formulação da seguridade social e de implementação do trinômio neoliberal: descentralização, focalização e seletividade. (BEHRING, 2003). Percebemos isso no diálogo de Emille (2019).

Com relação aos benefícios eventuais é um desafio, porque quando se trata de insuficiência de renda em situação de desemprego, a falta de alimento é uma coisa que não dá para esperar; mas, infelizmente, nós **só recebemos 36 cestas básicas por mês, se você for olhar, nossa demanda é imensa**, tem casos específicos que a gente visualiza e que a gente precisa liberar, uns dois ou três meses seguidos para aquela família, nos casos de tuberculose que é uma situação que já foi pactuada com saúde, durante o tratamento daquela pessoa é necessário liberar a cesta básica seis meses. Nós precisamos fazer isso e terminamos deixando outras famílias descobertas.

Para Behring e Boschetti (2011), a assistência social é uma das políticas sociais que mais sofre para se materializar enquanto política pública nesse cenário. Apesar dos avanços obtidos a partir da implementação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS de 2004, NOB-SUAS, NOB-RH, e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sabemos que muitos aspectos elencados nessas normativas não são respeitados pelos gestores; por exemplo, observamos no diálogo de oito profissionais a crescente necessidade de realização de concursos devido a defasagem profissional que se encontra nesses equipamentos. Portanto, não se pode deixar de questionar algumas contradições existentes, mesmo após a PNAS. O Programa Bolsa Família é outro exemplo a ser citado; o programa traz como inovação a

unificação das bolsas já existentes, embora permeado pelo clientelismo político dos gestores municipais. (BEHRING, 2008). Além disso, temos vivenciado um cenário de severos cortes, com a implementação da Emenda Constitucional 95, que tem por objetivo o congelamento dos gastos sociais por 20 anos. Para Maria (2019), um grande desafio é compreender

[...] **todo esse processo que a política de assistência social viveu nos últimos anos, especificamente com relação ao pacto federativo, é que não houve o cumprimento do que foi estabelecido.** Nós não temos um percentual fixo de alocação de recursos próprios para a política de assistência, diferentemente do que acontece nas políticas de saúde e educação.

Embora Anna (2019) tenha citado que “a atual conjuntura que vivenciamos é de retrocessos, essa questão de repasse de recursos é muito complicada; já trabalhei com isso e sei como é uma burocracia, não temos paciência para esperar e isso acaba desgastando. Acredito que por isso os profissionais daqui estão desgastados”. Em outro diálogo, a assistente social coloca como um dos desafios: **“a falta de compromisso dos próprios profissionais**, porque falamos muito em concurso, **mas a maioria deles se acomoda e só quer melhorias, só visa mais o lado deles”**. A concepção da profissional acaba sendo contraditória, pois ao mesmo tempo em que acredita no desgaste dos profissionais, também aponta a ausência de compromisso e o comodismo deles. Tal posicionamento pode ser reflexo da ausência de reconhecimento de classe, assim como de disputas de concepções que temos dentro da política de assistência social, conforme relatado por Maria (2019)

[...] a disputa de concepções entre os próprios trabalhadores não envolve somente assistentes sociais, mas envolve psicólogo e educador social. O que acontece é que você acaba tendo que disputar concepções sobre o que é a assistência social, e **existem concepções de profissionais que são totalmente diferentes do que está pactuado na Lei Orgânica de Assistência Social.**

A assistência, enquanto política pública, ao trabalhar com a população em situação de vulnerabilidade social, acaba tendo que suprir as deficiências existentes entre as demais políticas públicas. No município de Aracaju não existe uma secretaria habitacional responsável pela destinação de recursos para pagamentos do auxílio moradia; dessa forma, as demandas que deveriam ser de responsabilidade da Secretaria da Habitação acabam sendo englobadas pela Secretaria de Assistência Social. Para Maria (2019), “auxílio moradia leva embora grande parte dos recursos da política de assistência, que vai acabar impactando na ausência de recursos para os benefícios de auxílio natalidade”. Segundo relatos das profissionais entrevistadas, o auxílio natalidade encontra-se suspenso desde o mês de setembro de 2019. E a orientação da gestão

tem sido para “não encaminhar, mas nós encaminhamos porque quem está aqui às 7 horas da manhã com o usuário batendo na porta somos nós”. (MARIA, 2019).

Deise e Yanne (2019) apontam que a constante mudança de gestão e os direcionamentos que imprimem nos serviços ofertados pela política de assistência social têm sido bastante desafiadores no cotidiano profissional. “[...] existem momentos que a gestão compreende a política, conhece e implementa, mas infelizmente existem gestões que não entende a política, por exemplo, uma gestora da política de assistência queria que eu saísse distribuindo próteses”. (YANNE, 2019). O compromisso assumido pela gestão em implementar a assistência social, conforme elencado pela LOAS e pela PNAS, traz para a assistência social uma imagem de política pública comprometida com o provimento dos mínimos sociais.

Infelizmente, esta não tem sido a realidade vivenciada pela população brasileira. O governo federal trouxe, no ano de 2016, a implementação do Programa Primeira Infância no SUAS, mais conhecido como Criança Feliz. Segundo Decreto nº 8.869, de 05 de outubro de 2016, o Primeira Infância no SUAS possui caráter intersetorial, com o objetivo do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância. O programa não traz inovações no campo da Política de Assistência Social, tendo em vista que a LOAS, na definição de um dos seus objetivos com relação a proteção social, define a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, além do amparo a criança e adolescentes carentes. A Política Nacional de Assistência Social aponta que dentro da proteção integral serão analisadas o trabalho de crianças e adolescentes; dentro das propostas elencadas, já estavam também elencados o desenvolvimento de serviços para crianças de 0 a 6 anos, com vista a fortalecer os vínculos familiares. Além desses aspectos, o Programa trouxe como embaixadora Marcela Temer, esposa do ex-presidente da República, Michel Temer; ou seja, percebe-se de forma inicial o apelo realizado ao primeiro damismo, na instituição do referido programa. Essa questão da filantropia, infelizmente, ainda é um resquício que a Política de Assistência social carrega ao longo da sua construção histórica na sociedade brasileira. E se caracteriza enquanto um desafio para os profissionais que trabalham na sua execução.

Um desafio muito grande que ainda existe é atrelar a política de assistência a filantropia; eu acredito que nos municípios de pequeno porte isso é maior, mas aqui ainda existe e nós tentamos quebrar isso para o usuário, inclusive na reunião de benefícios a gente costuma tratar e explicar aquele benefício como um direito e não como uma benesse. Então, nos acompanhamentos individuais ou em grupo nós realmente tentamos trabalhar com esse público, reforçando e orientando os usuários. (EMILLE, 2019).

Um dos principais é fazer o usuário entender que aquilo é um direito. Hoje em dia passa tanta coisa na mídia que acaba contribuindo para que ele compreenda que aquele

benefício, o bolsa família ou qualquer outra coisa, está associado ao Prefeito, Governador ou Presidente. Acredito que o nosso papel é desmistificar. (KARINE, 2019)

Com relação as estratégias utilizadas para enfrentar os desafios do cotidiano profissional, as entrevistadas Maria, Roberta, Deise e Yanne (2019) citaram o enfretamento enquanto uma possibilidade de confronto com as problemáticas do exercício profissional. Para a assistente social Roberta é necessário ir para o embate e se posicionar nos espaços coletivos, sejam eles internos ou externos a gestão, “a gente não pode se calar e ficar à mercê de tudo que acontece”. É preciso “[...] nos posicionarmos dentro dessa política, seja nas cobranças, nas exigências [...] diante da negação de direitos, fortalecendo os usuários nas atividades para que eles também perceberam as dificuldades dessa política e também para que em outros espaços [...] consigam se posicionar e cobrar mais qualidade do serviço”. (ROBERTA, 2019). O enfretamento também é utilizado como estratégia para os embates existentes com relação as solicitações do judiciário e Ministério Público: “a promotora pede um relatório para quinze dias e diz cumpre-se. Nós solicitamos que o nosso setor jurídico envie um relatório dizendo que não temos tempo hábil para dar essa resposta no tempo estabelecido. Acabamos indo, então, para o enfretamento”. (DEISE, 2019).

Para Yanne (2019), a partir do enfretamento foi possível fazer com que a gestão entendesse “que o as instalações das câmeras contrariam o nosso código de ética”. Em contraponto a esse debate, a assistente social Catharine (2019) destaca que esse processo de “enfretamento é muito desgastante. O que eu tento fazer sempre nas minhas intervenções é fazer a minha parte, enquanto profissional, e tentar fazer a minha intervenção profissional dentro do arcabouço legal disponível. [...] e a categoria ser mais unida e coesa, porque é muito difícil de lutar sozinha”.

Além do enfretamento, o diálogo com a coordenação dos CRAS e CREAS e com a gestão da política de assistência social também foram apontados como estratégia para enfrentar os limites institucionais. Para Deise (2019), essas reuniões são espaços importantes, porque nelas são discutidas “nossas angústias, anseios e desejos”. Karine (2019) destaca o diálogo como um espaço para conseguir enfrentar as dificuldades do trabalho em rede, que muitas vezes acaba esquecendo a perspectiva intersetorial e ocorrendo de forma fragmentada. “Estávamos com casos parados por falta de diálogo com a rede [...] temos diversos casos que não conseguimos encaminhar para o psicólogo clínico. Então fomos conversar com o coordenador da proteção social especial para ver se ele conseguia realizar esse diálogo com a saúde”.

Para Anna (2019), é necessário que o profissional seja criativo: “temos que dar o nosso melhor, fazer o possível e o impossível. Se só tem um pacote de biscoito creme craque para 20 pessoas, vamos trabalhar para que as 20 sejam contempladas. Aqui, o pessoal é muito das leis, mas precisamos pensar nos usuários”. Esse posicionamento pode fazer com que muitos profissionais tragam para o âmbito da autoculpabilização a ineficiência das políticas públicas. Quando a assistente social diz que os profissionais são das leis e que deve ser feito o possível e o impossível, percebemos a ausência de um debate crítico sobre as problemáticas cotidianas dos espaços sócio-ocupacionais.

Os profissionais devem ter compromisso ético, mas também devem compreender os seus limites; isso não significa deixar de fazer o que está ao seu alcance, por exemplo, a assistente social Mariana (2019) cita que uma das suas estratégias diante de cenário de corte de direitos é ver “outros canais da política para tentar suprir essa necessidade. [...] por exemplo, uma família chegou necessitando da concessão de um auxílio natalidade, para tentar amenizar a situação de vulnerabilidade, como esse auxílio está suspenso, tentamos inserir essa família no benefício da cesta básica”. Mas é preciso reconhecer também que a luta e o enfrentamento são essenciais para a materialização dos direitos sociais dos usuários daquele serviço.

Considerações finais

Diante de todo percurso construído neste trabalho, podemos concluir que o objetivo geral proposto, de analisar a dimensão técnico-operativa a partir do exercício profissional de assistentes sociais inseridos nos CRAS e CREAS do município de Aracaju, conseguiu ser alcançado. Para atingi-lo, propomos os seguintes objetivos específicos: contextualizar o debate sobre a dimensão técnico-operativa no âmbito do Serviço Social brasileiro; contextualizar a trajetória histórica da assistência social na realidade brasileira; apreender a dimensão técnico-operativa do exercício profissional dos assistentes sociais inseridos em CRAS e CREAS.

Para responder ao primeiro objetivo, realizamos uma contextualização histórica sobre o exercício profissional do assistente social no contexto brasileiro. Para isso, recorremos ao debate que trata sobre a emergência do Serviço Social ligado diretamente às necessidades do modo de produção capitalista, especificamente quando o Estado começa a responder através de políticas sociais às expressões da questão social. Como nosso foco era trazer o debate da dimensão técnico-operativa do Serviço Social na realidade brasileira, trouxemos alguns aspectos pertinentes da década de 1930, ano que começa embrionariamente as primeiras

legislações brasileiras. É nessa mesma década que surgem em São Paulo – 1936, e no Rio de Janeiro – 1937, as primeiras escolas de Serviço Social, como resultado da aliança entre Estado, Igreja e empresariado.

Logo nos seus primeiros anos, o Serviço Social vai ter como base os ensinamentos doutrinários do Serviço Social franco-belga. Com o crescimento do desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, o proliferamento do proletariado urbano, a profissão vai adquirindo contato com outras correntes teóricas; uma delas será a corrente teórica positivista do Serviço Social norte-americano, principalmente através das produções teóricas de Mary Richimond. Dessa forma, começa a ser difundido no Brasil um tipo de intervenção, composta por três etapas: estudo, diagnóstico e tratamento, sendo assim denominado de Serviço Social de Caso.

Mesmo com a presença do Serviço Social de Caso, outros instrumentos de intervenção vão sendo implementados pelos assistentes sociais, como por exemplo o Serviço Social de grupos, que surge com finalidade terapêutica para solucionar problemas pessoais e de socialização, ajustando assim os indivíduos às normas e valores vigentes. Com a inserção dos assistentes sociais nas comunidades, um outro tipo de metodologia interventiva vai emergir: é o desenvolvimento de comunidade. As intervenções nesse contexto começam a ser através de equipes multiprofissionais, e o objetivo era contribuir para o progresso da comunidade e conseqüentemente para o progresso nacional.

O cenário de efervescência popular, iniciado nos anos de 1950, adentra com mais intensidade em 1960, principalmente com a entrada de João Goulart e sua perspectiva de fortalecimento das reformas de base e dos movimentos sociais. Os ideais do governo de Jango eram considerados ameaçadores para o modo de produção capitalista e, por esta razão, em abril de 1964, é instaurado no Brasil um regime ditatorial, patrocinado pelo governo norte-americano. A ditadura militar brasileira, que perdurou até 1985, foi composta por sucessivas gestões militares que centralizavam, através do executivo presidencial, todos os poderes necessários para governar a nação brasileira.

No contexto ditatorial, surge um movimento no Serviço Social latino-americano denominado como reconceituação do Serviço Social, do qual o Brasil participa. Netto (2015), ao fazer análise do Serviço Social brasileiro entre os anos sessenta e oitenta, visualiza processos de redimensionamento da profissão que ele denomina enquanto renovação do Serviço Social. A renovação do Serviço Social brasileiro, segundo o autor, foi constituída por três direções: a modernização conservadora, que estava atrelada a perspectiva desenvolvimentista proposta pela ditadura militar e tinha como elementos norteadores os documentos produzidos nos

seminários Araxá e Teresópolis; a reatualização do conservadorismo aparece aliada aos profissionais adeptos ao lado conservador do Serviço Social e teve como principais encontros os seminários de Teresópolis e Sumaré; essa direção resgata através da fenomenologia, em conjunto com os ensinamentos doutrinários católicos, um tipo de intervenção profissional baseada no diálogo e na transformação social do indivíduo; a intenção de ruptura é a única que propõe a erosão do conservadorismo profissional. Essa perspectiva é resultante de uma vanguarda profissional que não concordava com os direcionamentos elencados pela modernização conservadora presente nas direções mencionadas.

Apesar de não ter conseguido se alastrar nos anos iniciais da ditadura militar, com a entrada do movimento redemocratização brasileiro a vertente intenção de ruptura passou a ganhar mais força. O marco inicial foi a experiência do método BH e, posteriormente, se espalhou para os muros fora das universidades. Dos ganhos obtidos a partir da intenção de ruptura, podemos citar o crescimento da produção intelectual da categoria, a partir do contato com o materialismo histórico dialético. Nesse contexto, começou-se a compreender a profissão enquanto produto histórico e resultante do modo de produção capitalista.

Além disso, o Serviço Social se põe na contracorrente ao defender um projeto ético político vinculado às demandas da classe trabalhadora e na emancipação dos indivíduos sociais. Outra conquista obtida foram as revisões curriculares: a de 1982, que introduziu a teoria social de Marx na formação profissional, e as diretrizes curriculares de 1996, apresentando a questão social como elemento norteador do exercício profissional do assistente social e trazendo também a necessidade da intervenção profissional, pautada na articulação das dimensões teórico-metodológica; ético-política e técnico-operativa. Essas dimensões quando materializadas de forma articulada possibilita ao profissional a efetivação de respostas pautadas numa concepção crítica e não imediatistas e irrefletidas.

O segundo objetivo contextualizou historicamente a assistência social na realidade brasileira, especificamente da década 1930 até a cena contemporânea. Nos anos iniciais, a assistência social estava intensamente atrelada a atividades filantrópicas, mesmo tendo o Estado como mediador para sua efetivação. No governo de Vargas vão ser criadas algumas instituições caracterizadas como da área da assistência social, quais sejam: o CNSS, a LBA, o SESI, o SENAI, o SENAC, o SESI e a fundação Leão XIII. O CNSS era responsável por ofertar subvenções às entidades que trabalhavam na área da assistência social. Já a LBA foi criada para dar suporte às famílias dos pracinhas, que foram convocados para a Segunda Guerra Mundial. Com o desfecho da Guerra a instituição ficou responsável por ofertar serviços de maternidade,

infância e adolescência. A Fundação Leão XIII surge através de uma aliança firmada entre governo federal e igreja católica. Seu objetivo era ofertar serviços para as comunidades ao mesmo tempo em que se realizava uma recuperação moral da família proletária. Já as demais instituições do sistema “S” emergem como resultantes da aliança entre governo e empresariado, com a finalidade de qualificar a mão de obra dos jovens da classe trabalhadora e, assim, contribuir para o desenvolvimento industrial do país. O que percebemos, portanto, é que embora exista a participação estatal nessas instituições assistenciais, não podemos dizer que estas eram regulamentadas por uma política pública.

Os traços paternalistas e clientelistas, que ainda hoje podem ser identificados na realidade brasileira, estiveram presentes nessas instituições; um exemplo disso era a ligação estabelecida entre a LBA e o primeiro damismo. Já o CNSS, na oferta das subvenções para entidades, estava envolvido em desvios de verbas e favorecimentos políticos.

Somente com a constituição Federal de 1988 podemos trazer a assistência social para a esfera da política pública. Inserida no tripé da seguridade social em 1988, essa política teve que enfrentar diversos embates para efetivação da sua lei orgânica, que só acontece em 1993. Mesmo assim, o governo de FHC cria o Programa Comunidade Solidária, paralelo e divergente do que estava preconizado na LOAS. Dessa forma, podemos dizer que a LOAS começa a ganhar materialização a partir da PNAS 2004 e da NOB-SUAS 2005, embora sofrendo com os conflitos da conjuntura neoliberal.

No terceiro objetivo, trouxemos como proposta compreender a dimensão técnico-operativa dos assistentes sociais inseridos nos equipamentos CRAS e CREAS de Aracaju. A pesquisa foi realizada com nove assistentes sociais através de entrevistas semi-estruturadas. Obtivemos, através das análises realizadas, uma gama de informações que nos possibilitaram chegar nas seguintes conclusões: as assistentes sociais que compuseram a amostra fazem parte do quadro efetivo de funcionários da Secretaria Municipal de Assistência Social de Aracaju, e cumprem a carga horária de 30 horas semanais, embora essa Secretaria seja também composta por profissionais contratados, devido à ausência de concurso público.

A respeito da formação das assistentes sociais, todas são formadas pela modalidade de ensino presencial. Seis são formadas por universidades públicas e três são formadas por instituições de ensino particulares. Dessas profissionais, todas possuem pós-graduação lato sensu. Duas que foram formadas por universidades públicas possuem pós-graduação strictu sensu – mestrado – concluído; dessas duas, uma está fazendo doutorado. Das três profissionais

formadas em faculdades particulares, apenas uma encontra-se realizando pós-graduação strictu sensu – mestrado.

Quando indagadas sobre a contribuição da secretaria municipal de assistência social para a capacitação continuada, apenas uma assistente social relatou que a instituição não contribui. As demais profissionais citaram que geralmente essa contribuição ocorre através de cursos e palestras, e duas dessas oito fizeram a ressalva de que esses cursos são bastante pontuais e que, por esta razão, não podem ser considerados totalmente como uma capacitação. O que percebemos, portanto, é que atividades esporádicas acabam não suprimindo a necessidade de uma capacitação qualificada. Um exemplo a ser citado é ausência do Capacita Suas, realizado em Sergipe pela última vez em 2013. Esse curso “tem o objetivo de garantir oferta de formação e capacitação permanente para profissionais, gestores, conselheiros e técnicos da rede socioassistencial do SUAS para a implementação das ações dos Planos de Educação Permanente, aprimorando a gestão do SUAS nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios”. (MDS, 2020, p. 1).

Com relação a aproximação com o debate da dimensão técnico-operativa, oito disseram que ocorreu durante a disciplina de estágio e uma destacou que recordava da discussão, mas não lembrava em qual disciplina tinha ocorrido. Quando indagadas sobre a concepção de dimensão técnico-operativa, teórico-metodológica, ético-política e investigativa, percebemos uma dificuldade de expressão, principalmente em abordar essas dimensões de forma articulada, pois apenas 55% das entrevistadas trouxeram em suas falas a importância de compreender a articulação entre essas dimensões e uma profissional não conceituou sua concepção acerca dessas dimensões. Tivemos ainda duas assistentes sociais que relataram terem tido algumas dificuldades ao entrar em seus respectivos espaços sócio-ocupacionais. Por meio dos fragmentos delas, observamos uma concepção distorcida sobre a relação teoria e prática.

Sobre os instrumentos utilizados, a visita domiciliar, o relatório social, a entrevista, as reuniões de grupos e o parecer social, foram destacados como principais instrumentos acionados no exercício profissional. No caso do parecer, percebemos que sua utilização sempre esteve associada a concessão de benefícios eventuais. Para Maria (2019), o termo parecer deveria ser evitado nos outros documentos, pois algumas requisições do judiciário tendem impor ao assistente social a emissão de opiniões que não são competência nem atribuições desses profissionais na política de assistência social. Quanto a relação que as profissionais conseguem fazer entre o uso desses instrumentos e o debate da instrumentalidade, observamos

algumas dificuldades. Apenas três assistentes sociais conseguiram abordar esse debate e, ainda assim, uma assistente social destacou que a relação ocorre de forma fragilizada.

No que diz respeito a utilização do planejamento, todas destacaram que o utilizam no plano do pensamento, mas na escrita, devido aos determinantes do exercício profissional, esse não consegue ser materializado. Percebemos, portanto, uma fragilidade no processo de articulação entre pensamento e materialização desse. Além disso, algumas demandas espontâneas, principalmente no CRAS, que é equipamento de porta aberta, acabam exigindo respostas imediatas.

Com relação as principais demandas recebidas pelas assistentes sociais, podemos destacar: a concessão de benefícios eventuais, as requisições do ministério público a partir dos casos de negligência e maus-tratos de idosos, e as do Tribunal de Justiça relacionadas a mulheres vítimas de violência doméstica, crianças e adolescentes vítimas de maus tratos, abuso, exploração ou negligencia. Um aspecto a ser observado é que, com exceção da concessão de benefícios eventuais, que é uma demanda de maior procura dentro dos CRAS, as demais podem ser consideradas como demandas das profissionais dos CRAS e dos CREAS.

No tocante as respostas apresentadas frente a essas situações, apesar de estarem em níveis de complexidade diferentes, instrumentos em comum acabam sendo utilizados. As principais formas de respostas citadas foram: acolhimento, realização de visitas domiciliares para acompanhamento e a realização de grupos. No caso da construção dos grupos, nos CRAS geralmente acontecem voltados para o público que está recebendo o benefício eventual de cesta básica. Já as requisições do judiciário nesse equipamento costumam ser respondidas por meio de visitas domiciliares e na inserção no SCFV. Com relação aos CREAS, os grupos costumam ser implementados para trabalhar com as crianças e adolescentes vítimas de abuso, exploração sexual ou negligencia, mulheres vítimas de violência doméstica e adolescentes em cumprimento de PSC. Já as demandas do Ministério Público relacionadas ao público idoso costumam ser respondidas através de visitas domiciliares e também através de reuniões com as famílias.

A respeito das condições de trabalho, com exceção de Ana, gestora do CRAS, todas as outras profissionais falaram sobre a ausência de recursos humanos e de como este fator, aliado ao aumento constante das demandas, neste cenário intenso de cortes nas políticas sociais, tem prejudicado o cotidiano interventivo e contribuído para um adoecimento profissional. Além disso, cinco profissionais falaram sobre a ausência de estrutura física existente nos

equipamentos em que estão inseridas. Tal aspecto tem implicado em dificuldades para materialização de alguns tipos de serviços.

Percebemos também que a postura adotada pela prefeitura, ao instalar câmeras nos equipamentos, acaba colocando usuários e profissionais em uma situação vexatória. Uma das formas apresentadas para resolutividade dessa situação foi o enfretamento realizado pelo CRESS, em conjunto com o Conselho Regional de Psicologia (CRP). Embora não se tenha conseguido retirar de todas as salas, nos recintos de atendimento aos usuários a categoria obteve êxito. Uma outra forma de enfrentar os limites institucionais tem sido através do diálogo com a coordenação e gestão da política de assistência social, e a tentativa de estabelecer parcerias com a rede.

Por fim, concluimos que, mesmo tendo dificuldades para conceituar e estabelecer a articulação entre as dimensões técnico-operativa, teórico metodológica, ético-política e investigativa, as profissionais apresentaram através das suas falas um comprometimento ético com as demandas e respostas do exercício profissional. Sabemos que o cenário tem sido de desafios e que a ausência de capacitação continuada, as limitações das políticas públicas e formação acadêmica precarizada podem ser grandes empecilhos para efetivar uma intervenção profissional comprometida com o projeto ético-político da profissão.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

AGUIAR, G. de A. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, A. A. **Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

AMARAL, A. S. do. A política nacional de pós-graduação e suas relações com o Serviço Social. **Katálisis**, Florianópolis. v. 15, n. 2. 2012.

BEHRING, E. R. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, E. R; ALMEIDA, M. H. de. (org.). **Trabalho e Seguridade Social: Percursos e dilemas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 152-174.

_____. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOCHETTI, I. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. Brasília: UNB, 2001.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 8 jan. 2020.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**. Brasília, DF: Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome, 2006, 45 p.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome, 2006, 178 p.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Sócioassistenciais**. Brasília, DF: Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome, 65 p. 2014.

CARDOSO, M. F. M. **Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social**. São Paulo: LTC, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em: 30 nov.

2018.

_____. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005.

_____. **Código de Ética do Assistente Social**. 10. ed. Brasília: CFESS, 2011.

_____. Parecer jurídico n.º 27/98. São Paulo: CFESS 1998. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2017/10/parecer-cfess-27-98.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2018.

_____. **Por que dizer não ao Programa Criança Feliz**. Brasília: CFESS, 2017.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE – UNIFEBE. **Manual de orientações metodológicas**. 2011. Disponível em: http://www.unifebe.edu.br/03_unifebe/12_biblioteca/documentos/ManualMetodologia_15ago2011.pdf. Acesso em: 24 de outubro de 2016.

COUTO, B. R; YAZBEK, M. C; RAICHELLIS, R. A Política Nacional de Assistência Social. In: COUTO, B. R. YAZBEK, M, C; SILVA, M. O. S; RAICHELLIS, R. (org.). **O Sistema único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 61-92.

COUTO, B. R. Assistência social: direito social ou benesse?. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 124, p. 665-677, out/dez. 2015.

_____. **Direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível?. São Paulo: Cortez, 2006.

DRAIBE, S. M. O WelfareState no Brasil: Características e Perspectivas. **Caderno de Pesquisa Nº 08**. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP. Unicamp, 1993.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**. v. 115, n. 1, p. 139-54, 2002. Disponível em www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.

FÁVERO, E. T. O Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária. In: CFESS. (org.). **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**: contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciária e na Previdência Social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Partido Comunista do Brasil. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>. Acesso em: 19 fev. 2020.

GUERRA, Y. A Dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 45-74.

GUERRA, Y. **A conquista da maioria**: o debate sobre “a instrumentalidade do Serviço Social” 18 anos depois. Rio de Janeiro: Cortez, 2013.

_____. Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. In: CFESS; ABEPSS; UNB. **Capacitação em Serviço Social e política social**. Módulo 4. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS/UNB, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 85-101.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: Ensaio crítico. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 187-227.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Informações sobre o município de Aracaju. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju>. Acesso em: 21 fev. 2020.

LAVILLE, C; DIONNE, J. **A construção do Saber**: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

MATOS, M. C. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 678-698, 2015.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MIOTO, C. R; LIMA, T. C. S. de L. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Textos e contextos**, Porto Alegre, v 8, nº 1, p. 22-48, jan./jun. 2009.

_____. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 124, p. 699-720, out./dez. 2015.

MOTA, A. E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, C. **A Natureza do Serviço Social**: um ensaio crítico sobre sua gênese, a “especificidade e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **A produção e a divulgação do conhecimento**: reflexões sobre o método crítico-dialético. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2013. p. 11-28.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Introdução ao método da teoria social. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009, p.667-700.

_____. O movimento de reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 84, 2005.

_____. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, nº3, 2001.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social e sua imagem**: avanços e continuidades de um processo em construção. Tese (Doutorado em Serviço Social). 303 f. - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007.

PEREIRA, L. C. B. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2020.

_____. A reforma gerencial do Estado de 1995. **Revista de Administração Pública**. São Paulo, v. 34, nº 4, p. 7-26, jul./ago. 2000.

PREFEITURA DE ARACAJU. **Dados sobre os equipamentos e serviços da política de assistência social**. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/assistencia_social/protecao_social_basica. Acesso em: 28 jan. 2020.

_____. **Dados sobre os equipamentos e serviços da política de assistência social**. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/assistencia_social/protecao_social_especial. Acesso em: 28 jan. 2020.

_____. **Dados sobre os equipamentos e serviços da política de assistência social**. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/assistencia_social/unidades_de_atendimento_da_assistencia_social. Acesso em: 28 jan. 2020.

RAICHELLES, R. O trabalho do assistente social na esfera estatal. **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. São Paulo: ABEPSS, 2009.

SARMENTO, H. B. M. Instrumental técnico e o Serviço Social. In: SANTOS, C.; BACK, S.; GUERRA, Y. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 103-120.

SARMENTO, H. B. M. **Instrumentos e Técnicas em Serviço Social**: elementos para uma rediscussão. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). - Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1994.

SANTOS, I. G. G; ARANHA, M. L. A noção de competência no Serviço Social: um estudo a partir de produções acadêmicas da área. In: MACHADO, M; L; SANTOS, V. N; BORGES. L. J. (org.). **Mercado de trabalho, qualificação e “competência” profissional: desafios para o/a assistente social**. São Cristóvão: UFS, 2017. p. 11-44.

SANTOS, C. M dos. **Os instrumentos e técnicas**: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. 2006. 248 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SANTOS, J. S. **Particularidade da “Questão Social” no Capitalismo Brasileiro**. 2008. 222 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, M. C; FILHO, R. S; BACKX, S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para o debate. In: SANTOS, C.; BACK, S.; GUERRA. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 103-120.

SANTOS, J.S. et al (org.). Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 101, p. 146-176, jan./mar. 2010.

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça**: A política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TRINDADE, R. L. P; SILVA, M. D. A. A presença masculina no Serviço Social e a inserção no mercado de trabalho profissional na atualidade. In: GONÇALVES, M. C.V; SANTOS, V. N; SANTOS, T. M. (org). **Temas contemporâneos no Serviço Social um convite a reflexão**. São Cristóvão: UFS. p. 121-144.

SILVA, A. M. Serviço Social e Mercado de Trabalho: em questão os desafios e dilemas profissionais. In: MACHADO, M. L.; SANTOS, V. N.; BORGES. L. de J. (org.). **Mercado de trabalho, qualificação e “competência” profissional: desafios para o/a assistente social**. São Cristóvão: UFS, 2017. p. 105-127.

SILVEIRA, J. I. Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, s/v nº 130, p. 487-506, set./dez. 2017.

SISTEMA DE CADASTRO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Disponível em: <https://www.google.com/search?xsrf=ACYBGNTwXhdlnUnylgZ5wYi6WSBnsKx6Lw:1568838>

066740&q=CADSUAS&spell=1&sa=X&ved=0ahUKEwj_rWdmdvkAhVIJrkGHYIGA0UQBQguKAA&biw=1366&bih=657. Acesso em: 6 dez. 2018.

SOUSA, C. T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**: Ponta Grossa, v. 8, n.1, p.119-132, 2008.

SZYMANSKI, H. **A Entrevista na Pesquisa em Educação**: a prática reflexiva. Brasília: Plano Editora, 2002.

SILVEIRA, J. I. Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, s/v n° 130, p. 487-506, set/dez. 2017.

TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Temporalis**. São Paulo, n° 4, jul/dez. 2001.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SOCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

Disponível

em:http://www.polo.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_estudo_de_caso_como_modalidad_e_de_pesquisa.pdf. Acesso em: 13 set. 2018.

VIEIRA, B. O. **Serviço social processos e técnicas**. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1969.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

YASBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O_significado_socio-_historico_da_profissao%20Yasbek.pdf. Acesso em: 24 nov. 2018.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Disponível em:<<http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam, 2001.

APENDICES

APÊNDICE I

QUESTIONARIO DE ENTREVISTA

I - DADOS SOBRE O PROFISSIONAL

- 1- Idade:
- 2- Sexo:
- 3- Ano de formação:
- 4- Instituição de Formação:
Pública () privada () Nome da Instituição _____
Modalidade de ensino: () EAD () presencial
- 5- Tempo de serviço no equipamento em que está trabalhando:
CRAS () _____ CREAS () _____
- 6- Carga Horária (semanal):
() 30 horas () 40 horas () outras. Quantas? _____
- 7- Vínculo empregatício:
() CLT () Estatutário () Terceirizado () Contrato () Comissionado
() Outros/ Especificar _____.
- 8- Trabalha em outro serviço como assistente social? Se sim, em qual instituição e qual o tipo de vínculo?
- 9- Possui Pós-graduação: Strictu sensu / concluída () cursando () Qual?
Lactu sensu concluída () cursando () Qual?
- 10- A instituição em que trabalha contribui para qualificação profissional continuada? Se sim de que forma?
- 11- Participa de eventos, congressos, e/ou seminários da categoria? Se sim, quais?

II - PERGUNTAS ESPECÍFICAS

Bloco I: Concepção/aproximação com a dimensão técnico-operativa

- 1- Durante a sua formação acadêmica, teve contato com o debate da dimensão técnico-operativa?
() Sim, em algumas disciplinas. Quais? _____
() Sim, durante estágio.

- () Sim, durante o TCC
- () não, em nenhum momento.
- () Outros. Exemplifique _____
- 2- Qual a sua concepção de dimensão técnico-operativa; teórico-metodológica e ético-política e investigativa?

Bloco II: Demandas/respostas profissionais

- 3- Quais as principais demandas que chegam ao Serviço Social, requisitadas pelos usuários do serviço?
- 4- Quais as principais respostas apresentadas por você frente as demandas requisitadas pelos usuários?
- 5- Quais as principais demandas requisitadas pela instituição?
- 6- Quais as principais respostas apresentadas por você frente as demandas institucionais?
- 7- Costuma utilizar planejamento antes de operacionalizar suas intervenções?
- 8- Quais os principais instrumentos utilizados em sua intervenção, para atender as demandas?

Laudos Sociais ()

Entrevistas Sociais ()

Estudos Sociais ()

Relatórios Sociais ()

Pareceres Sociais ()

Visitas domiciliares ()

Reuniões de grupo ()

Outras () Especifique: _____

Consegue relacioná-los ao debate da instrumentalidade? Se sim, explique de que forma.

Bloco III: Aparato legal, condições de trabalhos, desafios e estratégias

- 9- Quais arcabouços legais da profissão você faz uso durante suas intervenções
- () ECA
- () Estatuto do idoso
- () LOAS
- () Código de Ética profissional
- () Lei de Regulamentação da profissão (Lei nº 8662/1993)

() Diretrizes Curriculares de 1996.

() Outras. Quais ?

10- Considera as condições de trabalho ofertadas no âmbito da política de assistência social adequadas para responder as demandas do seu exercício profissional?

11- Quais são os desafios encontrados, na atual conjuntura, para responder as demandas do seu exercício profissional?

12- Quais as possibilidades (meios e estratégias) que você consegue materializar para o enfrentamento dos limites institucionais da política de assistência no atual contexto.

Apêndice II

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada: **“A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: um estudo com assistentes sociais inseridos na Política de Assistência Social do município de Aracaju”** que será desenvolvida por Suellen Emilly dos Santos, aluna do Programa de pós-graduação em Serviço Social. A pesquisa será orientada pela professora da Universidade Federal de Sergipe, Dra. Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves.

A pesquisa tem por objetivo refletir sobre a dimensão técnico-operativa na política de assistência. O estudo será desenvolvido através da aplicação de formulário de entrevista, com alguns assistentes sociais que atuam nos CRAS e CREAS do município de Aracaju. Para facilitar o processo de registro dos dados, a entrevista será gravada. O estudo tem como objetivos:

- Contextualizar o debate sobre dimensão técnico-operativa, no âmbito do Serviço Social brasileiro.
- Discutir sobre as implicações do atual contexto neoliberal brasileiro sobre a política de assistência social, e seus rebatimentos nas demandas do exercício profissional do assistente social.
- Identificar as principais demandas apresentadas ao Serviço Social e as respostas materializadas pelos assistentes sociais no cotidiano profissional.

Destacamos que o estudo proposto contempla todos os requisitos éticos previstos na legislação atual e enfatizamos o nosso interesse em disponibilizar para você os dados gerados,

bem como, os resultados finais do estudo. Desse modo, serão respeitados os aspectos éticos, presentes na Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde- Brasília- DF e demais resoluções complementares à mesma.

Nós garantimos o sigilo absoluto da sua identidade, no entanto, solicitamos seu consentimento para que os dados obtidos nesta pesquisa sejam divulgados e apresentados em congressos ou publicados posteriormente. **Em nenhum dos casos haverá a identificação dos participantes.**

Ressaltamos que, conforme a Resolução do CNS 466/12, todo projeto de pesquisa que envolve ser humano há riscos mínimos aos participantes. Assim, os riscos e desconfortos mínimos desta pesquisa são os seguintes: Conseguir espaços adequados para realização das entrevistas; e ausência de privacidade na realização das entrevistas. Já com relação aos benefícios desta pesquisa são os seguintes: Possibilitar que os profissionais entrevistados possam refletir sobre seu exercício profissional, e as demandas que estão sendo postas no atual contexto que permeia a política de assistência social. Além disso, permitirá que o profissional possa refletir sobre os limites e possibilidades para materialização da dimensão técnico-operativa no exercício profissional, assim como a importância desta dimensão ser efetivada de forma crítica e em articulação com as dimensões teórico-metodológica; ético-política e investigativa.

Esclarecemos que você é livre para interromper a sua participação a qualquer momento, sem justificar sua decisão. Seu nome não será divulgado, você não terá despesas e não receberá dinheiro por participar do estudo.

Qualquer esclarecimento ou dúvida estará a sua disposição.

- Suellen Emilly dos Santos, tel: (79) 999830947;
- Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves, Professora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, tel: (79) 3194-6357 (UFS) e (79) 988421013.

Após estes esclarecimentos, eu _____, concordo em participar do estudo **“A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: um estudo com assistentes sociais inseridos na Política de Assistência Social do município de Aracaju”**, que será desenvolvido por Suellen Emilly dos Santos, aluna do curso de Pós-graduação em Serviço Social e orientada pela professora da Universidade Federal de Sergipe, Dra. Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves. **Fui devidamente informado e esclarecido**

sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade. Declaro ainda consentir com a divulgação, apresentação e publicação dos dados que serão resultantes deste estudo, sem identificação nominal de nenhum participante.

Aracaju, ____ de _____ de ____

Assinatura do Participante

ANEXOS

Anexo 01**Declaração de autorização da instituição para realização da pesquisa****DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

Declaro, para os devidos fins, que o (a) pesquisador (a) Suellen Emilly dos Santos, com RG nº 2297466-0 SSP/SE está autorizado (a) a realizar pesquisa em alguns Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) referenciados no município de Aracaju, tal serviço está vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada no Centro Administrativo Prefeito Aloísio Campos, Rua Frei Luís Canelo de Noronha, nº 42, Conjunto Costa e Silva, Aracaju- SE.

De acordo e ciente,

Aracaju, 28 de maio de 2019.


Antonio Bittencourt Junior
Secretaria Municipal da Família e da
Assistência Social - SEMPAS
Nome/RC. do Diretor ou responsável pela Instituição

Anexo II
Parecer do comitê de ética



UFS - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA NO SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO COM ASSISTENTES SOCIAIS INSERIDOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARACAJU

Pesquisador: SUELLEN EMILLY DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 15579219.1.0000.5546

Instituição Proponente: Programa de Pós Graduação em Serviço Social

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.562.368

Apresentação do Projeto:

A apresentação do projeto foi retirada do documento INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1336294.pdf, postado na Plataforma Brasil em 30/07/2019.
INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa tem por objeto compreender “como vem sendo materializada a dimensão técnico-operativa dos assistentes sociais inseridos nos equipamentos CRAS e CREAS do município de Aracaju”. Ressalta-se como um das justificativas relevantes para esse estudo a necessidade de entender a instrumentalidade profissional para além da utilização dos instrumentos e técnicas. Torna-se essencial debater a dimensão técnicooperativa no interior da categoria profissional para que sejam construídos caminhos de uma intervenção qualificada. Além disso, Sarmiento (2012, p.109) aponta para o “[...] constante ‘apelo’ por ‘respostas’ acerca dessa dimensão interventiva por parte dos estudantes de graduação, pósgraduação e de profissionais que estão atuando na área do Serviço Social.”. Destaca-se ainda que embora a discussão da dimensão técnico-operativa seja considerada como relevante, o debate acerca da referida dimensão, tem sido desconsiderado “[...] pela atual produção acadêmica, pela formação profissional e pelo debate da categoria [...]Tal lacuna se explica (mas não se justifica) pelo receio de incorrer nos velhos ranços do Serviço Social tradicional.”. (GUERRA, 2013, p. 48, suprimimos). Um dos desafios dessa pesquisa, é, portanto,

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

UF: SE

Município: ARACAJU

CEP: 49.060-110

Telefone: (79)3194-7208

E-mail: cephu@ufs.br



UFS - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE



Continuação do Parecer: 3.562.368

contribuir com a construção de arcabouços teóricos que subsidiem a discussão dessa dimensão. Durante o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Dimensão técnico-operativa: um estudo a partir de relatórios de estágio”, que teve como universo os relatórios produzidos pelos estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe no campo sócio ocupacional da assistência social, dentre os resultados, identificou-se discussões sobre a dimensão técnico-operativa que apontaram para fragilidades nas concepções apresentadas pelos discentes. Dos 19 relatórios analisados, sete não apresentaram em seu conteúdo a discussão da dimensão técnico operativa, desses 19 relatórios, oito, ainda, não apresentaram a discussão da relação teoria e prática. Além disso, os relatórios traziam informações bastantes sucintas sobre os instrumentos e técnicas utilizados, as demandas apresentadas ao Serviço Social e algumas concepções da relação teoria e prática de forma dicotômica. Diante dessas dificuldades dos discentes em expressar a discussão da dimensão técnico operativa nos seus relatórios de estágio, percebeu-se a necessidade de aprofundar o debate desta dimensão a partir de uma pesquisa de campo com assistentes sociais inseridos na política de assistência social. Dessa forma será possível realizar um estudo com os campos empíricos em que estavam inseridos os estagiários. Destaca-se que o interesse pelo campo sócio ocupacional da política de assistência social vem desde a graduação, a partir da realização do estágio curricular não obrigatório no controle social desta política. Acerca da histórico de efetivação da Assistência Social enquanto política pública, a sua inserção ocorre em conjunto com as políticas de Saúde e Previdência Social. É regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social 8112/93 (LOAS), alterada pelas leis nº 12.435/2011 e nº 12.470/2011, e pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Sua eficácia como política pública, necessita da articulação com as demais políticas da Seguridade Social, contudo, sabe-se que em tempos neoliberais, as políticas sociais tendem a ser cada vez mais setorizadas e fragmentadas, dificultando uma possível intersetorialidade. A Política de Assistência Social segundo a LOAS, organiza-se pelos seguintes tipos de proteção: A Proteção Social Básica – PSB, e a Proteção Social Especial – PSE. A PSB visa prevenir situação de vulnerabilidade e risco social através do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com ações de caráter preventivo, e foco na convivência, socialização, acolhimento e etc., sendo desenvolvida de forma direta pelos Centro de Referência em Assistência Social – CRAS. A PSE tem por objetivo a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, e o fortalecimento das potencialidades e aquisições protegendo as famílias e indivíduos que estejam em situação de violação de direitos. Seu público destina-se a pessoas em situação de risco pessoal ou social, e em rompimento dos vínculos familiares e comunitários. A proteção Social

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

E-mail: cephu@ufs.br



UFS - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE



Continuação do Parecer: 3.562.368

Especial está dividida em média complexidade e alta complexidade (BRASIL, 2018). A média complexidade, pode ser ofertada pelos Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS. O assistente social na política de assistência, assim como em outros campos sócio ocupacionais, devem se abster de posturas funcionalistas e pragmáticas, que reforce atitudes conservadoras diante das demandas dos usuários dos serviços. (CFESS, 2011). Dentre os procedimentos que podem ser realizados pelo assistente social nesta política, pode-se destacar: realização de pesquisas para identificar as demandas e formular os planos de assistência social; executar programas, projetos e benefícios; favorecer a participação dos usuários e movimentos sociais no controle social; planejar, administrar e acompanhar os recursos orçamentários destinados aos CRAS e CREAS; desenvolver estudos sistemáticos com as equipes de referência dos CRAS e CREAS, sobre a realidade territorial e planejamento das ações; realizar espaços coletivos de socialização de informações e direitos sociais; realizar visitas, perícias técnicas, laudos, pareceres e estudos socioeconômicos; realizar atendimentos individuais ou grupais; ocupar função de direção ou coordenação nos equipamentos da política de assistência social; participar dos conselhos enquanto conselheiro e/ou parte da secretaria executiva; organizar e/ou coordenar as conferências da política de assistência social; e supervisionar estagiários de Serviço Social. (CFESS, 2011). É importante destacar que as atribuições e competências do assistente social independente do espaço sócio ocupacional, devem ser pautadas na Lei de Regulamentação da Profissão de nº 8662/93, no Código de Ética de 1993, nas Diretrizes Curriculares de 1996, isto é, nas direções defendidas pelo projeto ético político da profissão. Essas normativas devem ser respeitadas tanto pelos profissionais, quanto pelas instituições empregadoras. Com relação ao trabalho do assistente social na política de assistência social, percebe-se que diante dos moldes em que a política social vem se apresentando muitos profissionais acabam sendo requisitados para o preenchimento de fichas e formulários, ou seja, sua intervenção é polarizada por atividades meramente burocráticas, se distanciando dos princípios elencados pelo projeto ético político, o qual reafirma através das diretrizes curriculares de 1996 que a intervenção profissional deve ter como pressuposto a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, pressupondo assim a superação de atividades tecnicistas. Guerra (2012) aponta para a necessidade dos saberes interventivos do exercício profissional estarem articulados por uma perspectiva técnica, metodológica e ética. A intervenção profissional do assistente social deve ser composta por três dimensões fundamentais: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Segundo as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social de 1996, “A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

E-mail: cephu@ufs.br



UFS - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE



Continuação do Parecer: 3.562.368

ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho.”. (ABEPSS, 1996, p. 13). Essas dimensões não podem ser caracterizadas enquanto fixas ou de forma autônoma, são interatuantes, ainda que em determinadas situações da intervenção profissional possa haver o predomínio de uma sobre a outra. (GUERRA, 2013, suprimimos). Essas dimensões também devem ser aperfeiçoadas de acordo com as complexidades das demandas existentes. Apesar dessas questões “[...] A dimensão técnico-operativa é a forma de aparecer da profissão, pela qual é conhecida e reconhecida.”. (GUERRA, 2013, p. 46, suprimimos). É por meio da dimensão técnico-operativa que ocorre a visibilidade da profissão, é dela que acontece a resolutividade das demandas postas no cotidiano interventivo, que pode ser reproduções do instituído, ou, possibilitar a construção de algo novo. (GUERRA, 2013). A dimensão técnico-operativa é vista no nível da imediatez do cotidiano, apresentando as resolutividades frente as demandas apresentadas, sua intervenção só acontece de forma crítica quando mobilizada a articulação com as dimensões teórico-metodológica e ético-política e investigativa. “É na realização da dimensão técnico operativa da profissão que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um ethos profissional. É através da mesma que o assistente social articula um conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar [...]”. (GUERRA, 2012, p.42, grifos do autor, suprimimos). No que diz respeito aos rebatimentos do processo de reestruturação produtiva no exercício profissional do assistente social, embora a ampliação dos postos de trabalho a partir da municipalização das políticas sociais respiguem enquanto positivos, é necessário entender que parte dessas contratações, apontam para uma ampliação precária com incidência na fragilização dos vínculos trabalhistas. Silva (2017) sinaliza que esse aspecto pode ser evidenciado a partir das exonerações de muitos profissionais após as eleições municipais, em uma pesquisa realizada com profissionais do Recôncavo Baiano. Percebe-se, portanto, que este cenário neoliberal tem afetado substantivamente a realidade dos assistentes sociais, haja vista que parte desses trabalhadores estão submetidos aos contratos precários de trabalho, sob a lógica de políticas públicas, seletivas, focalistas, e refilantropizadas, que acabam fomentando uma intervenção tecnicista, pontual, e burocrática, limitando-se ao aparentemente exposto. (GUERRA, 2013). “Aqui a dimensão técnico-operativa tende a se restringir ao simples cumprimento de normas, regulamentos, objetivos institucionais, papeis já estabelecidos, respostas pré-concebidas no âmbito da política social estatal [...]”. (GUERRA, 2013, p. 58). Silva (2017) sinaliza que além de impactar nas condições de trabalho dos assistentes sociais, a ofensiva neoliberal do capitalismo também tem afetado os serviços disponibilizados, a oferta das políticas sociais ocorre de forma

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

CEP: 49.060-110

E-mail: cephu@ufs.br



UFS - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE



Continuação do Parecer: 3.562.368

seletiva e excludente. Para Draibe (1993) uma regra que passou a fazer parte da condução das políticas sociais foi o pagamento efetuado pelos usuários em troca dos serviços ofertados. Essa lógica submete os serviços sociais prestados ao princípio privatizador, apresentando os seguintes aspectos: o estado possibilita uma abertura para a introdução dos interesses privados; uma articulação entre setor privado (produtor de serviços) e setor público (produtor de bens e distribuidor de serviços); e a redução da participação do estado na oferta dos serviços de saúde e educação em detrimento da participação privada. As políticas sociais foram assim sendo formuladas e executadas por meio do trinômio neoliberal: privatização, focalização/seletividade e descentralização. No atual contexto neoliberal de sucateamento das políticas públicas e cortes dos direitos trabalhistas, os assistentes sociais são desafiados a intervir em demandas que contribuem para a fragmentação da articulação entre a dimensão técnico-operativa com as demais dimensões. Segundo Matos (2015) vem sendo comum no contexto atual os empregadores ditarem as formas como os assistentes sociais devem intervir. Por isso a necessidade de retomar quantas vezes forem necessárias a discussão sobre competências e atribuições privativas do assistente social expressa nos documentos normativos legais que regulamentam a profissão.

Hipótese: Diante dos determinantes da realidade, esta pesquisa parte do pressuposto que o contexto neoliberal brasileiro, tem reforçado a perspectiva de refilantropização da política de assistência social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Outros rebatimentos desse cenário é a precarização das relações trabalhistas, que sendo o assistente social participe da classe trabalhadora não está imune destas implicações. Diante deste quadro, acredita-se que os rebatimentos da atual conjuntura que circunscreve a política de assistência social têm afetado o exercício profissional do assistente social e contribuído para a materialização de respostas imediatas e burocráticas que desvinculam a efetivação da dimensão técnico operativa em articulação com as dimensões teórico-metodológica; ético-política e investigativa.

Metodologia Proposta: A presente pesquisa tem por fundamento o método materialista histórico dialético, a opção por essa escolha deu-se por compreender que a partir dele é possível desvendar a realidade para além da aparência, tratando os fenômenos na sua totalidade. Ir a essência do objeto pesquisado possibilita compreender o real, não como um todo caótico, como ocorre na aparência, mas sim como uma totalidade constituída pela síntese de múltiplas determinações, contraditórias e dinâmicas que constituem a unidade do diverso. (NETTO, 2009). Para alcançar à proposta do objeto estudado, será utilizada a pesquisa do tipo qualitativa, a partir de um trabalho

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

CEP: 49.060-110

E-mail: cephu@ufs.br



UFS - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE



Continuação do Parecer: 3.562.368

de campo, o objetivo é que por meio desse tipo de pesquisa os fenômenos sejam estudados em sua totalidade complexa, analisando as contradições impostas pela realidade social. O estudo é de caráter exploratório, com objetivo de contribuir para o aprofundamento do referido objeto. Esta pesquisa terá como campo empírico equipamentos constitutivos da política de assistência social do município de Aracaju que prestam serviços de forma direta, e sua amostragem corresponderá aos assistentes sociais inseridos nesses espaços. Os equipamentos públicos do município citado que farão parte desta pesquisa serão: os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS-PSB) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS-PSE/MÉDIA COMPLEXIDADE). Conforme pesquisa realizada no Cad-Suas (2018) esses equipamentos são compostos por 68 assistentes sociais, distribuídos da seguinte forma: 49 assistentes sociais estão inseridos nos CRAS, e 20 estão inseridos nos CREAS. O universo da pesquisa será constituído por assistentes sociais inseridos em CRAS e CREAS de Aracaju. O município de Aracaju possui 16 CRAS que estão subdivididos por distritos da seguinte forma: primeiro distrito (4 CRAS); segundo distrito (1 CRAS); terceiro distrito (1 CRAS); quarto distrito (5 CRAS); quinto distrito (5 CRAS). (PREFEITURA DE ARACAJU, 2019). Para composição de parte da amostra desta pesquisa, será escolhido um assistente social por distrito, totalizando assim cinco profissionais. Com relação aos CREAS, o município de Aracaju possui 4 no total, neste caso, a amostra será composta por um profissional de cada CREAS, sendo dessa forma, 4 assistentes sociais. Esta pesquisa terá, portanto, uma amostra total de nove assistentes sociais. A amostragem que corresponde ao recorte da população a ser estudada será caracterizada enquanto não-probabilista. Esse tipo de amostragem não apresenta elementos estatísticos, e os critérios de escolha dos sujeitos são deliberados pelo pesquisador. A amostragem será ainda do tipo intencional, segundo Gil a amostragem intencional, “[...] consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população.” (GIL, 2008, p. 94). Como procedimento metodológico primeiramente serão consultadas, fontes como: artigos, livros, dissertações, teses, e documentos sobre a referida temática, o objetivo é se aproximar da literatura que discute o tema pesquisado, e construir um quadro teórico que fundamente o objeto de estudo. A coleta de dados será realizada através de entrevistas individuais e semiestruturada, que contará com um roteiro prévio construído a partir de questões norteadoras sobre a temática abordada. Para a análise dos dados será utilizada a técnica de análise de conteúdo. Destaca-se que os participantes desta pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo preservado o sigilo das informações. Além disso serão respeitados os aspectos éticos conforme a resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

CEP: 49.060-110

E-mail: cephu@ufs.br



Continuação do Parecer: 3.562.368

do Ministério da Saúde- Brasília- DF.

Critério de Inclusão: O critério para participação desta pesquisa será assistentes sociais que estejam atuando em CRAS e CREAS do município de Aracaju disponíveis a participarem das entrevistas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar a dimensão técnico-operativa a partir do exercício profissional de assistentes sociais inseridos nos CRAS e CREAS do município de Aracaju. **Objetivo Secundário:** Contextualizar o debate sobre a dimensão técnico operativa no âmbito do Serviço Social brasileiro; Identificar as características do exercício profissional do assistente social na Política de Assistência Social; Apreender a dimensão técnico-operativa do exercício profissional dos assistentes sociais inseridos em CRAS e CREAS.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Conseguir espaços adequados para realização das entrevistas; Ausência de privacidade na realização das entrevistas.

Benefícios: Possibilitar que os profissionais entrevistados possam refletir sobre seu exercício profissional, e as demandas que estão sendo postas no atual contexto que permeia a política de assistência social. Além disso, permitirá que o profissional possa refletir sobre os limites e possibilidades para materialização da dimensão técnico-operativa no exercício profissional, assim como a importância desta dimensão ser efetivada de forma crítica e em articulação com as dimensões teórico-metodológica; ético-política e investigativa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Desfecho Primário: A partir da realização desta pesquisa espera-se refletir sobre como vem sendo materializada a dimensão técnico-operativa dos assistentes sociais nos CRAS e CREAS do município de Aracaju. Dessa forma, poderão ser construídas reflexões acerca do exercício profissional do assistente social, seus limites e possibilidades vivenciados cotidianamente.

Desfecho Secundário: A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa será possível elaborar a dissertação de mestrado em Serviço Social. Além disso, os resultados desta pesquisa serão divulgados em revistas científicas, assim como em eventos acadêmicos, principalmente aqueles que estejam relacionados a temática abordada.

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

E-mail: cephu@ufs.br



Continuação do Parecer: 3.562.368

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não se aplicam.

Considerações Finais a critério do CEP:

De acordo com as Res. 466/2012 e 510/2016 do CNS/CONEP/MS é de responsabilidade do pesquisador enviar ao CEP/CONEP os relatórios Parcial e Final da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|---------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1336294.pdf | 30/07/2019 21:59:14 | | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.docx | 30/07/2019 21:33:44 | SUELLEN EMILLY DOS SANTOS | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | PROJETO.docx | 07/06/2019 13:44:21 | SUELLEN EMILLY DOS SANTOS | Aceito |
| Outros | 5.pdf | 07/06/2019 13:38:28 | SUELLEN EMILLY DOS SANTOS | Aceito |
| Outros | 2.pdf | 07/06/2019 13:27:56 | SUELLEN EMILLY DOS SANTOS | Aceito |
| Outros | FORMULARIO.docx | 07/06/2019 13:27:21 | SUELLEN EMILLY DOS SANTOS | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | 4.pdf | 07/06/2019 11:54:09 | SUELLEN EMILLY DOS SANTOS | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | 3.pdf | 07/06/2019 11:53:21 | SUELLEN EMILLY DOS SANTOS | Aceito |
| Folha de Rosto | 1.pdf | 06/06/2019 16:43:34 | SUELLEN EMILLY DOS SANTOS | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº
Bairro: Sanatório
UF: SE **Município:** ARACAJU
Telefone: (79)3194-7208 **CEP:** 49.060-110
E-mail: cephu@ufs.br



Continuação do Parecer: 3.562.368

ARACAJU, 09 de Setembro de 2019

Assinado por:
Anita Hermínia Oliveira Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº
Bairro: Sanatório **CEP:** 49.060-110
UF: SE **Município:** ARACAJU
Telefone: (79)3194-7208 **E-mail:** cephu@ufs.br